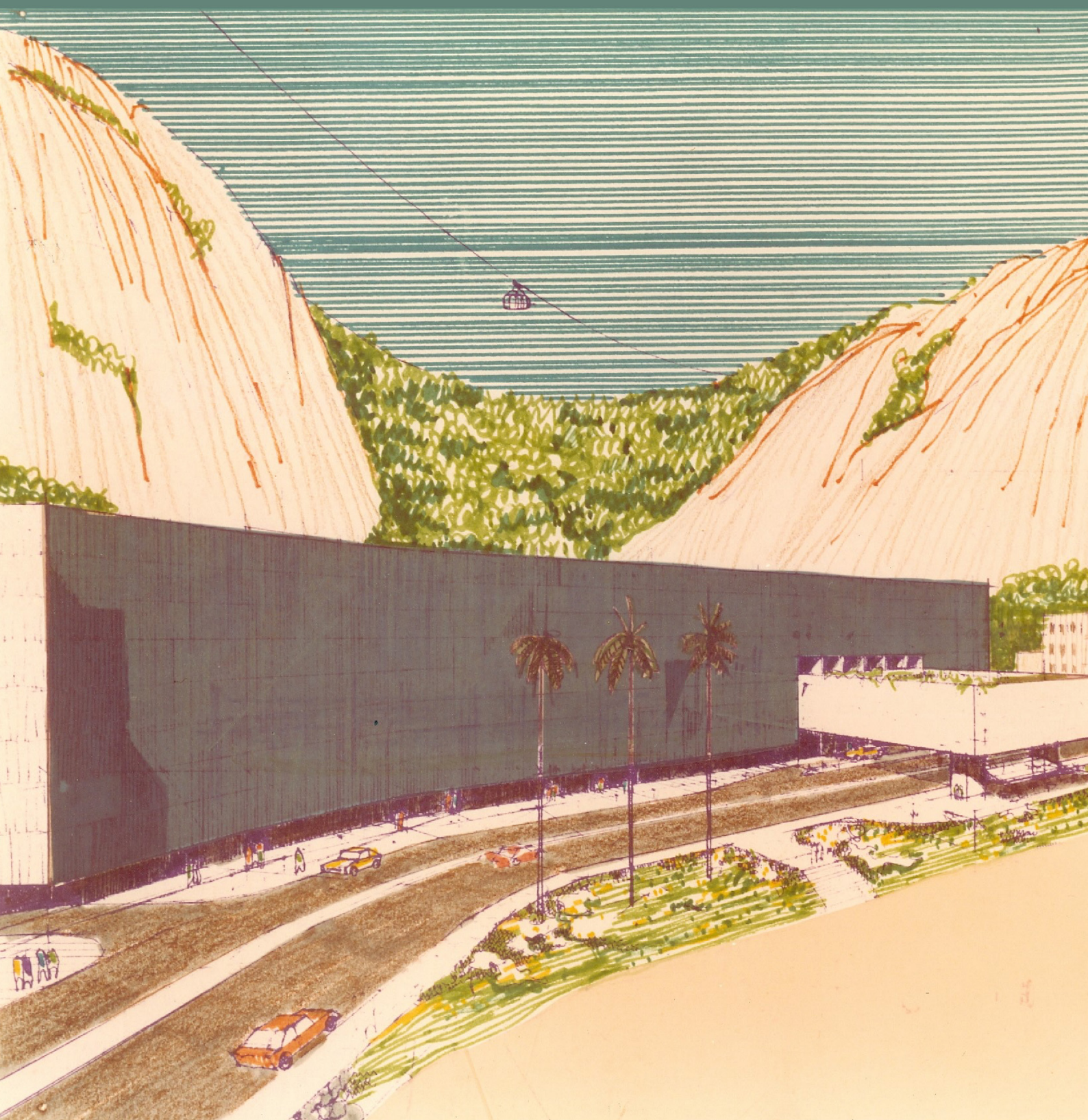


risco.

revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo
instituto de arquitetura e urbanismo iau-usp

16_2



Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo

Publicação Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)

Volume / Número v16 n2 - segundo quadrimestre de 2018

ISSN 1984-4506 (*on line*)

Periodicidade Quadrimestral

Instituto de Arquitetura e Urbanismo Diretor: Prof. Associado Miguel Antônio Buzzar

Universidade de São Paulo Reitor: Prof. Titular Vahan Agopyan

Conselho Editorial Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ,BR); Adrián Gorelik (UNQ,AR); Alberto Sato (UNAB,CL); Andrea Pane (UNINA,IT); Antonio Baptista Coelho (LNEC,PT); Arturo Almandoz (USB,VE); Aurelia Michel (Univ.Paris-Diderot,FR); Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (USP,BR); Carlos Alberto Ferreira Martins (USP,BR); Carlos Antônio Leite Brandão (UFMG,BR); Carlos Roberto Monteiro de Andrade (USP,BR); Claudia Costa Cabral (UFRG,BR); Daniele Vitale (Politecnico di Milano,IT); Fernando Luiz Lara (UT,US); Georges Dantas (UFRN,BR); Irã Taborda Dudeque (UTFPr,BR); Jaelson Bitran Trindade (IPHAN,BR); João Masso Kamita (PUCRio,BR); Joubert José Lancha (USP,BR); Manoel R. Alves (USP,BR); Miguel Buzzar (USP,BR)

As atribuições deste Conselho referem-se à gestão e execução da linha editorial da revista, à definição de aportes e temas, ao estabelecimento das seções, a decisões sobre os artigos a serem publicados, à definição dos pareceristas, das obras a serem objeto de resenhas e dos autores destas.

Editor Tomás Antonio Moreira (IAU-USP) | **Editor Adjunto** Francisco Sales Trajano Filho (IAU-USP)

Secretaria Editorial Anna Laura Pereira Rossi (mestranda IAU-USP), Wesley da Silva Medeiros (doutorando IAU-USP) | **Projeto Gráfico** David Sperling, José Eduardo Zanardi | **Produção e Editoração Eletrônica** José Eduardo Zanardi | **Apoio Técnico** Centro de Produção Digital (CPDig-IAU/USP)

Capa Imagem: Estudo Hotel Hollyday Inn. Urca, Rio e Janeiro, Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos (com Cláudio Cavalcanti), 1983. Fonte: Acervo do arquiteto Jon Maitrejean, cordialmente cedida. Projeto gráfico: José Eduardo Zanardi.

Apoio A Revista Risco é apoiada pelo "Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas da USP"

Bases Indexadas A Revista Risco encontra-se indexada na "Actualidad Iberoamericana", "ARLA - Asociación de Revistas Latinoamericanas de Arquitectura", "BASE - Bielefeld Academic Search Engine", "DOAJ - Directory of Open Access Journals", "SJIF – Scientific Journal Impact Factor"; "Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal", e "MIAR - Matriz de Información para el Análisis de Revistas".

Contato Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU-USP, Av. Trabalhador São-carlense n. 400, São Carlos SP, CEP 13566-590 (16) 3373-9312 Fax: (16) 3373-9310 risco@sc.usp.br

__aparte	4	Tecnologias digitais, arquitetura e sociedade: breve relato sobre o Congresso SIGraDi 2018 “Tecnopolíticas” David M. Sperling, Simone T. Vizioli
__editorial	10	Editores Tomás Antonio Moreira, Francisco Sales Trajano Filho
__artigos e ensaios	12	Escritos de Lygia Pape: cidade, neovanguarda e cultura material popular Vanessa Rosa Machado, Fábio Lopes de Souza Santos
	31	A estrutura urbana de São Paulo a partir do Plano Urbanístico Básico: o descompasso de seu percurso para a continuidade de um propósito Priscila Regina Sato, Sidney Piochi Bernardini
	50	Lúcio Costa e os jesuítas nas revistas do SPHAN (1937-1945) Rogério Entringer
	68	Novas dinâmicas urbanas para a resolução de problemas das cidades: um olhar sobre a Porto Alegre online/offline de hoje Gabriel Gallina Jorge, Fabrício Farias Tarouco
	80	Convívio em redes socio-espaciais em assentamentos precários - um esforço de caracterização em Maceió-AL Sofia Pessoa Lira Souza, Augusto Aragão de Albuquerque, Andrea Moreira Gonçalves
	100	Inglese e o Rio Capivari: forma urbana, espaços públicos, natureza e urbanidade David Sadowski, Adriana Marques Rossetto
	113	Introdução à obra de Jon Maitrejean Fernando Guillermo Vázquez Ramos, Miguel Antonio Buzzar, Paulo Yassuhide Fujioka

Tecnologias digitais, arquitetura e sociedade:

breve relato sobre o Congresso SIGraDi 2018 “Tecnopolíticas”

David M. Sperling, Simone T. Vizioli*

— **E**ntre os dias 05 e 09 de novembro de 2018, o IAU-USP sediou o 22º Congresso Internacional da Sociedade Iberoamericana de Gráfica Digital (SIGraDi), evento que pela primeira vez em sua história ocorreu em uma Universidade Pública do Estado de São Paulo.

A SIGraDi é uma associação que agrupa arquitetos, urbanistas, designers e artistas que investigam e exploram os meios digitais, constituindo-se como a contraparte de organizações similares na Europa (ECAADE), América do Norte (ACADIA), Ásia/Oceania (CAADRIA) e Ásia Ocidental e África do Norte (ASCAAD). A SIGraDi nasceu em 1997, com a realização de seu primeiro congresso em Buenos Aires, e desde então, vem realizando congressos anuais em distintas instituições e países da América Latina, com a participação de relevantes especialistas internacionais. O objetivo principal desta sociedade ibero-americana é o de contribuir para o desenvolvimento do debate acadêmico sobre as tecnologias de informação e comunicação, os meios digitais e suas aplicações, e promover a produção e o avanço do conhecimento científico em geral, impulsionando a investigação e a educação no atual contexto de grande transformação tecnológica.

Como organizadores, concebemos o congresso a partir de uma curadoria que envolveu a definição de um tema e, a partir dele, a seleção de palestrantes e temas de sessões temáticas, a concepção de exposições e workshops, e o convite a pessoas da área para que se juntassem a nós neste projeto.

O tema norteador para as reflexões e atividades, as “Tecnopolíticas”, procurou demarcar um entendimento de que toda tecnologia é engendrada dentro de tecidos culturais, econômicos e sociais, assim como possui aspectos políticos em sua conformação e em seu uso. A afirmação desta posição se faz necessária, pois não raro somos confrontados com manifestações que assumem as tecnologias como prefiguradoras

*David M. Sperling e Simone T. Vizioli são Professores Doutores do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU-USP.

autônomas de futuros e soluções inequívocas para problemas ainda não conhecidos. Não estaria esta visão presente na famosa asserção do arquiteto inglês Cedric Price em palestra proferida em 1966, “a tecnologia é a resposta... Qual foi a pergunta?”. Como não pensar, então, diante do contexto contemporâneo em um ajuste tático nessa afirmação: “politizar a tecnologia é a resposta... Qual foi a pergunta?”

E, portanto, como não retomar a proposta do sociólogo Laymert Garcia dos Santos de “politizar as novas tecnologias”? Como não imaginar uma ação política diante das tecnologias, ancorada na filosofia de Jacques Rancière, a qual claramente assumiria um projeto de construção de dissensos diante dos consensos largamente veiculados acerca de uma teleologia positiva das tecnologias? Como não assumir, com Giorgio Agamben, um horizonte de restituição dos dispositivos ao seu uso comum? Ou como não atentar para as Tecnopolíticas, segundo Gabrielle Hecht e Paul N. Edwards, como híbridos de sistemas técnicos e práticas políticas que produzem novas formas de poder e agenciamentos?

Diante de um mundo que enfrenta crises e desafios diversos, dos sociais aos políticos, dos urbanos aos ambientais, dos espaços imaginados aos construídos, tecnopolíticas precisam ser compreendidas como práticas de concepção, revisão e uso de artefatos tecnológicos que operam como bens comuns e que podem se contrapor aos modelos dominantes de aplicação tecnológica.

Neste sentido, o enfoque das tecnologias digitais e seus usos na arquitetura, no design, nas artes e afins, segundo a abordagem proposta por esta edição do congresso – e a partir das especificidades e do histórico da SIGraDi – procurou ampliar o debate sobre o acesso e compartilhamento da informação, sobre os modos de fazer, as formas de gestão participativa, os processos de decisão e produção das cidades, além da potencialização das práticas criativas.

Como palestrantes convidados, estiveram presentes Giselle Beiguelman, Felix Stalder e Sebastián Rozas. Beiguelman, professora da FAU-USP e artista que pesquisa as estéticas da memória e desenvolve projetos de intervenções artísticas no espaço público e com mídias digitais, enfocou a necessidade de se reocupar o espaço informacional, diante da falência das apostas democráticas colocadas sobre as redes e aparecimento de novos mecanismos de controle. Stalder, professor de Cultura Digital e Teorias de Redes na Zurich University of the Arts e autor dos livros *Digital Solidarity* e *The Digital Condition*, proferiu palestra sobre a comodificação da informação pelo “machine learning” no contexto do compartilhamento digital em rede. Rozas, um dos membros do coletivo chileno de designers gt2P (great things to People) apresentou a rica trajetória do grupo, permeada por experimentações do que denomina como “digital craftings” os quais articulam procedimentos analógicos e digitais, e aspectos tecnológicos e culturais locais, em seus processos criativos e de manufatura.

O congresso contou com 22 sessões temáticas que versaram sobre temas como Teorias e práticas de projeto em contextos digitais (Teorias de projeto e modelos conceituais; Investigação projetual em contextos digitais; Cognição e comunicação do projeto; Projeto colaborativo e coletivo; Desenho digital), Morfogênese, síntese e análise das formas (Modelagem paramétrica e algorítmica; Projeto baseado em performance; Sistemas generativos; Sistemas complexos e auto-organizados; Gramática da forma),

Fabricação e construção digital (Fabricação digital; Prototipagem rápida; Construção automatizada; Robótica; Fab labs), Informação, modelos e simulações (Building information modeling; Sistemas de informação geográfica; Processamento e visualização da informação; Cidades inteligentes; Big Data), Interfaces e dispositivos (Realidade aumentada e virtual; Design de interação; Interfaces de usuário e experiências de usuário; Ambientes responsivos, sensores e feedback; Computação física), Ensino, pesquisa e extensão em contextos digitais (Redes de pesquisa, aprendizagem e conhecimento; Inteligências distribuídas e cloud computing; Citizen science e open science; Práticas de extensão universitária com mídias digitais; Plataformas e MooCs), Indústrias criativas e práticas artísticas (Arte digital e tecnopoéticas, Animação digital, Produção multimídia, Projeto de aplicativos, Gamificação), e Tecnologias digitais e sociedade (Open Source e tecnologias sociais; Processos participativos e bottom-up; Ativismos: arte, cibercultura, hacker; Mapeamentos coletivos e cartografias sociais; Movimento maker, DIY e DIWO)

Neste ano, foram enviados 480 resumos para o processo de revisão às cegas por pares – um recorde na história de SIGraDi. Na etapa seguinte, 217 artigos completos foram enviados para revisão, resultando em 154 artigos publicados, provindos de 21 países das Américas, da Europa, da Ásia e Oceania. Neste processo, uma comissão científica formada por mais de 160 pesquisadores foi responsável pelo processo de revisão e uma numerosa equipe de professores, alunos e servidores não-docentes do IAU-USP esteve atuante ao longo do ano

Fizeram ainda parte das atividades do Congresso Sigradi 2018 três exposições instaladas em um percurso dentro do Campus de São Carlos e seis workshops que dialogaram com o tema do Congresso e com as sessões temáticas.

A exposição “Technopolitics Timeline” foi acompanhada da realização de um workshop pelo grupo de pesquisa interdisciplinar Technopolitics, de Viena, sobre o tema *Curated Knowledge Space*. Integraram a equipe Doron Goldfarb, Felix Stalder, Gerald Nestler, Ina Zwerger e Sylvia Eckermann. O aspecto visual mais proeminente do projeto foi a *Technopolitics Timeline*, uma Linha do Tempo impressa de 20 x 1,5 metros, que traça a Sociedade da Informação a partir do ano 1900 até os dias atuais e contém cerca de 500 entradas de informação advindas de áreas diversas do conhecimento que contribuíram para o surgimento e transformação de nossa era. Ao longo do workshop, os participantes foram convidados a acrescentar e retirar entradas justificando sua relevância em seu respectivo momento histórico.

Outra exposição que integrou o Congresso foi “O digital como método: modelos físicos, visualizações de arquitetura”, com curadoria dos Professores do IAU-USP Anja Pratschke e Marcelo Tramontano. A exposição propôs uma reflexão sobre possibilidades oferecidas pelos meios digitais de ampliação dos procedimentos clássicos de projeto de Arquitetura, seja pelo uso de programas computacionais de modelagem em ambiente digital, seja através da construção de representações físicas de edificações e seus componentes. Os trabalhos apresentados na exposição foram realizados por alunos do primeiro e terceiro anos do IAU.USP.

Ainda neste percurso, foi inaugurada a exposição “Homo Faber 2.0: Políticas do Digital na América Latina” com curadoria de Rodrigo Scheeren e David M. Sperling



Figura 1: Imagens do Congresso SIGraDi 2018. Fonte: Fotografias de Ana Luiza Gambardella e Luciano Bernardino da Costa.



Figura 2: Imagens do Congresso SIGraDi 2018. Fonte: Fotografias de Ana Luiza Gambardella e Luciano Bernardino da Costa.

(IAU-USP) e Pablo C. Herrera da Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (Peru), um desdobramento da exposição “Homo Faber 1.0”, de 2015. A primeira versão foi concebida em torno do tema “Informando Materiais e Materializando Formas” com a qual demonstrou-se pela primeira vez, ao mundo, o potencial da fabricação digital na América Latina. No contexto do Congresso de 2018, a Homo Faber 2.0 enfocou o tema “Política do Digital na América Latina” e teve como objetivo estabelecer conexões com a política e com a sociedade, mostrando, a partir da seleção de trabalhos de 37 laboratórios, o potencial da fabricação digital e seu impacto, organizando-os segundo três enfoques distintos: processos de colaboração de projeto para mudanças na sociedade com atividades voltadas para os cidadãos em particular e estratégias de subversão no uso de tecnologias digitais; processos e protótipos de pesquisa conceitual utilizando experimentação formal e material, bem como o desenvolvimento tecnológico de novas técnicas e produtos; projetos relacionados ao hibridismo artesanal-digital / novas artesanias / identidade cultural que promovem o uso misto de técnicas artesanais e digitais para a criação de artefatos.

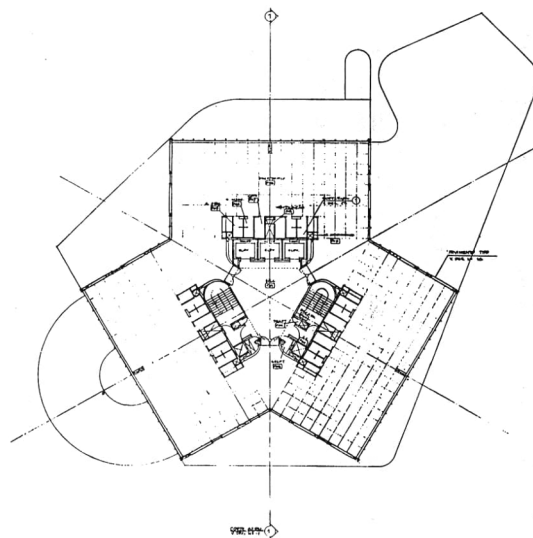
Além das exposições, o Congresso Sigradi 2018 teve grande êxito ao ofertar seis workshops para os participantes do congresso, comunidade USP e interessados externos. Foram eles: Writing the History of the Present. Collaborative Editing of the Technopolitics Timeline; O uso de RPAs (sistemas de aeronaves remotamente pilotadas) no contexto das lutas por moradias e preservação patrimonial; Produção Analógica de Tijolos Paramétricos; Wiki-house: Geração e Construção Digital-Material; Fabricando Máquinas: Montagem de uma Impressora 3D Open Source; e Archicad.

¹ Para mais informações, acesse: <sigradi2018.iau.usp.br>.

Ao honrosamente assumir o compromisso de sediar o Congresso SIGraDi 2018¹, o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo busca apresentar uma contribuição a este debate, como a esta Sociedade Iberoamericana. Reconhecido pela excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, O IAU-USP vem participando ativamente da SIGraDi desde o início dos anos 2000. Ao longo deste período, foram apresentados 90 trabalhos realizados por 12 dos 36 professores deste Instituto, com a participação de 50 alunos de pós-graduação e graduação, vinculados a cinco grupos de pesquisa (Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas – NEC; Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade - N.ELAC; Núcleo de Estudos em Habitares Interativos – Nomads; e Arquitetura, Tecnologia e Habitação - Arquitect; Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC).

Por fim, olhando-se retrospectivamente, a hipótese conceitual que construímos no princípio da organização deste evento veio a se mostrar cada vez mais clara e urgente com os acontecimentos ao longo do ano no Brasil, na América Latina e no mundo. Acreditamos que a SIGraDi e o IAU-USP conscientes de sua atuação na comunidade acadêmica e científica iberoamericana, exerceram um papel relevante neste momento.

_editorial



O conjunto dos artigos nos traz importantes contribuições na área de arquitetura e urbanismo. O primeiro artigo “Escritos de Lygia Pape: cidade, neovanguarda e cultura material popular” de Vanessa Rosa Machado e Fábio Lopes de Souza Santos nos convida a adentrar por um conjunto de três obras, que revelam a abordagem de cultura de massa, caracterizando um momento de inflexão do interesse inicial pelo popular urbano. Essa inflexão é compreendida uma vez que as diversas obras artísticas de Lygia Pape foram marcadas pelas constantes reformulações das linguagens que investigava.

O conjunto de artigos subsequentes nos provoca a reflexões sobre as dinâmicas da produção urbana nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Maceió e Florianópolis. São artigos com abordagens que entrelaçadas compõe um alerta à constante compreensão e questionamento sobre o urbano, em épocas, regiões e localidades diversas. O artigo “A estrutura urbana de São Paulo a partir do Plano Urbanístico Básico: o descompasso de seu percurso para a continuidade de um propósito” de Priscila Regina Sato e Sidney Piochi Bernardini aporta uma reflexão sobre estabelecimento de formatação das estruturas de planejamento da cidade de São Paulo já condicionada pelo processo de metropolização. O artigo “Novas dinâmicas urbanas para a resolução de problemas das cidades: um olhar sobre a Porto Alegre *online/offline* de hoje” de Gabriel Gallina Jorge, Fabrício Farias Tarouco, por sua vez, traz à luz o questionamento de que os problemas urbanos e sociais não acompanharam a rápida urbanização das grandes cidades e analisa novos modelos de engajamento popular e divisão de responsabilidades que vem se impondo nas cidades contemporâneas. O artigo “Convívio em redes sócio-espaciais em assentamentos precários - um esforço de caracterização em Maceió-AL” de Sofia Pessoa Lira Souza, Augusto Aragão de Albuquerque e Andrea Moreira Gonçalves expõe que as redes de sociabilidade são importantes instrumentos de combate à pobreza e devem ser consideradas na formulação de políticas públicas, e para sua compreensão apresentam uma metodologia para a identificação e caracterização das

Figura: Edifício Passarelli. Planta do andar tipo - estudo para o anteprojeto de 1975. Escritório Maitrejean & Sallouti. Fonte: Acervo do arquiteto Jon Maitrejean, cordialmente cedida.

relações sociais por categorias de valores: valor de troca, troca simbólica e valor de signo. O artigo “Ingleses e o Rio Capivari: forma urbana, espaços públicos, natureza e urbanidade” de David Sadowski e Adriana Marques corrobora para o questionamento das dinâmicas urbanas das cidades brasileiras a partir da análise morfológica e sua relação com o meio ambiente e à qualidade dos espaços públicos formados em um ambiente urbano densamente utilizado.

Os artigos “Lúcio Costa e os jesuítas nas revistas do SPHAN (1937-1945)” de Rogério Entringer, bem como “Autor do Projeto Arq. Jon Maitrejean” de Fernando Guillermo Vázquez Ramos, Miguel Antonio Buzzar e Paulo Yassuhide Fujioka proporcionam, respectivamente, à imergir na compreensão de que a contribuição dos jesuítas à formação da nacionalidade e de nosso território deve ser valorizada por meio da arquitetura, bem como à imergir na apreensão da vida e obra de Jon Maitrejean, que fez parte da 1ª geração de arquitetos modernos formados na modernidade e que foi importante referência para os jovens estudantes que se formaram no início dos anos 1950. Ambos artigos desvendam importantes percursos do valor da arquitetura que fundam uma identidade nacional do movimento moderno.

Ótima leitura!

Editores: Tomás Antonio Moreira e Francisco Sales Trajano Filho

Escritos de Lygia Pape:

cidade, neovanguarda e cultura material popular

Vanessa Rosa Machado, Fábio Lopes de Souza Santos*

Resumo Conhecida por obras neoconcretas e pela experimentação dos anos 1960 e 1970, a artista carioca Lygia Pape (1927-2004) manteve um interesse constante pela cultura não erudita. Destacam-se neste artigo três de seus pouco conhecidos escritos: “Tramas de caboclo ou a geometria do mato” (s/d), “Favela da Maré ou milagre das palafitas” (1972) e “A mulher na iconografia de massa” (1978). Em conjunto, revelam tanto uma abordagem original e positiva sobre essa produção, visão que compartilhou com seu amigo e interlocutor Hélio Oiticica, quanto uma inflexão em seu interesse inicial pelo popular urbano, que se desloca em direção à cultura de massa.

Palavras-chave: Lygia Pape, produção textual, cultura popular urbana.

Writings of Lygia Pape: city, “neovanguard” and popular material culture

Abstract Known for her neoconcrete works and for the experimentation of the 1960s and 1970s, the Brazilian artist Lygia Pape (1927-2004) maintained a constant interest in popular culture. In this article, three of her little-known writings are analyzed: “Tramas de caboclo ou a geometria do mato” (s/d), “Favela da Maré ou milagre das palafitas” (1972) and “A mulher na iconografia de massa” (1978). Together, they reveal both an original and positive approach to this production, a shared vision with her friend and interlocutor Hélio Oiticica, as well as an inflection of her interests in the urban popular, which moves toward mass culture.

Key words: Lygia Pape, text production, urban popular culture.

Escritos de Lygia Pape: ciudad, neovanguardia y cultura material popular

Resumen Conocida por obras neoconcretas y por la experimentación de los años 1960 y 1970, la artista brasileña Lygia Pape (1927-2004) mantuvo un interés constante por la cultura no erudita. Se destacan en este artículo tres de sus poco conocidos escritos: “Tramas de caboclo ou a geometria do mato” (s/d), “Favela da Maré ou milagre das palafitas” (1972) y “A mulher na iconografia de massa” (1978). En conjunto, revelan tanto un enfoque original y positivo sobre esa producción, visión que compartió con su amigo e interlocutor Hélio Oiticica, como una inflexión en su interés inicial por el popular urbano, que se desplaza hacia la cultura de masa.

Palabras clave: Lygia Pape, producción textual, cultura popular urbana.

A artista brasileira Lygia Pape (1927-2004) produziu continuamente desde o início da década de 1950 até meados dos anos 2000. Seu trabalho, extenso e diversificado, foi marcado pelas constantes reformulações das linguagens que investigava.

Entre as atividades que desenvolveu estiveram a gravura, a pintura, o cinema, a programação visual, o *design*, eventos e performances, instalações ambientais e objetos.

Apesar da possibilidade de encontrar algumas linhas constantes em sua trajetória, como o trabalho com a palavra e com o movimento (como nos “livros” e “balés” neoconcretos), com eventos participativos (a exemplo de “Ovo”, “Divisor” e “Roda dos Prazeres”), com a construção poética de espaços (como em “Tteias” e “Espaços Imantados”), com o tratamento de questões da história do Brasil (em “Mantos tupinambás” e “Carandiru”, por exemplo) ou com a relação entre o feminino e o consumismo (como no projeto “Eat me: a gula ou a luxúria?”), não é possível dizer que Pape trabalhasse a partir de predeterminações, mas que se movimentava por diferentes áreas, temas e técnicas – ela mesma brincava que já havia sido “concreta”, “neoconcreta” e que mais recentemente era “free-lancer” (PAPE, 1998, p.22).

De sua trajetória, a produção concreta e neoconcreta é a mais conhecida. Pape integrou o Grupo Frente, liderado por Ivan Serpa, entre 1954 e 1956. Essa vertente carioca do concretismo é vista como menos comprometida com os ideais da Bauhaus e da Escola de Ulm que a do Grupo Ruptura (1952), de São Paulo. Por essa época, as composições abstrato-geométricas buscavam se afinar à modernidade e industrialização em curso no país. Era comum aos artistas utilizar cores padronizadas e tinta em *spray* para fazer sumir traços mais pessoais, como as pinceladas, nas composições.

Contudo, Pape, a partir de 1955, se embrenhou na execução de composições geométricas em xilogravuras sobre papel manteiga, às quais chamou de “Tecelares”.

Entre os artistas do Grupo Frente era a única a produzir xilogravuras, a trabalhar numa técnica artesanal no momento de ampla modernização dos anos 1950. As “Tecelares” (1955) representam o esforço em imprimir rigor construtivo a uma técnica tradicionalmente artesanal e associada à literatura de cordel nordestina. Ressalta nelas ainda a referência às formas geométricas da pintura corporal indígena (ORTEGA, 2004)¹. Ao vincular arte moderna e arte indígena, Pape procurava, por um lado, seguindo uma conhecida tática modernista, “voltar ao início das coisas” (PAPE, 1998, p. 17) e, por outro, dar continuidade ao projeto do Modernismo brasileiro de sintetizar a arte internacional avançada e os elementos nacionais.

Essa curiosa dissonância, trabalhar numa técnica artesanal no momento em que se exploravam técnicas e linguagens próximas à indústria, revela o interesse que manteve durante toda sua longa produção pela cultura material popular. Certa vez, falando sobre isso, Lygia afirmou que “não há nada mais sofisticado, intelectualmente falando,

*Vanessa Rosa Machado é Arquiteta e Urbanista, doutora em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3607-1604>>; Fábio Lopes de Souza Santos é Arquiteto e Urbanista, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2189-4619>>.

¹ É nos escritos de Ortega (2004) que encontramos primeiramente aproximações entre a produção de Pape e a cultura do índio. A autora aproxima as xilogravuras “Tecelares” à pintura corporal indígena, da etnia Kayapó-xicrin, e analisa suas obras em referência aos tupinambás. Segundo a autora, chamando a atenção para esta referência, Pape visaria colocar em debate a própria condição humana.

do que a cultura dita não erudita. A proximidade com as manifestações populares diz respeito à percepção do mundo que eu tenho como artista” (PAPE, 1998, p. 21-22).

Essa particularidade, além de a distinguir frente a seus pares, também a coloca próxima ao seu amigo e interlocutor Hélio Oiticica, cuja produção é bastante lembrada pela proximidade que manteve à cultura do morro da Mangueira nos anos 1960.

Lygia Pape compartilhou com Oiticica essa experiência pela cidade “informal”. Narrou em entrevista os “delírios ambulatórios” pela Mangueira e por outras regiões da cidade. Os delírios davam-se frequentemente pelas andanças de carro sem programação prévia no fusca café-com-leite de Lygia Pape durante as madrugadas do Rio de Janeiro: “Ele [Hélio] me dizia: vamos curtir. O delírio ambulatório era isso: você saía pela cidade toda, que não tinha perigo nenhum, e ia descobrindo as coisas, vendo e vivendo” (MATTAR, 2003, p.75).

Lygia e Hélio viam potencialidades na inusitada riqueza dos espaços urbanos não planejados e valorizavam as qualidades de uma cidade que poderia ser fonte de experimentações estéticas que incluíam o movimento, a dança e a permeabilidade entre espaços públicos e privados.

Narrando suas experiências na Mangueira, Lygia declarou:

Eu também gostava muito de subir os viadutos ali perto da Praça da Bandeira, porque era uma espécie de cruzamento de corpos, e depois íamos para a Mangueira. [...] Então a gente ia porque lá estavam aqueles malandrões todos. [...] lá em cima no telégrafo, subia com o Hélio, nós tínhamos amigos em vários grupos ali dentro. Me dava um prazer enorme sair por ali e estar com eles. (MATTAR, 2003, p. 76-77)

Reflexos dessas vivências podem ser encontrados em sua pesquisa e atividade docente. Durante longo período, Pape se dedicou ao ensino. Deu aulas de arte no curso livre do Museu de Arte Moderna-RJ de 1969 a 1971 e de 1976 a 1977 na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, de 1972 a 1985 de Semiótica do Espaço e Plástica para os alunos do curso de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula, e ainda lecionou disciplinas relacionadas ao desenho na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1982 a 1989.

Para os alunos do curso de Arquitetura, Pape idealizou aulas baseadas na vivência de espaços da “cidade informal”, chamando a atenção para a paradoxal riqueza dos espaços criados pela precariedade. Além do Morro da Mangueira e da Favela da Maré, onde realizou um filme (“Favela da Maré”, 1982, super-8), chamaram a atenção de Lygia a Baixada Fluminense, o bairro de Madureira e o mercado do Saara.

Como Hélio Oiticica, Lygia Pape, além da produção artística, também escreveu. Sua produção textual é ainda pouco estudada e inclui análises teóricas das suas próprias obras e também – e esta é a parte que mais importa para nossa argumentação – análises da arquitetura e de objetos populares, de construções indígenas e da presença marcante da cor na arquitetura popular. Destacaremos três textos em que Pape analisa, de forma bastante original, aspectos da cidade e da paisagem urbana.

² Podemos considerar que seu trabalho acadêmico seja parte de um conjunto de produções que iluminaram o fazer artesanal e a cultura de povos indígenas, como os filmes “A mão do povo” (1975), sobre os saberes populares e “Catiti catiti” (1978), uma reflexão sociológica sobre os contrastes do país, os “Mantos Tupinambás” (1996-1999) e o projeto que tinha junto a Mário Pedrosa de fazer uma exposição no MAM – Rio de Janeiro sobre o índio brasileiro. Como apontou Osório (2006), a produção acadêmica de Pape, assim como seus trabalhos artísticos, trazem visibilidade à resistência cultural de grupos marginalizados.

De início, veremos dois pequenos textos, “Tramas de caboclo ou a geometria do mato” (s/d) e “Favela da Maré ou milagre das palafitas” (1972), que mostram sua visão sobre a produção popular de arquitetura. Esses textos dialogam com argumentos desenvolvidos por Pape em sua dissertação de mestrado, “Catiti catiti, na terra dos brasis”, escrita em 1980 para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual recobramos algumas ideias centrais².

O terceiro texto, “A mulher na iconografia de massa”, mais extenso, é o resultado de um projeto de pesquisa que Pape realizou para a FUNARTE em 1978 e, conforme a própria artista definiu, integra o projeto “Eat me: a gula ou a luxúria?”, composto por um filme (“Eat me”, 1975) e duas exposições com o mesmo nome (1975, Galeria Arte Global, São Paulo e 1976, MAM-RJ) que tratam da justaposição entre o consumo e a condição feminina. Este texto refere-se a questões, por assim dizer, mais “contemporâneas”, pois trata do avanço da prática da indústria cultural, que passava a modificar a experiência urbana.

A partir desses textos, se percebem duas abordagens distintas sobre a produção de arquitetura e da cidade. Contudo, embora divergentes, ambas se relacionam à visão “de artista” de Pape. Em “Tramas de caboclo...” e “Favela da Maré...” seu enfoque mescla o repertório vindo das artes plásticas à análise dos espaços das habitações populares feitas de pau-a-pique ou construídas sobre palafitas – leitura original frente à visão em voga no período sobre o “popular”. Já em “A mulher na iconografia de massa”, diante do uso comercial da imagem da mulher na publicidade, a artista aponta para outras formas de leitura da paisagem urbana, demonstrando a possibilidade de driblar as estratégias do consumismo.

Interessa-nos explorar a maneira como a artista trabalha a partir desses dois universos distintos num curto espaço de tempo, usando referências que parecem apontar para direções opostas.

A importância destes textos reside em que revelam tanto as posições de artistas diante da produção de arquitetura e da cidade quanto aludem a dilemas sócio-políticos do período em que foram produzidos. Passemos à sua leitura.

“Tramas de caboclo ou a geometria do mato” (s/d) e “Favela da Maré ou milagre das palafitas” (1972)³

O fascínio de Pape pelas construções populares se fez presente num pequeno texto, de apenas uma página, chamado “Tramas de caboclo ou a geometria do mato” que apresenta brevemente um incipiente projeto de pesquisa sobre as “casas de caboclo” feitas de pau-a-pique: “O projeto que apresentamos pretende mostrar um segmento quase anônimo do processo de criação do homem-do-povo: as casas de caboclo” (PAPE, s/d in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.286).

Nas palavras de Pape, o caboclo teria herdado a tradição vinda do índio na forma como trança o bambu ou os ramos em um gesto “quase sistêmico”, e posteriormente a do branco, de quem viria a elaboração da vedação das paredes com o barro amassado. Pape inicia descrevendo as etapas da construção da casa ou, como chama, o “processo de criação do homem-do-povo”, o qual envolveria uma “poética própria”. O primeiro

³ Esses e outros textos da artista foram publicados na compilação “Lygia Pape – Espaço Imantado” pela ocasião das exposições de mesmo nome ocorridas na Pinacoteca do Estado de São Paulo (17 de março a 13 de maio de 2012), Serpentine Gallery, Londres (7 de dezembro de 2011 a 19 de fevereiro de 2012) e Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, Madri (24 de maio a 3 de outubro de 2011). Ver: BORJAS-VILLEL, Manuel J.; VELÁSQUEZ, Teresa. (curadoria). Lygia Pape: espaço imantado. Textos de Paulo Herkenhoff [et al.]. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012.

passo seria a confecção de gaiolas feitas de bambu, que receberiam o barro amassado “jogado aos sopapos” pelas frestas. Nessa leitura, ganha destaque a geometria presente nos desenhos das tramas:

[...] deixando o rendilhado dos bambus ou ramos aflorar traçando os desenhos de padrão muito próximo de uma postura construtivista, ou seja, rudimentos que informam sobre um desejo de ordem plástica marcado pela diversidade dos modelos: diagonais paralelas, triângulos, quadrados modulando os planos. (PAPE, s/d in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.286)

A postura, conforme suas palavras, próxima à dos construtivistas, é positivamente vista como um “desejo de ordem plástica” e o “ato construtivo” é destacado nesse exemplo de construção como exercício de uma racionalidade específica:

Esses objetos-de-geometria ordenam a paisagem em ritmos que escapam ao mero acaso e determinam que a mão-do-povo registra uma sensibilidade especial para o abstracionismo geométrico, que podemos também encontrar nas manifestações dos índios, do negro, nos objetos reciclados das feiras nordestinas como brinquedos, fifós, etc. (PAPE, s/d in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.286)

Conclui “Tramas de caboclo...” relacionando esses “objetos-de-geometria” à arte dos construtivistas brasileiros, concretos e neoconcretos:

Poderíamos dizer que essas referências culturais vão relacionar-se com a arte dos construtivistas brasileiros nos movimentos concreto e neoconcreto que não teriam, portanto, tantas referências internacionais como poderia se pensar.

*Há dentro da cultura brasileira uma identidade própria que define o fazer do artista tanto erudito quanto o popular como dois polos de um mesmo princípio: **o tropismo pelo geométrico**, de forma consciente ou intuitiva. Ambos dão um caráter de força e identidade a toda criação brasileira. (PAPE, s/d in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.286, grifo nosso)*

Essa argumentação, a de que nas manifestações populares se encontraria uma linguagem próxima à adotada no Projeto Construtivo Brasileiro, Pape desenvolveu na primeira parte de sua dissertação, no capítulo intitulado “Concretos e Neoconcretos”, o segundo da primeira parte, chamada “A crise da arte”. Nele, Pape justifica a autonomia da atuação da vanguarda construtiva brasileira frente às correntes internacionais. Seu texto configura um elogio a essas tendências, enaltecendo-as como o segundo momento decisivo da criação de “uma consciência brasileira na arte” (o primeiro fora o Movimento Antropofágico). No capítulo, Pape responde à parte da crítica nacional que considera o “Projeto construtivo brasileiro” uma “assimilação irresponsável e epidérmica de correntes internacionais” reafirmando a existência de um “tropismo construtivo na arte brasileira”, presente: “no índio, no africano, no objeto reciclado do nordestino, na permanência de elementos geométricos dos carnavais, nas colchas de retalho mineiras, nas cerâmicas populares, na arquitetura espontânea de beira de praia, etc.” (PAPE, 1980, p.22), num tom bastante próximo ao que empregara em “Tramas de caboclo...”.

A geometria presente nas manifestações da produção popular justificaria a adoção da abstração geométrica entre concretos e neoconcretos. Presente na cultura “genuinamente brasileira”, como as construções de pau-a-pique, ela testemunharia nossa autonomia frente às correntes construtivas internacionais e nos conferiria identidade própria.

Pape considerava o movimento construtivo brasileiro uma experiência bem sucedida de deglutição da cultura estrangeira, equivalente à Antropofagia (PAPE, 1980, p.22), e, ao analisar sob os mesmos critérios a linguagem plástica das tendências construtivas (erudita, industrial e universal) e a cultura material do “povo brasileiro” (o índio, o africano, o nordestino, os carnavales, os mineiros, o popular etc.) acaba por equiparar manifestações de origens e objetivos bastante distintos.

Quando analisa exemplos da cultura material popular, Pape usa uma abordagem cuja matriz é a idealização da comunidade nacional a partir das características formais da produção artística (e que termina por identificar finas qualidades artísticas na criatividade brasileira popular, atitude corrente no Modernismo⁴) e que lhe serve para justificar a defesa da independência das tendências construtivas brasileiras frente às influências externas.

Porém, quando trata do “tropismo pelo geométrico”, Pape também alude às definições feitas por Hélio Oiticica quando este escrevera em “Bases fundamentais para uma definição do Parangolé” (1964) que estas obras marcariam um ponto crucial no desenvolvimento da “estrutura-cor no espaço”, principalmente no que diz respeito a uma nova definição do “objeto plástico”:

*Seria, pois, o “Parangolé” um buscar antes de mais nada estrutural básico na constituição do mundo dos objetos, a procura das raízes da gênese objetiva da obra, a plasmação direta perceptiva da mesma. Esse interesse, pois, pela **primitividade construtiva popular** que só acontece nas paisagens urbanas, suburbanas, rurais, etc., **obras que revelam um núcleo construtivo primário**, mas de um sentido espacial definido, uma totalidade. [...]* (OITICICA, 1964 in CATALOGUE..., 2004, grifos nossos)

As argumentações de Pape e de Oiticica são bastante próximas. Essa afinidade deve-se ao fato de terem compartilhado diversas experiências de trabalho e, sobretudo, por terem compartilhado a descoberta de uma primordial “construtividade” nas habitações populares.

Em outro texto, “Favela da Maré ou milagre das palafitas”, de 1972, Pape desenvolveu alguns pontos presentes em “Tramas de caboclo” e manteve o diálogo com formulações de Oiticica sobre a natureza espacial das habitações do morro.

O texto, que se estende por breves três páginas, é resultado de reflexões originadas em aulas formuladas para o curso de arquitetura. Seu tema era a Favela da Maré, considerada especial por se fundir ao mar, como um “organismo vivo”: “De cima, vendo de outra favela próxima, essa sensação de organismo vivo é gritante como um animal gigantesco adentrando o alagado” (PAPE, 1972 in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.287)⁵.

⁴ Em “Catiti catiti”, escrevendo sobre as qualidades estéticas do artesanato rural, Pape chegou a afirmar que “No Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, reduto de pobreza incrível, o homem do povo, fabrica ele mesmo seus objetos de uso. E os faz primorosos, de uma qualidade técnica e artística dignos de um Picasso por exemplo” (PAPE, 1980, p.65).

⁵ Esse recurso de linguagem Pape também usou para descrever a forma de ocupação das favelas nos morros em “Catiti catiti”: “Formam-se gestalts, signos identificadores, as manchas nos morros das cidades, como enormes fungos, cobrem e recobrem as topologias – e ele cria: sempre e sempre um objeto ‘que participa’” (PAPE, 1980, p. 60).

Pape registrou as visitas de alunos da Universidade Santa Úrsula “tendo consciência de estar desbravando um terreno virgem. Levar esses jovens a um lugar que jamais pisariam de outra forma era também um desafio. Eu quero mostrar uma nova realidade estética e poética visual” (PAPE, 1972 in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.287). Já de início afirmou que:

As questões menos elaboradas e menos técnicas serão sempre as mais ricas, é o broto, o início do processo criativo, que não necessariamente nos leva à perfeição das formas, ou um outro fim.

O fim não me interessa, mas o caminho percorrido, a criação em suas diferentes formas e manifestações, o invisível que nos transforma. (PAPE, 1972 in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.287)

Descreve então como eram as dinâmicas das aulas, concentradas em vivências externas e diretas de interpretação do mundo. Embora falasse sobre os espaços que percorriam, deixava que os alunos fizessem suas próprias descobertas.

A fluida redação do texto revela seu apreço pela criatividade das construções num ambiente de adversidades. Entre outros pontos, destacou as cores desbotadas das paredes⁶, o uso inteligente da brisa nas janelas internas que interligam e refrescam as habitações – os “inventores-moradores” teriam encontrado uma solução semelhante à das casas japonesas, onde o entorno invade as construções – e destacou a permeabilidade dos espaços:

As entradas e saídas alteravam frequentemente, nada era muito permanente e eu não sentia um começo da Favela ou um final, o espaço se transformava constantemente na medida do útil ou do necessário. Como uma fita de MOEBIUS os caminhos se entrelaçavam num movimento sem fim. (PAPE, 1972 in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.288)

A Favela da Maré surgia como um objeto de estudo capaz de revelar formas alternativas para repensar fundamentos arquitetônicos e espaciais pré-concebidos e, assim, desmontar preconceitos.

Emergiam ainda nessa fala de Pape alguns pontos que foram sobremaneira importantes para o movimento Neoconcreto. Um deles é a referência à fita de Moebius, privilegiada pelos neoconcretistas como forma que identifica interioridade e exterioridade, assumindo inclusive um papel metafórico, uma vez que pode dissolver fronteiras conceituais estabelecidas. Em “Catiti catiti”, Pape vale-se desta forma para descrever a paisagem dos morros, que “desdobra-se entre casas, retorce-se contra os elementos naturais” (PAPE, 1980, p.61), ou comentar a casa da favela, que “tem uma exterioridade de objeto construído, mas é também a subjetividade que o levou a organizar em torno e com o seu corpo a proteção denominada casa” (PAPE, 1980, p.62-63).

Nesse ponto, também importa destacar como as formulações de Pape dialogam com a descrição de Hélio Oiticica acerca da relação entre os “Parangolés” e os espaços das habitações do morro. Para descrever esse tipo distinto de arquitetura, Oiticica se ateve a aspectos que já haviam sido elaborados nas anteriores propostas neoconcretas.

⁶ Pape dedicou posteriormente um artigo monográfico ao tema da cor na arquitetura popular: Morar na cor. Arquitetura Revista, n. 6, pp. 29-32. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986.

Descreveu, por exemplo, a permeabilidade e mutabilidade dos espaços nos termos de uma “organicidade estrutural”:

*Na arquitetura da “favela”, por exemplo, está implícito um caráter “Parangolé”, tal a **organicidade estrutural** entre os elementos que o constituem e a circulação interna e o desmembramento externo dessas construções, não há passagens bruscas do ‘quarto’ para a ‘sala’ ou ‘cozinha’, mas o essencial que define cada parte que se liga à outra em continuidade.*

⁷Essas foram as palavras da arquiteta Lina Bo Bardi para se referir a um determinado grupo de objetos populares que colecionava. Lina coletou cerca de 2000 objetos durante o período em que residiu na Bahia, entre 1958 e 1964: enfeites de casa, fífo de lâmpada queimada, bacias e canecas de latas de lubrificante de carro, baldes de pneu velho, utensílios de madeira, bozinhos de barro, carrancas, jarros, vasos, tigelas, utensílios de cozinha, colheres, escumadeiras de arame, bule de lata de toddy, potes, pilões, santos, ex-votos, brinquedos de lata e de barro cru, cestas, vestidos e colchas de retalhos, lamparina de folha de flandres, bonecas de pano, jeep de lata de óleo etc., etc. Um amplo conjunto de objetos, muito distintos entre si, e que permite as mais diversas formas de agrupamento e de interpretação. Porém, entre a diversidade desses objetos, valorizou positivamente em seus textos aqueles “funcionais”, o bule feito de lata de óleo, o balde de pneu velho, as lamparinas de folha de flandres. Distante da busca pela descoberta da “essência”, do “espírito” brasileiro nas artes populares, o olhar de Lina, já tarimbado pelas análises de arquitetura, destacava a funcionalidade, o valor do “útil e necessário”. Esses objetos recriados tinham a marca da invenção e ao mesmo tempo denotavam a carência material a partir da qual surgiram. Por outro lado, eles também se vinculavam à indústria, eram transformações feitas a partir de artefatos industriais. Em sua “precariedade” apontavam as dificuldades e contradições do modelo de desenvolvimento assumido pelo país. De certa maneira, Lygia Pape e Hélio Oiticica deram continuidade à redescoberta do popular idealizada por Lina Bo Bardi.

Em “tabiques” de obras em construção, por exemplo, se dá o mesmo, em outro plano. E assim em todos esses recantos e construções populares, geralmente improvisados, que vemos todos os dias. [...] (OITICICA, 1964 in CATALOGUE..., 2004, grifo nosso)

Outro ponto destacado positivamente é o caráter precário, contínuo e flexível do espaço da favela, construído “sempre, a partir de um nada, um gesto, um risco no espaço”, como Pape descrevera em “Catiti catiti” (PAPE, 1980, p.61) e que elaborara em “Favela da Maré” como:

A precariedade dos materiais é evidente, porém a estrutura realizada em termos arquitetônicos nesse tipo de terreno é quase surrealista e beira a perfeição criativa, aqui não se vislumbra uma concepção urbanística, longe disso, mas uma forte concepção estética e poética de duração temporária e era justamente essa não duração que nos fazia sempre retornar. (PAPE, 1972 in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.288)

Essa “precariedade-criatividade” se desdobraria nos espaços internos das habitações:

*Com o tempo se começa a perceber também os materiais usados dentro das casas como sacos de batata como redes para dormir, latas de leite forrando paredes contra o frio do inverno. Pedacos de madeira velha, de todos os tamanhos e tipos eram utilizados, **de repente, o descartável, o lixo, era reinventado como material de suporte arquitetônico real.** (PAPE, 1972, in BORJAS-VILLEL; VELÁSQUEZ, 2012, p.289, grifo nosso)*

A presença do “útil e necessário” é um critério que confere valor positivo aos objetos criados. A recuperação do “lixo” fazia parte da solução criativa, postura que se revelava crítica frente ao avanço do consumo. Além da necessária presença da utilidade, outro aspecto valorizado era a superação da condição de carência material, a capacidade de “riscar o limite do nada”⁷.

A relação que Pape e Oiticica estabeleceram com o objeto popular não visava mais a busca de um “espírito nacional”, mas destacava os aspectos construtivos e a funcionalidade, como a flexibilidade extrema entre os espaços da arquitetura popular, a permeabilidade entre o dentro e o fora etc., descritas em termos mais artísticos que utilitários. A descoberta da “construtividade primitiva popular” se tornou um caminho para o prosseguimento de suas pesquisas, permitindo que construíssem um novo olhar sobre as manifestações populares e redefiníssem a participação na obra de arte.

⁸ Os “Ovos” eram, na verdade, cubos de 80 centímetros de largura com arestas de madeira cobertos por uma fina película de plástico azul, vermelho ou branco, que as pessoas, acomodadas em seu interior, deveriam rasgar, simbolizando, performaticamente, um novo nascimento.

⁹ A “Roda dos prazeres” (1968) requeria a degustação de “cores” contidas em pequenos potes dispostos no chão de forma circular. Os líquidos coloridos, que deveriam ser provados por conta-gotas colocados ao lado das vasilhas, tinham sabores que nem sempre condiziam com o esperado, criando uma “ambivalência dos sentidos”, nas palavras da artista.

¹⁰ O “Divisor” era um imenso quadrado de tecido branco cheio de fendas regulares que deixavam à mostra as cabeças e envolviam o corpo de quem dele participava, quebrava os limites entre o artista e o público ao realizar-se pela participação coletiva.

¹¹ São cerca de sessenta folhas, divididas entre uma parte burocrática redigida pela FUNARTE, onde constam anotações sobre prazos, abrangência da pesquisa e verbas financiadas, um breve relatório, planilhas feitas à mão atestando os lugares pesquisados (teatros, vitrines, feiras populares etc.), um encarte de imagens (o qual não consta no arquivo pesquisado no Centro de Documentação da FUNARTE, no Rio de Janeiro) e o texto em si. Sua abrangência seria Rio de Janeiro e São Paulo, zonas rural e urbana; as propagandas, industriais e artesanais, documentação impressa em cartazes, folhinhas, iconografia publicada em jornais, especialmente os “jornais ditos populares” e elementos presentes na oralidade “popular” (PAPE, 1978, p.14).

Na produção de Lygia Pape e Hélio Oiticica essa aproximação à “cultura do morro” repercutiu em um tipo distinto de comportamento por parte do espectador: suas obras se converteram em propostas. Entendê-las significava participar da proposta do artista ativamente, numa completa entrega à experiência. Nessa época Pape elaborou “Ovo”⁸ (1968), “Roda dos Prazeres”⁹ (1968) e “Divisor”¹⁰ (1968) – talvez a mais marcante de suas propostas. Como os “Bóides” (1963) e “Parangolés” (1964) de Oiticica, eram feitas a partir de materiais corriqueiros, como tecidos, potes de plástico, ripas de madeira etc., encontrados no dia-a-dia da cidade, e punham em questão a posição privilegiada do artista ao poderem ser copiadas ou recriadas. Buscando dar outro sentido à experiência cotidiana, essas obras compartilhavam a intenção de renovar o espaço e o público da arte.

“A mulher na iconografia de massa” (1978)

Se “Tramas de caboclo” e “Favela da Maré” revelam certa idealização da produção popular ainda dentro da matriz nacional-desenvolvimentista e modernista, a produção subsequente de Pape revela como esta foi sendo paulatinamente superada ou, no mínimo, redefinida.

O interesse pela “sociedade de massa”, comum também à trajetória de Oiticica, norteia a produção de Pape dos anos 1970.

A pesquisa que realizou para a FUNARTE em 1978, “A mulher na iconografia de massa”, definida como “um levantamento da imagem da mulher como signo gráfico [...] dentro da sociedade de massa” (PAPE, 1978, p.7), foi conceituada como um desdobramento do projeto “Eat me: a gula ou a luxúria?” e configura uma leitura da cidade contemporânea através das imagens criadas pela publicidade. Na mostra “Eat me”, apresentada primeiro em São Paulo e depois no MAM-RJ, em vitrines e barracas semelhantes às de camelôs, Pape reuniu objetos comumente associados à mulher: cintas, seios e cílios postiços, batons, perucas, espelhos, pó de arroz, dentaduras, espartilhos etc. que eram apresentados ao público de forma descontextualizada para, assim, revelar seus significados ocultos (sexismo, consumismo etc.).

Segundo Pape, o projeto “Eat me” fazia parte de um conceito mais geral ao qual chamou de “Espaços Poéticos”, e, dentro dele, definiu o “tema da mulher” como o “Espaço Patriarcal”, que indicava as apropriações da imagem feminina e sua transformação em “objeto de consumo”. Sua leitura sobre a mulher na iconografia de massa une aspectos relativos a um espaço urbano emergente e a questão do feminino junto a um repertório de imagens e ideias próprias ao universo da arte – mistura que torna estimulante a sua leitura¹¹. Seu trabalho busca entender a poética de um espaço urbano contaminado pelas imagens de massa e nelas apontar potencialidades criativas.

Pape inicia seu texto sendo categórica: na cultura de massa a leitura de códigos visuais associados à figura feminina tornara-se pobre e padronizada. A imagem da mulher serviria como apelo ao consumo cuja carga pretensamente erótica remeteria a uma “apropriação deturpada da figura feminina” (PAPE, 1978, p.7). Essa é a tônica que domina sua análise.

A primeira parte de seu relatório traz as definições dos conceitos que utiliza para analisar as imagens femininas (“Função Poética”, “Morar na cor”, “Museu imaginário” e “Mensagem Poética”) e a segunda a análise das fotos que coletou, divididas entre aquelas que analisa formalmente e interpreta segundo a relação que estabelecem com o meio urbano no qual se inserem (Seção “Análise das fotos”) e aquelas que ilustram sua leitura sobre o uso da imagem feminina na publicidade (Seções “O corpo devorado” e “Espaço patriarcal”).

Em “Função Poética” encontramos um trecho que claramente revela sua postura de “VER” como artista – por isso o destacamos em nosso texto. Relatando uma noite enevoadada em que deixava o Museu de Arte Moderna, descreve os efeitos de difusão da luz causados pela neblina em alguns anúncios daquele entorno como uma verdadeira experiência estética:

Uma noite, há muitos anos, eu Ivan Serpa e Darcílio Lima saímos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro quando deparamos com um espetáculo indescritível: toda a área em torno do museu o jardim de pedras, o chafariz, os gramados que se alternam em ondas verdes e que alongam por um lado até os letreiros da Varig e de outro se distanciam pelo Aterro afora, era uma coisa só, tomada por nevoeiro denso e branco que escondia tudo e amortecia até mesmo os ruídos. Pois nesse vapor, nós víamos pairando como nuvens leves, vibrantes, difusas, enormes manchas de cor vermelha, verde, azul. Não havia linha de horizonte, tudo se confundia como um espaço esférico e oco onde nós nos inseríamos também, envolvidos por aquela luminosidade colorida. Boiávamos juntos como bolhas soltas. Esse espetáculo pode ser comum naquela área, mas para mim, foi uma revelação. Eu tive como que uma revelação de VER. Dali para sempre eu não via as coisas de maneira única, presa aos significados aparentes, mas também ligada a outros, emergentes segundo a minha vontade, todos sempre presentes e abertos, como sinais novos e novos significados – a partir de um mesmo significante. (PAPE, 1978, p.6'-7')

Nos parágrafos seguintes, Lygia enfatiza como essa transformadora experiência ampliou sua forma de leitura da cidade e, em “Museu imaginário”, formula um novo método interpretativo de imagens. De início, constata que o convívio com os veículos de comunicação de massa já faz parte do cotidiano e se espalha por todas as atividades, como um “poluidor visual” aceito passivamente, mas que também estabelece uma “nova poética” no espaço que ocupa, que, apesar de determinar condutas voltadas ao consumo, seria capaz de criar “espaços artísticos”. Antes de abordar uma propaganda considerando sua finalidade, propõe abordá-la como processo “mais ou menos livre dos significados que vão lhe determinar a forma”.

Transgredir os métodos utilizados pela própria sociedade de massa, seria, para Pape, “uma atitude anarquista e interessante”, pois determinaria novos enfoques e novos suportes para a ação do “homem-inventor-criador”. Essa nova perspectiva teria ainda um “dado de humor grandioso” ao anular a monotonia que “adormece o olho, neutraliza a percepção e empobrece a existência diária” (PAPE, 1978, p.13'). Seria preciso desconsiderar o texto para apoiar-se no projeto plástico ou na imagem em si: “Faz-se então uma corrente de relações novas entre as várias figuras que se justapõem imagetivamente pela cidade”. O receptor, então, pôr-se-ia atento à estrutura dos “significantes”¹². Sua leitura, que passa menos pela comunicação da

¹²Para melhor articular sua proposta, Pape mescla referências a Jacobson e Humberto Eco. Do primeiro cita um excerto sobre a ambiguidade de estrutura da mensagem poética a qual possibilita interpretações múltiplas e obriga a fixar a atenção sobre a própria estrutura. Lembra, citando Eco, que o receptor substituiria um código externo global por um relacionado à sua própria sensibilidade e inteligência. Seu entendimento particular sobre a teoria da abertura da obra de arte lhe amplia as possibilidades de análise.

mensagem em si, dialoga com as definições “poéticas” formuladas nas páginas anteriores.

Essa metodologia fica mais clara quando passa à “Análise das fotos”, onde analisa conjuntos de imagens formadas por cartazes colados lado a lado em partes da cidade. A possibilidade de criar narrativas através das imagens pareadas ao acaso é apontada, por exemplo, em figuras onde um personagem “dialoga” com outros, de cartazes distintos: “[...] como o cômico de televisão olhar matreiro que parece saber o que se passa no ‘andar’ de baixo ou seja o outro cartaz do filme ‘Amada Amante’” (PAPE, 1978, p.19’).

As imagens ainda poderiam formar composições como as descritas nas figuras que mostram a vitrine de uma loja de vestidos de noivas na Rua São Caetano, em São Paulo: “Uma figura de mulher toda paramentada e a faixa de ‘liquidação’ sobre ela” (PAPE, 1978, p.22’). Pape afirma que, abstraído o contexto, ter-se-ia uma visão dadaísta: “Elas tornam-se então objetos do absurdo ou objetos-trouvê” (PAPE, 1978, p.22’).

Na interpretação de parte das imagens, Pape se atém às mudanças de significados decorrentes do contexto no qual os cartazes se inserem. A paisagem comporia um “fundo” distinto para a “figura” e alteraria e ampliaria seus significados. É o caso de um cartaz com motivos infantis fixado na parede de um estacionamento: “mas a imagem da ‘Branca de Neve’ em meio aos carros de um estacionamento liquida de vez o mito infantil das histórias de fada. Como conciliar a ‘Branca e seus anões’ dentro de tal contexto? É nessas situações que a imaginação do passante pode desenvolver seus devaneios poéticos” (PAPE, 1978, p.20’).

Descreve ainda uma propaganda que mescla as imagens dos cartazes ao ambiente urbano, a propaganda de maiôs Lycra, segundo ela “a melhor imagem coletada”:

Melhor e mais convincente é o anúncio de maiô da Lycra. Uma figura maravilhosa, loura, insinuante, sensual se lança num mergulho pelo espaço da cidade. Surgem então as situações as mais ambíguas e curiosas: a loura flamante em mergulho sobre os passantes de uma grande avenida. Caindo sobre os carros, mergulhando decidida nos gramados urbanos. (PAPE, 1978, p.19’)

A maneira como analisa as imagens vindas da publicidade se distancia da objetividade característica dos trabalhos científicos: sua visão segue critérios estéticos e mostra como, desvinculada da sua função instrumental de vender, essas imagens permitem uma forma aberta de leitura, que prenuncia, inclusive, novas propostas de trabalhos artísticos.

Segue à “Análise das fotos” o texto intitulado “O Corpo devorado”, no qual Lygia analisa, finalmente, a questão do feminino. Inicia informando que estatisticamente as imagens femininas correspondem a 70% dos anúncios pesquisados e que se apresentam de várias maneiras, desde o corpo inteiro até “pedaços” que seriam “as partes configuradas de maior índice erótico, de maior carga de apelo à libido do homem” (PAPE, 1978, p.23’).

Entre os “pedaços” da figura feminina, Pape destaca a boca. “Ela é ao mesmo tempo boca, vagina, olho e boca novamente só que famélica, devoradora, antropofágica”

(PAPE, 1978, p.23'-24'). Haveria também convenções na apresentação de cada parte do "corpo a ser devorado": por exemplo, "As bocas são todas sangrentas, rubras, tenras, entreabertas à espera de algo que o imaginário de cada um enriquece a partir de seus repertórios libidinosos" (PAPE, 1978, p.24').

Sua abordagem não se pretende militantemente feminista, mas evidencia o impacto do tema naquele momento, em que se realizavam diversas propostas artísticas sobre as questões de gênero¹³. Logo de início, Pape localiza seu trabalho como "documento diferenciado no campo das artes plásticas": utiliza-se de uma pesquisa institucional para ampliar seu campo de ação. Apesar de haver limitações, a pesquisa tanto testemunha seu conhecimento desta vertente como também a situa como questão a ser enfrentada.

Por outro lado, o texto de Pape indica como a artista já possuía uma consciência sobre o desenvolvimento e os discursos da arte pós-minimalista norte-americana.

Outro ponto a destacar é a investigação "poética" das imagens de massa. Se retomarmos a descrição de sua lembrança do nevoeiro a modificar a percepção das luzes dos anúncios, "como enormes manchas de cor", veremos como a ela subjaz a ideia de que ao artista, repercutindo formulações modernas, caberia um papel crucial: superar a indústria cultural pela criação. Na tentativa de recuperar o poder criador, superando a negatividade das constatações (preconceitos, moralismo, consumo), recoloca a questão da imagem da mulher como tema a ser elaborado, recriado, redefinido pela arte. Tal postura provém de seu repertório teórico, mas, sobretudo, de sua percepção e sensibilidade nutridas pelas artes plásticas. Seus interesses, embora extrapolassem esse meio, nunca abandonavam o eixo estético.

A "função poética" indica que Pape (como também Oiticica) via possibilidades em trabalhar a partir da cidade, mesmo aquela permeada pelas degradadas imagens da indústria cultural. Em "Tramas de caboclo..." e "Favela da Maré...", Pape encontrara na produção popular a renovada fonte para repensar a arte de vanguarda de um país periférico. Esse interesse, agora deslocado para a cultura de massa, revela, por um lado, certo desencantamento e, por outro, a permanência do seu interesse pelo "popular", já perante uma nova configuração.

Considerações

Se apresentamos no decorrer dessas páginas abordagens da artista Lygia Pape a duas diferentes dimensões do universo da cultura "não erudita" e essas leituras se apresentaram altamente positivas (genuína referência para a arte de vanguarda brasileira ou material necessário para uma renovada reflexão sobre a cidade), também nos cabe pensar sobre as motivações que conduziram a artista a essas posições.

Longe de ser uma prática nova, o encontro com o popular esteve presente de maneira efetiva na produção cultural moderna brasileira, que, em parte, se apoiara no encontro com este "outro" como fonte de revisão e proposição de novos parâmetros, não apenas estéticos¹⁴. Ao tentar entender o que a procura pelas "raízes brasileiras" significava, não só para Lygia Pape, mas também para Hélio Oiticica, foi necessário encarar as dificuldades advindas da inexistência de uma visão consensual sobre o próprio conceito de "popular" ou "cultura popular". Seu emprego revela uma ambivalência, seja por

¹³Na proposta feminista encontravam-se tentativas de localizar a mulher política, estética, histórica e psicanaliticamente. No contexto internacional do período, sobretudo no norte-americano, artistas como Yoko Ono, Eva Hesse, Adrian Piper, Susan Hiller, Miriam Schapiro, Louise Bourgeois, Mary Kelly, Mira Schor, Cindy Sherman, Judy Chicago e Bárbara Kruger, entre outras, responderam de formas diferentes às questões sobre o feminino.

¹⁴Nesse sentido, o exemplo de Mário de Andrade é paradigmático. Ele protagonizou o "descobrimento" do Brasil, percorrendo nas décadas de 1920 e 1930 o interior do país para registrar manifestações folclóricas num período em que artistas e intelectuais ainda contribuíam diretamente para os quadros do Estado, amparados em um amplo projeto político-cultural que incorporava o elemento popular como dado essencial. A pesquisa e reelaboração da produção musical popular realizada pelo maestro Heitor Villa-Lobos também é uma referência para se analisar o período. As fontes musicais populares coletadas em pesquisas eram retrabalhadas segundo parâmetros eruditos e postas de volta à circulação.

¹⁵Além de problematizar tal denominação, é necessário atentar para como a crítica de arte recuperou essas discussões. Lembrando Pedrosa (apud ARANTES, 1983, p.32-34), a distinção entre os termos “arte culta” e “arte popular” teria surgido na época moderna, na sociedade capitalista, com a formação da burguesia e a divisão da sociedade em classes, constituindo um dos “aparelhos ideológicos” burgueses uma vez que a “arte popular” fora sempre um produto excluído das honras da historiografia da arte. Para Chauí (1984), a denominação “cultura do povo” viria dos próprios intelectuais. Tal expressão teria surgido da constatação da diferença, da oposição e do reconhecimento da luta de classes. O termo “cultura popular”, sob um prisma marxista, representaria uma ideia de dominação, as ideias dos dominados em relação a uma cultura dominante, que estaria na esfera da “arte culta”.

parte das instituições que então surgiam para gerir a Cultura, seja por parte de artistas e intelectuais que se acercavam do tema, então em intensa discussão¹⁵. Não é difícil perceber que, no período, o “popular” se constituía como campo de disputa.

De início podemos pensar que a estilização da figura do morador da favela vinha preencher lacunas no que se configurava como o estilo de vida da emergente classe média no Brasil do Milagre Econômico de meados de 1970, fruto da urbanização acelerada, da consolidação da sociedade urbana e da indústria cultural. Mais afluente que nunca (experimentava-se um inédito crescimento econômico de 10% ao ano), mas constrangida por todos os lados, ela acabava por expressar essa insatisfação em diversas formas de manifestação cultural. A ênfase nos aspectos positivos atende a essa classe de insatisfações.

A “arquitetura popular” se configurava quase como um lugar à parte: os moradores do morro acabariam se atendo, forçados pela carência, apenas às necessidades básicas, estando desta maneira “livres” das necessidades artificiais impostas pelas pressões do consumo. Assim, seriam impelidos a exercer sua criatividade e a ter um contato com o próprio corpo, com o ambiente e com as outras pessoas mais “autêntico”. Esta visão recriava e atualizava uma série de lugares comuns em relação às manifestações populares.

Durante a ditadura militar, a “favela” tornara-se um ponto recorrente na cultura e no discurso político da oposição. A visão de Lygia e de Hélio sobre seus espaços se mostra distinta na medida em que se afasta da visão corrente da oposição de esquerda do período, que tendia a retratá-la por meio de uma arte “engajada” que a tomava como paradigma das injustiças e desequilíbrio no desenvolvimento social brasileiro. Em contraste, sua abordagem era decididamente positiva quanto às potencialidades da “cultura popular”.

Hélio e Lygia compartilhavam ainda outro ponto: utilizavam na análise da cultura popular da favela procedimentos análogos aos empregados em suas propostas artísticas. Daí emergir uma espécie de leitura neoconcreta da favela que se apoiava em aspectos como a continuidade e permeabilidade entre espaços de dentro e de fora das habitações, expressa, por exemplo, na referência à fita de Moebius. Esse ponto é central na argumentação de “Tramas de caboclo” e “Favela da Maré” e na dissertação “Catiti catiti, na terra dos brasis”. A arte da neovanguarda brasileira encontraria sua identidade e relevância internacional na medida em que entrasse em diálogo com o “popular”.

Este diálogo configura-se ainda mais complexo quando observamos o interesse de Pape pela imagem da mulher na “iconografia de massa”: ainda que a artista continue a lidar com o material provindo do cotidiano urbano, neste momento trabalha a partir de outros tipos de referências e questões, como se uma nova camada se sobrepusesse às questões anteriores.

Assim como Lina Bo Bardi, Lygia Pape e Hélio Oiticica descobrem a existência de uma “primitividade construtiva” no popular. A resignificação de resíduos da indústria (potes, vidros, caixas, plásticos etc.) recolocava sob nova forma a crítica ao desenvolvimento dependente que Lina iniciara. A proposta de incorporação da produção popular num

amplo projeto que visasse o desenvolvimento alternativo e independente para o Brasil é redefinida pelos artistas, que, distantes de um “projeto” para a nação, contrapõem não apenas a dimensão do imediato, do urgente, mas também a da criatividade inerente à precariedade cotidiana popular. Se o objeto projetado pelo desenho industrial virara consumo, haveria que se repensar outras estratégias.

Enquanto as experimentações artísticas derivadas do encontro desses artistas com a arquitetura, cultura e o samba do morro haviam dado origem a propostas que requeriam a participação ativa do público, como nos “Parangolés”, “Bóides”, “Divisor” e “Roda dos Prazeres”, na fase seguinte, os artistas aumentaram o escopo de suas referências. Tanto Pape quanto Oiticica perceberam que falar de “popular” nos anos 1970 correspondia a construir novas referências que deveriam se distanciar das “raízes brasileiras” modernistas incorporando nas análises as imagens difundidas pela publicidade, pela televisão e pelo rádio, por cartões postais, revistas ou objetos plásticos tornados “populares” pela indústria de *gadgets*, pelos grandes anúncios dos *outdoors*, produtos de segunda linha, indústria cultural, música, cinema e literatura, e, enfim, em todos os discursos que muito rapidamente haviam passado a permear a experiência da cidade (e não apenas a da classe média ou alta).

Pape e Oiticica não são os únicos a perceberem essa substancial mudança. Estas questões estão também presentes na produção de outros artistas. Um caso típico é a obra “A Bela Lindonéia” ou “A Gioconda do Subúrbio”, elaborada por Rubens Gerchman em 1966. A obra reproduz a imagem de uma jovem de 18 anos envolvida em assassinatos que impressionaram as camadas populares e que foram amplamente difundidos nos jornais sensacionalistas da época. A imagem da jovem é o ponto de partida para o trabalho do artista, que dá a Lindonéia um tratamento semelhante ao que a *pop art* dera às imagens de uma Marilyn Monroe, porém sua aproximação se distancia do glamour, submetendo-a a um tratamento que remete às limitações econômicas e técnicas da imprensa popular da época. Não por acaso esse quadro deu origem a uma canção de Caetano Veloso e Gilberto Gil. Ou seja, chamou a atenção de duas das principais figuras do Tropicalismo, que tentava um novo entendimento da cultura brasileira, ultrapassando a forma da dualidade entre arcaico e moderno.

Essa inflexão está presente tanto na trajetória de Pape quanto na de Oiticica, nas vivências em Londres e Nova Iorque ou na nova experiência com a cidade do Rio de Janeiro. Mas a ocorrência de tal inflexão extrapola suas carreiras. Pode-se dizer que a estrutura do país estivesse enfrentando importantes mudanças e que, mesmo internacionalmente, depois de 1968, as expectativas depositadas no “povo”, na classe operária, estivessem diminuindo, recolocando em outros termos a questão do sujeito histórico, agente de mudanças. O trabalho em arte enfocando as “minorias” ganhava então cada vez maior protagonismo¹⁶. Neste segundo momento, que transcorre durante a década de 1970, os artistas continuam sua pesquisa interessados em ver como a produção da indústria cultural permeia a vivência urbana emergente. Nesse movimento, desperta seu interesse a cultura produzida por grupos específicos, com identidades próprias, e as questões ligadas ao feminino, etnias, gênero, contracultura etc. começam a emergir em seu trabalho, e não apenas nele.

Se encontramos nos dois primeiros textos de Pape uma matriz ainda próxima à do modernismo brasileiro, o último leva a pensar sobre as discussões que então aconteciam

¹⁶Nesse período, os liberais norte-americanos optaram por seguir uma postura de apoio a reivindicações de grupos identitários. Todo esse arco de reivindicações acabou sendo definido como as “políticas de identidades”. Da mesma forma como o feminismo pode ser entendido como parte desta estratégia política, também se pode pensar a produção de outros artistas como seguindo essas posturas.

no contexto norte-americano e nas novas propostas para a arte de ponta, que têm como interlocutor (direto ou indireto) o debate feminista.

Na produção de Hélio Oiticica da década de 1970 também encontramos uma autocrítica à sua produção anterior ligada à Mangueira. Oiticica já morava há cerca de três anos em Nova Iorque quando produziu suas “Cosmococas”, que demonstram o quanto, em vez de seguir elaborando as referências da cultura popular brasileira, o artista já travava diálogo com a produção nova-iorquina.

Se nos “Parangolés” da Mangueira sua preocupação fora promover através da arte o contato renovado (sem as mediações das convenções artísticas ou as do consumo) com o mundo, instaurando um novo sentido para as práticas cotidianas, nas “Cosmococas” ele desenha uma nova estratégia para (re) “formular pela primeira vez” o mundo (Gullar, 1959). Propõe ambientes nos quais o participante é solicitado a participar justamente a partir dos elementos descartados do consumo.

HO chamou de Bloco de experiências “Cosmococa – Programa in progress” (1973-74) um conjunto de nove proposições de instalações acomodadas em caixas que tinham instruções para a criação de situações “faça você mesmo”. Via de regra, são trabalhos a quatro mãos (com Carlos Vergara, Silvano Santiago, Thomas Valentim etc.) e sua origem encontra-se na parceria com Neville d’Almeida, na vontade de “desconstruir” o cinema e no seu interesse pelo Cinema Marginal.

Nas “Cosmococas”, o participante, vencendo a passividade do cinema tradicional, deveria articular as imagens por si mesmo, construindo sua própria narrativa. Nos *slides* que projetava em algumas paredes dos ambientes propostos, HO mesclava a imagens bastante difundidas de célebres figuras como Marilyn Monroe, Jimmy Hendrix, Yoko Ono, Mick Jaeger (presentes em capas de discos ou livros em destaque na época) camadas de desenhos feitos com cocaína. Às imagens de massa, as “Cosmococas” mesclavam elementos vindos do universo “underground” de Nova Iorque.

As imagens deveriam ser vistas em ambientes próprios que variavam de acordo com o bloco experiência e incluíam redes para deitar, piso feito de espuma, elementos como balões de ar, colchões, sólidos geométricos feitos também de espuma, lixas de unha etc. que potencializariam a capacidade do espectador remontar a narrativa das imagens projetadas.

Na “Cosmococa”, HO operava reduzindo a forma degradada “cine-entretenimento” a seus elementos constitutivos: filme, espaço e tempos fixos da projeção, comportamento do espectador na recepção (corpo que olha, sentado sem reação), arquitetura de palco e plateia para, então, rearticulá-los pela colisão entre a ausência de narrativa e a proposta ambiental. Seu resultado eram *Kits* portáteis, que poderiam ser reproduzidos em massa e vendidos, contendo os *slides* e todo material necessário para a realização de “Cosmococas” em casas, apartamentos, festas etc.

Nesse sentido, HO trabalha desde dentro da lógica de produção da cultura de massa, como o próprio *rock and roll*. As “Cosmococas” demonstram ainda como as artes plásticas se abriam para esse mundo e tentavam interferir nele.

No texto de Asbury (2008) encontramos uma análise de como a descoberta do *rock and roll* em Nova Iorque foi fundamental para que Oiticica revisasse seus parâmetros a respeito do samba. Para o autor, as conotações primitivistas se esgotariam ao se considerar a extensão da trajetória de HO e como (re)pensou a experiência da dança quando entrou em contato com o *rock*. Oiticica enxergava no êxtase dionisíaco do samba um caminho na investigação da experiência estética, outro meio de proporcionar “ao indivíduo de hoje, a possibilidade de ‘experimentar a criação’” (OITICICA, 1966 in CATALOGUE... 2004). Nesse sentido, a cultura do samba aparecia como um imenso campo a ser explorado. Porém, nos textos em que escreve sobre esse período passado em Nova Iorque na década de 1970, o *rock* é alçado a instrumento de descoberta do corpo, papel antes designado ao samba:

[...] descobri q o q faço é música e q música não é “uma das artes” mas a síntese da consequência da descoberta do corpo: por isso o ROCK p. ex. se tornou o mais importante para eu pôr em xeque dos problemas chave da criação (o SAMBA em q me iniciei veio junto com essa descoberta do corpo no início dos anos 1960: PARANGOLÉ e DANÇA nasceram juntos e é impossível separar um do outro): o ROCK é a síntese planetário-fenomenal dessa descoberta do corpo. (OITICICA, 1980 apud JACQUES, 2001, p.41, grifo nosso)

Apresentando, inclusive, algumas vantagens:

*O samba é uma coisa mais ligada à terra, ligada a coisas míticas das quais o rock prescinde. O rock já sintetiza tudo isso, **você já é iniciado desde que ele te atinge.** O samba, eu tive que ir a ele.* (OITICICA, 1978 apud JACQUES, 2001, p.41, grifo nosso)

Se retomarmos as análises do próprio HO sobre sua trajetória, veremos como a fase de seu envolvimento com a Mangueira é considerada uma preparação para o seu desenvolvimento artístico posterior. Como lembra Favaretto (2007), suas últimas entrevistas, datadas do período em que chega de volta ao Brasil, em 1978, depois de oito anos vivendo em Nova Iorque, revelam como os seus trabalhos recentes configuravam “uma anamnese daquele percurso que então considerava um prelúdio ao que seria a sua verdadeira criação”. Disse Oiticica: “De repente eu cheguei à conclusão que tudo o que eu fiz antes era um prólogo para o que está aparecendo agora” (OITICICA, 1978 in OITICICA FILHO; VIEIRA, 2009, p.180).

Para Pape e Oiticica, dar continuidade a suas pesquisas em meados dos anos 1970, significava ter um olhar aguçado para a produção da indústria cultural, seguir os meandros de sua apropriação¹⁷. O projeto “Eat me: a gula ou a luxúria?” (1975-1978) dá a medida dessa transformação: a associação entre consumismo e sexismo combinava a pesquisa da “arquitetura” ao mundo vindo do comércio informal popular.

Na mostra “Eat me”, apresentada primeiro em São Paulo na Galeria Arte Global e depois no MAM-RJ, em vitrines e barracas semelhantes às de camelôs estavam reunidos objetos corriqueiros diretamente referentes à mulher: cintas, seios e cílios postiços, batons, perucas, espelhos, pó de arroz, dentaduras etc.

Na primeira exposição, Lygia dividiu o ambiente em duas partes, uma com luzes vermelhas e a outra com luzes azuis. No meio de cada sala montou uma estrutura cúbica

¹⁷Na produção de Pape das décadas seguintes, encontramos desdobramentos dos interesses presentes nestes três textos. A partir desse período, inicia uma pesquisa mais formal voltada às possibilidades de “ressensibilizar” materiais e à investigações sobre materialidades como chapas de aço (“Amazoninos”) e néon (“O olho do guará”). Em “Sedução” (1995), por exemplo, Pape construiu corações formados por embalagens de bombons, reimprimindo “virtudes” aos materiais descartados, representantes do consumo. Por outro lado, ela constituiu uma importante série de trabalhos que tem como questão central a relação entre os tupinambás e a cidade do Rio de Janeiro.

de ferro, de onde pendiam várias lâmpadas, e as cobriu com um tecido transparente, como numa barraca. Nelas havia saquinhos de papel com a inscrição impressa em preto “objetos de sedução”, onde estavam contidos calendários de mulheres nuas, pelos, loções afrodisíacas, amendoim, espelhos junto a textos feministas que podiam ser comprados ao preço de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), o que, segundo Lygia, “também era uma forma de contestar o mercado de arte. [...] As pessoas mais diversas compravam esses *objetos de arte*”. Comprar e levar para a casa tais objetos, adquiridos numa exposição na qual se problematizava a mulher como objeto de consumo, implicava em ressemantizá-los – em uma das entrevistas nas quais descreveu que carimbava de batom e assinava cada saquinho vendido, Lygia brincou que os beijava e depois os “assassinava” (PUPPO, 2004), fazendo referência à mudança de sentido que promovia –, os “objetos de sedução”, na categoria de *objetos de arte*, evidenciariam seus significados ocultos (MACHADO, 2008, p.81). Não demorou para que a exposição de Pape fosse fechada pela censura.

No MAM do Rio de Janeiro, na Área Experimental, onde remontou a exposição, Lygia fez um espaço todo negro com três tendas que sustentavam a frase “Eat me: a gula ou a luxúria?” escrita em néon. Nestas tendas também vendia os “objetos de sedução”. Algumas bancadas exibiam artefatos desse universo corrompido; uma delas mostrava objetos como perucas, seios, dentes e cílios postiços, outra cabelos e maçãs, uma ainda exibia fotos e a outra textos feministas.

Nesta simulação de feira de camelôs vemos as duas referências que embasam os textos de Pape interagindo. Interessa ver como a artista articula essas dimensões, implicando ao universo popular as decorrências da indústria cultural.

Não à toa, “Eat me” apareceu no segundo número da revista Malasartes. Esta revista de curta duração (apenas três números) foi publicada por artistas e críticos então emergentes como Ronaldo Brito, Carlos Zilio e José Resende e tinha como ponto central a análise e a discussão do circuito de arte. Seus artigos abordavam a questão da circulação das obras e da possibilidade de interferir no sistema de arte, então em consolidação. Alguns eram dedicados à republicação de textos importantes para o desenvolvimento da arte recente no Brasil e parte deles atualizava o debate da arte contemporânea traduzindo textos internacionais. Junto a isso, a revista também construía uma crítica ao projeto nacional popular, que pode ser lida a partir de um conjunto de artigos como “A Querela do Brasil”, de Zilio¹⁸, e de produções individuais de artistas brasileiros como a reportagem fotográfica de Carlos Vergara sobre o bloco carnavalesco “Cacique de Ramos”, a apresentação da exposição “Eat me: a gula ou a luxúria?”, de Lygia Pape, e o grupo de fotografias “Satélites” de Miguel do Rio Branco, sobre as habitações das cidades que cercam Brasília. São artigos e trabalhos práticos que guardam a forte referência ao universo popular emergente, fruto do “milagre econômico” brasileiro, mas que, no entanto, se distanciam das práticas artísticas do modernismo brasileiro.

Malasartes retrata uma nova dinâmica das artes plásticas em um momento rumo à abertura democrática. Na época, as artes ensaiavam novas aproximações a reconfigurada cultura não erudita brasileira.

Como todo momento de transição, o emergente convive com o pré-existente. Esta tensão percorre a obra de Lygia Pape e, na verdade, a impulsiona. Os textos foram

¹⁸Os artigos “A Querela do Brasil” (Carlos Zilio), “Ideologia da cultura brasileira” (Carlos Guilherme Mota) e “Planejamento ambiental, ‘Desenho’ no impasse” (Lina Bo Bardi) centram o foco em diversas dimensões implícitas no feixe de questões despontadas pelo “nacionalismo” e/ou pelo “modernismo brasileiro” nos números de Malasartes. Problematizam a questão da relação entre arte e “identidade nacional” e o desenvolvimento de uma arte local contemporânea independente, produzida no Brasil, e não “brasileira”. Carlos Zilio em “A Querela do Brasil” coloca a questão da dependência de modelos externos nas artes plásticas defendendo o interesse por uma concepção particular de expressão vinculada à “nossa realidade” (MALASARTES n.2, 1976, p.8). Ver MACHADO; SANTOS, 2012.

selecionados por representarem pontos estratégicos desta tensão dentro da qual ela trabalhou. Indiretamente, a produção de Pape e Oiticica reflete essas mudanças, que, atentando para outros aspectos do urbano, recriam mais uma vez a forma de relação entre arte e realidade.

Bibliografia

- ARANTES, Otilia. *Mario Pedrosa diante da arte pós-moderna*. Arte em Revista n.7, CEAC. São Paulo, 1983.
- ASBURY, Michael. *O Hélio não tinha ginga*. In: BRAGA, Paula. (org). *Fios soltos: a arte de Hélio Oiticica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BORJAS-VILLEL, Manuel J.; VELÁSQUEZ, Teresa. (curadoria). *Lygia Pape: espaço imantado*. Textos de Paulo Herkenhoff [et al.]. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012.
- CATALOGUE RAISONNÉ HÉLIO OITICICA. Textos originais de Hélio Oiticica e outros em mídia digital - versão preliminar do Catalogue Raisonné Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Projeto Hélio Oiticica, 2004. 3 CD-ROM.
- CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. O nacional e o popular na cultura brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália: a explosão do óbvio*. In: BASUALDO, Carlos (org). *Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007. Vários autores.
- GULLAR, Ferreira. *Diálogo sobre o não-objeto*. 1959. Disponível em: <<http://www.literal.com.br/ferreira-gullar/por-ele-mesmo/ensaios/dialogo-sobre-o-nao-objeto/>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- MACHADO, Vanessa Rosa. *Lygia Pape: espaços de ruptura*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2008.
- MACHADO, Vanessa Rosa; SANTOS, Fábio Lopes de Souza. *A Revista Malasartes, a crítica ao projeto político-cultural do modernismo e a produção experimental dos anos 1970*. In: Anais do VIII Encontro de História da Arte: História da Arte e Curadoria, 2012, Campinas.
- MALASARTES. Rio de Janeiro, Números 1, 2 e 3. Rio de Janeiro. Imprinta. Setembro de 1975/junho de 1976.
- MATTAR, Denise. *Lygia Pape - Intrinsecamente Anarquista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2003.
- OITICICA FILHO, César; VIEIRA, Ingrid (org.). *Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.
- ORTEGA, Sheila Christina. *Lygia Pape, indigenismo e engajamento*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2004.
- PAPE, Lygia. *A mulher na iconografia de massa*. (Relatório de Pesquisa). FUNARTE, Rio de Janeiro, 1978.
- _____. *Catiti catiti na terra dos brasis*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1980.
- _____. *Favela da Maré ou milagre das palafitas (1972)*. In: BORJAS-VILLEL, Manuel J.; VELÁSQUEZ, Teresa. (curadoria). *Lygia Pape: espaço imantado*. Textos de Paulo Herkenhoff [et al.]. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012.

PAPE, Lygia. *Lygia Pape* - Entrevista a Lúcia Carneiro e Ileana Pradilla. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998. Coleção Palavra do artista.

_____. *Tramas de caboclo ou a geometria do mato (s/d)*. In: BORJAS-VILLEL, Manuel J.; VELÁSQUEZ, Teresa. (curadoria). *Lygia Pape: espaço imantado*. Textos de Paulo Herkenhoff [et al.]. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012.

Recebido [Nov. 22, 2017]

Aprovado [Abr. 06, 2018]

PUPPO, Eugênio (Ed. e org.). *Cinema marginal brasileiro e suas fronteiras: filmes produzidos nos anos 60 e 70*. Rio de Janeiro: Heco Produções. 2004.

A estrutura urbana de São Paulo a partir do Plano Urbanístico Básico:

o descompasso de seu percurso para a continuidade de um propósito

Priscila Regina Sato, Sidney Piochi Bernardini*

Resumo O artigo tem como objetivo analisar os apontamentos relacionados à estrutura urbana da Grande São Paulo estabelecidos no Plano Urbanístico Básico (PUB), realizado pelo município de São Paulo, em 1968, elucidando a tentativa de imprimir uma estrutura urbana condicionada pelo processo de metropolização em curso, além de discutir os meandros técnicos e institucionais que forjaram uma reorientação da sua concepção nos anos seguintes. Além de uma oposição ao modelo proposto, as contradições político-institucionais que se intervieram em um momento de mudanças importantes de caráter institucional em São Paulo foram algumas das razões para a sua não efetividade.

Palavras-chave: Plano Urbanístico Básico, estrutura urbana, São Paulo.

The Urban Structure of São Paulo from the Basic Urban Plan: the mismatch of its path to the continuity of one purpose

Abstract This article aims to analyze the parts of the Basic Urban Plan for the Greater São Paulo (carried out by the town hall of São Paulo in 1968) regarding its urban structure, thus elucidating the attempt to imprint an urban structure conditioned by the ongoing metropolization process. We also discuss the technical and institutional entanglements that prompted a reorientation of its conception in the following years. Besides an opposition to the proposed model, the political and institutional contradictions that intervened at a time of major institutional changes in São Paulo were some of the causes for its lack of effectiveness.

Key words: Basic Urban Plan, urban structure, São Paulo.

La estructura urbana de São Paulo a partir del Plan Urbanístico Básico: el descompaso de su trayecto para la continuidad de un propósito

Resumen El artículo objetiva analizar apuntes relacionados con la estructura urbana de la Gran São Paulo establecida en el Plan Básico Urbano. Este plan fue desarrollado por el ayuntamiento de São Paulo, en 1968. El análisis aclara el intento de establecer una estructura urbana condicionada por el proceso de metropolización. Se discuten los enrenamientos técnicos e institucionales que forjaron una reorientación de su concepción en los años siguientes. Además de una oposición al modelo propuesto, las contradicciones político-institucionales que intervinieron en un momento de grandes cambios institucionales en São Paulo fueron algunas de las razones de su falta de efectividad.

Palavras chave: Plan Básico Urbano, estrutura urbana, São Paulo.

Após 50 anos da elaboração do Plano Urbanístico Básico (PUB-1968) desenvolvido para o município de São Paulo, é possível encontrar várias pesquisas que o abordaram a partir de um contexto mais amplo na História do Planejamento Urbano em São Paulo. Uma das primeiras referências é a tese de doutorado de Campos Filho (1972), seguida por outras referências como a de Leme (1982) sobre a formação do pensamento urbanístico e Anelli (2007) que também abordou o PUB-1968, com foco nas estruturas de transporte em São Paulo. Assim como Leme (1982), Anelli (2007) aborda as origens conceituais e teóricas dos principais planos realizados para São Paulo e que contribuíram, de alguma maneira, para conformar a estrutura urbana do município e sua fisionomia urbanística. Inseridos na linha de pesquisa de Anelli (2007) estão Pierini (2013) e Santos (2014) que investigam o PUB-1968 por meio da análise de infraestruturas de transporte, propostas e implantadas, e suas relações com os interesses do desenvolvimento econômico rodoviário.

As pesquisas que abordam o PUB-1968 também revelaram o descompasso produzido entre a implantação parcial do sistema de transporte coletivo e individual por ele proposto e a Lei Geral de Zoneamento de 1972 para o município de São Paulo. As pesquisas de Feldman (2005) sobre o zoneamento abordam este descompasso como parte da lógica do discurso presente no planejamento urbano no Brasil e produz um espaço condicionado por interesses sociais e econômicos. Os estudos de Feldman (2005) são utilizados por Somekh e Campos Filho (2002) que constataram a incoerência entre o PUB-1968 e seu uso na demarcação do zoneamento de 1972, sobre uma estrutura de transporte incompleta. Silva Júnior (2002) também investigou os descompassos presentes no planejamento urbano de São Paulo. Sua pesquisa abrange o período entre 1886 a 1986, incluindo o PUB e o zoneamento de 1972. Silva Júnior (2002) discute a vinculação entre o processo fragmentado do planejamento os interesses de grupos sociais dominantes ligados à produção do espaço urbano, induzindo uma distribuição desigual das infraestruturas e das ofertas de emprego. Feldman (2005), Somekh e Campos Filho (2002) e Silva Júnior (2002) compreendem que o descompasso e a produção de um espaço desigual são consequentes de um planejamento urbano condizente com a estrutura brasileira caracterizada por sua desigualdade e segregação socioespacial. Esta explicação é bastante desenvolvida por Villaça (1998) que busca interpretar as lógicas do capitalismo e suas implicações no espaço urbano.

Outra vertente que busca compreender as relações entre o âmbito social, econômico e urbano está inserida no pensamento de Deák (1999) A partir dos seus apontamentos sobre os estágios do modo de produção capitalista, em que as categorias de produção do espaço urbano estão condicionadas à estrutura de cada sociedade. Como ramificação da vertente de Deák (1999), a pesquisa de Bonett Neto (2014) apresenta uma análise sobre a ideologia por trás do PUB-1968 e do PDE-2002, elucidando as relações entre os estágios do capitalismo e a predominância condicionantes ideológicas direcionando as transformações do espaço urbano conforme as necessidades de reprodução social. Bonett Neto (2014) ainda apresenta as diferenças entre a incorporação da ideologia no

*Priscila Regina Sato é Arquiteta, mestranda no Programa de Pós-graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidades da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC-UNICAMP), ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1701-2361>>. Sidney Piochi Bernardini é Arquiteto e Urbanista, professor do Departamento de Arquitetura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6264-9070>>.

pensamento da sociedade burguesa tradicional e da sociedade brasileira, que possui peculiaridades a serem consideradas.

A abordagem teórico-metodológica aqui apresentada procura questionar os descompassos entre os processos do planejamento urbano na realidade paulistana e os interesses envolvidos na produção e reprodução do espaço urbano em uma sociedade estruturada e caracterizada por históricas desigualdades sociais. Espera-se contribuir com a discussão sobre o pensamento vinculado ao processo de planejamento urbano em São Paulo, sob a ótica das propostas de estruturação urbana contidas no PUB-1968, considerando, em especial, os documentos gráficos produzidos no seu âmbito. Além disso, pretende-se também considerar as influências das propostas efetuadas no PUB-1968 em outras posteriores que acabaram por incorporar traços de um pensamento teórico internacional. A análise utilizada nesta pesquisa procura elucidar os processos de elaboração dos planos brasileiros e os métodos utilizados nas tomadas de decisão que incorporam modelos europeus e norte-americanos, resultando, muitas vezes, em um descompasso entre estes modelos e sua efetivação, uma vez que são os contextos socioeconômicos que condicionam a concretização destes planos e não o contrário. Defende-se, portanto, que o problema não estava localizado nos modelos em si, mas na sua adoção em contextos estranhos e alheios às possibilidades de sua viabilização.

O PUB e suas referências internacionais

No estudo do processo de elaboração do PUB para as recomendações de estrutura urbana, foram verificadas referências aos planos internacionais no texto que trata das análises para a definição dos conceitos de estrutura urbana. O documento afirma que um dos conceitos da estrutura proposta (Conceito 2 – ver figura 3) foi elaborada tomando como referência o Plano Metropolitano de Londres, de 1943, formulado *pela London County Council*, com assessoria de Patrick Abercrombie. Lucchese (2012) explica que ao término da Segunda Guerra, Patrick Abercrombie com contribuições de John Henry Horshaw assumiu a realidade metropolitana da Grande Londres como um pressuposto, evidenciando a necessidade de um plano específico para esta escala. Ao abordar o conteúdo deste plano, Roosmalen (1997) destaca a importância da figura de Abercrombie, que estava inserido na "*Garden City Association*" e defendia os conceitos de Ebenezer Howard. O esquematismo físico-espacial do modelo cidade-jardim estava presente principalmente nas diretrizes de descentralização, com adoção de sub-centros para comunidades de bairros, que possuíam determinada autonomia, conectados por um sistema de transporte rápido (figura 1).

Segundo Roosmalen (1997), ao mesmo tempo que reforçava os conceitos de Howard, Abercrombie também insistia em adotar o planejamento na escala regional, sendo possível verificar que as centralidades distribuídas na região metropolitana possuíam hierarquias um pouco diferentes do modelo de Howard, apresentando densidades com uso e ocupação variadas. Segundo Domhardt (2012) este desdobramento do modelo de cidade-jardim é formulado pelo CIAM em 1952, "*The heart of City*", no período pós-guerra com um caráter de humanização da vida urbana, sendo necessário entender as diferentes possibilidades, nas diversas escalas de planejamento. Portanto, foram mantidos os componentes essenciais de Howard, considerando o crescimento limitado para o futuro dos núcleos urbanos com uma estrutura central que seria

planejada em acordo com unidades de gerenciamento distribuídas e organizadas em um sistema hierárquico, definindo a “constelação urbana”.

Domhardt (2012) esclarece que apesar dos participantes dos CIAMs buscarem o rompimento com os antecedentes do planejamento para desenvolverem a reforma do planejamento, que por sua vez, implicaria em uma reforma nas condições de vida, renovando relações sociais e econômicas, as ideologias de Ebenezer Howard estavam presentes naqueles Congressos. A incorporação da visão de urbanismo de Howard deve-se principalmente ao contato que os participantes tinham com seus conceitos da cidade-jardim e seus envolvimento com a aplicação destes conceitos tanto nas cidades europeias quanto nas norte-americanas. As aprovações dos conceitos de Howard se compatibilizavam com o contexto do segundo pós-guerra, favorável para o pensamento progressista e democrático. Na abordagem norte-americana, Domhardt (2012) destaca a figura de Walter Gropius que teve influências do modelo de cidade-jardim principalmente após o engajamento de Lewis Mumford. Ao se mudar para os Estados Unidos, Gropius iniciou sua carreira acadêmica na Universidade de Harvard, passando a defender que a reorganização da estrutura urbana no campo do planejamento deveria abranger diversos campos do conhecimento, além do aspecto meramente físico-territorial, centrando-se em dois elementos: unidade de bairro e a “super-rodovia”. Estes elementos estavam baseados em derivações programáticas da *Regional Planning Association of America* (RPAA), nos Estados Unidos, conformando um ideário daquela Associação sobre o modelo mais adequado de estrutura urbana. Enquanto as unidades de bairro eram agrupadas e denominadas como “novas cidades” ou municípios, o sistema de “super-rodovia” asseguraria o papel de conectar estes municípios, constituindo uma rede articulada.

A criação do RPAA, ainda no final da década de 1920, não só agregou profissionais expoentes do campo do planejamento urbano estadunidense, como Alexandre M. Bing, John L. Bright, Lewis Mumford, E. H. Klaber, Nills Hammarstrad, Benton MacKaye, Sullivan Jones e Clarence Stein, como também desenvolveu um programa de atuação que tinha como base conceitual o modelo de Howard, entendido como o mais apropriado para se pensar a estrutura regional das cidades norte-americanas. Entre seus princípios programáticos, estavam: apoiar a realização de cidades-jardins como um plano global para o desenvolvimento da região; desenvolver relações com os expoentes do pensamento inglês (com destaque para Patrick Geddes); preparar análises territoriais e elaborar projetos em escala regional em colaboração com o Comitê de Planejamento Comunitário; realizar estudos a favor da ciência regionalista; elaborar análises de uma série de regiões (CIUCCI, 1975).

A vinculação, portanto, ao modelo inglês constituía a base do planejamento regional nos Estados Unidos e continuaria repousando nas formulações posteriores vinculando os componentes da estrutura rodoviarista a um molde de crescimento pautado pelas variações de densidades que se orientavam para a manutenção de subúrbios e unidades residenciais isoladas nos lotes. Assim é que a dicotomia entre os modelos de adensamento e manutenção de baixas densidades (aos moldes do modelo howardiano) permaneceriam intactas ao longo do século, permeando os debates em torno dos padrões de estrutura urbana mais adequados (CALABI, 2005).

É interessante notar como este ideário se derivaria em modelos mais diversificados. Em um dos conceitos trabalhados no PUB (o conceito 3 – ver figura 3) para estruturar

a região da Grande São Paulo, o documento indicou como referência as teorias desenvolvidas pelo arquiteto-urbanista sueco Kell Aström e apresentadas no livro *City Planning of Sweden*. O conceito 3 tinha como proposta a renovação das áreas já urbanizadas em uma completa reestruturação para suportar, em uma área mínima, o máximo de população possível, obtendo-se, com isso, elevadas densidades populacionais. O alto custo deste adensamento seria compensado pela otimização da infraestrutura, segundo os princípios do plano. A proposta do conceito 3 buscou este adensamento, principalmente nos eixos determinados pelos rios de São Paulo e sua orientação seria limitar a expansão urbana. Contudo, tanto o conceito 2 como o 3, embora estivessem vinculados diretamente às referências internacionais, não foram traduzidos em modelos para o plano. Uma vez que o próprio documento os destacava como radicais demais para o contexto da realidade da Grande São Paulo, restava-lhes seguir como meras inspirações para a formulação do conceito 4, este sim adotado, como se verá a seguir.

A estrutura urbana básica proposta no PUB de 1968

Durante a pesquisa sobre o contexto dos planos antecedentes ao PUB-1968, pôde-se constatar que suas propostas tiveram influências consideráveis do modelo rodoviário imposto por Robert Moses, e do caráter humanitário dos estudos da SAGMACS elaborados, alguns anos depois, pelo Padre Lebre, além do conjunto amplo de referências internacionais que induziram à formulação de modelos. Robert Moses, engenheiro e advogado nova-iorquino, foi responsável pela direção dos estudos do relatório que havia sido encomendado pelo Prefeito Lineu Prestes ao IBEC (International Basic Economy Corporation) sediada em Nova Iorque e oferecia consultoria técnica aos países em desenvolvimento. Somekh e Campos Filho (2002) explicam que Moses incorporou o modelo Highway Research Board que consistia na expansão horizontal periférica e a conexão entre o subúrbio e a cidade por meio do que foi definido como rodovias urbanas. Já Lebre, foi chamado a desenvolver um estudo para compreender São Paulo e propor melhorias nas condições de vida urbana da população. O estudo foi concluído em 1958, na gestão Adhemar de Barros, implicando no engavetamento de grande parte dos resultados. Somente na gestão do Prefeito Faria Lima os estudos de Lebre foram recuperados e contribuíram como referência para a elaboração do Plano Urbanístico Básico (PUB), de 1968 (ANTONUCCI, 2002). Estes antecedentes do planejamento urbano em São Paulo emprestaram ao PUB um caráter ambíguo que se, por um lado, atendia aos preceitos do modelo rodoviarista, de caráter norte-americano, insistia na estruturação de um sistema de transportes de massa em consonância a determinados padrões de adensamento populacional e a modelos europeus.

Segundo Feldman (2005), os estudos e recomendações do PUB foram elaborados em um momento de retomada da compreensão do planejamento como processo permanente vinculado à ideia de desenvolvimento urbano contínuo e processual. A definição do planejamento como processo contínuo também é pautado por Carvalho (1976), que acrescenta neste campo processual do planejamento, o princípio de sistema, tão abrangente como integrado, interligando as várias necessidades da vida urbana e cotidiana, agregando as dimensões psicológica, econômica e política social, que caracterizaram os estudos deste plano. O PUB trazia neste sentido, de forma pioneira, uma ideia sistêmica do planejamento integrado com vistas a orientar

o desenvolvimento de um conceito de estrutura urbana que relacionava o sistema de trânsito e transportes com o uso e ocupação do solo, em uma escala regional.

O Plano foi desenvolvido através de um contrato entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e as empresas Asplan S.A. - Assessoria em Planejamento, Leo. A. Daly Company, Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S.A. e Wilbur Smith and Associates, com a colaboração financeira da Financiadora de Estudos de Projetos S. A. (FINEP), Ministério do Planejamento do Governo Federal e da United States Agency for International Development (USAID). Os estudos partiam da situação existente e, após o diagnóstico, foram feitas recomendações para o cenário socioeconômico de 1990 com propostas de médio prazo até 1975. O relatório se divide em seis volumes contendo estudos e recomendações em uma escala metropolitana, além de uma separata contendo a proposta da rede de metrô, das vias expressas e do zoneamento na escala do Município de São Paulo. Este texto se deterá essencialmente na análise do segundo volume (Desenvolvimento Urbano) que continha recomendações da estrutura urbana para 1990.

As recomendações do PUB para a estrutura urbana consideravam, como intuito principal, orientar o crescimento até 1990, com uma visão oposta aos planos antecedentes de 1930 e 1950 por explicitar um maior controle da expansão metropolitana e da priorização do transporte coletivo para promover maior mobilidade, necessária para atender à demanda das dinâmicas urbanas consequentes da distribuição de emprego e moradia. Além disso, o PUB buscava “humanizar” o município de São Paulo, incorporando a visão social e as pesquisas desenvolvidas pela SAGMACS, de 1958. Este segundo volume ressalta a necessária coerência entre a estrutura urbana recomendada para o cenário socioeconômico de 1990 e o crescimento demográfico projetado para ter entre 18 e 20 milhões de habitantes, a estrutura de distribuição do emprego e o aumento e a distribuição da renda familiar e dos meios de transportes disponíveis.

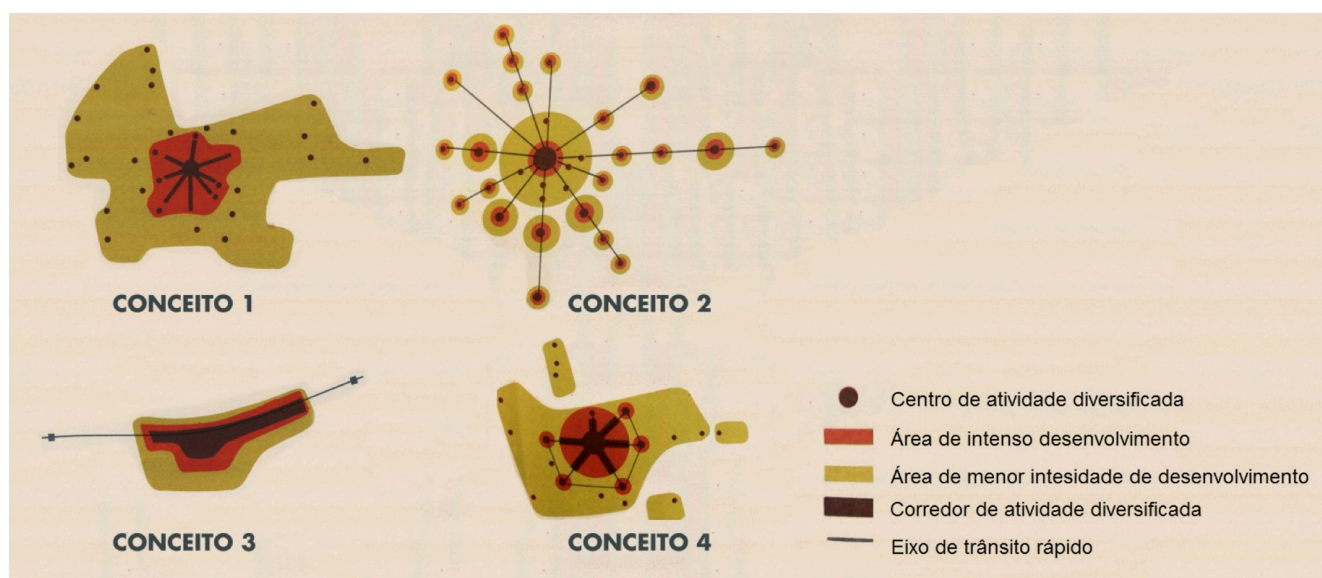
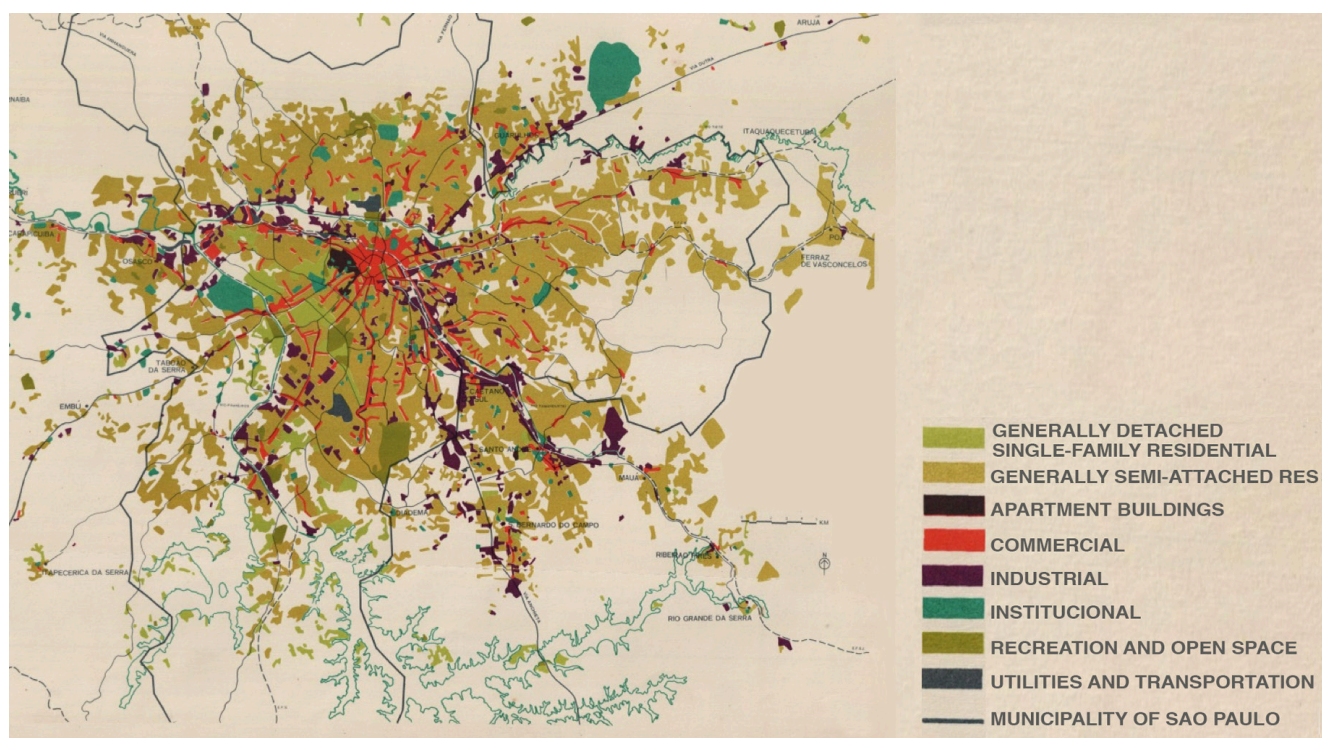
O processo de elaboração das recomendações de estruturas urbanas partiu do levantamento e diagnóstico da situação existente que, a partir da análise comparativa com outras metrópoles (Londres, Nova Iorque, Chicago e Los Angeles), tornava possível estimar a área urbanizada total e as densidades demográficas brutas que deveriam ser atendidas. Os levantamentos da situação existente (levantamento do uso do solo geral de 1968, figura 2), e a previsão para 1990 indicavam a necessidade de mitigar as consequências da estrutura radio-concêntrica com distribuição de emprego e moradia ineficazes, congestionamento produzido por esta distribuição aliada ao sistema viário e deficiências de um transporte coletivo de maior capacidade de suporte.

A formulação da estrutura urbana para 1990 inicia-se com quatro conceitos de estruturas de transporte rápido associado à concentração de atividades em centros e subcentros. Posteriormente a estes conceitos foram desenvolvidos modelos de uso do solo que dispunham de alternativas para o sistema de transporte, posteriormente simulados e avaliados para promover a maior mobilidade possível para a população. Após as simulações obteve-se o modelo de uso do solo que possuía uma melhor distribuição entre moradia e emprego e, alternativas de sistema de transporte eficientes para atender às demandas futuras de 1990. Os conceitos (figura 3) foram representados graficamente para indicar a ideia esquemática da estrutura urbana proposta. O primeiro sugere a tendência ao existente com a permanência do aspecto radial e a ampliação de centros secundários existentes; o segundo incorpora o pensamento de uma cidade

Figura 2: Levantamento do uso do solo geral de 1968 de São Paulo. Fonte: PMSP, 1968.

Figura 3: Esquemas conceituais para a estrutura metropolitana. Fonte: PMSP, 1968.

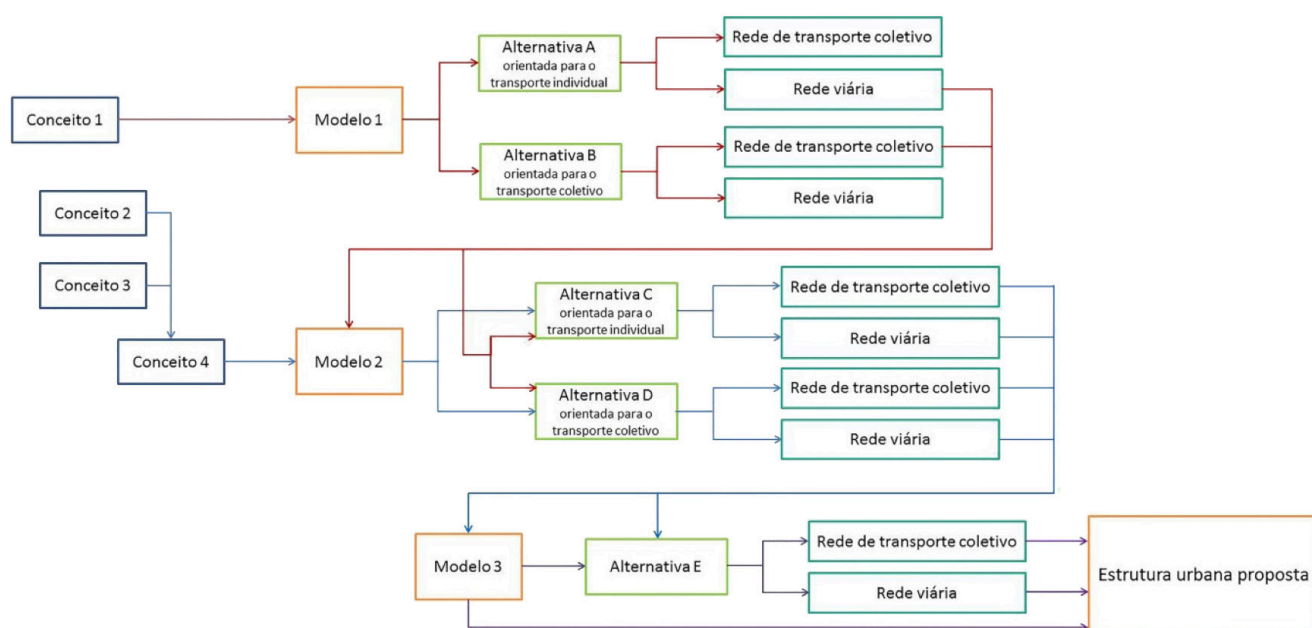
polinucleada com núcleos organizados de forma radio-concêntricos para promover comunidades semiautônomas; o terceiro, além de concentrar altas densidades no centro, se utiliza dos eixos orientados principalmente pelos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduatê sugerindo uma estrutura que remete aos conceitos da “cidade-linear” com expansão Leste-Oeste e por fim, o quarto conceito implanta cinco subcentros regionais, o centro metropolitano ampliado e centros comerciais e de serviço dispostos em “corredores” de transporte rápido com densidades populacionais elevadas. O quarto conceito foi resultante de análises do segundo e terceiro conceitos, e posteriormente detalhado em um dos modelos construídos: o modelo 2.



A partir da avaliação dos quatro conceitos foram desenvolvidos três modelos de uso do solo que seriam testados junto às alternativas do sistema de transporte em associação a um sistema de vias reticulares. O método de elaboração da estrutura urbana considerou a simulação destes modelos em consonância às alternativas de sistema de transporte para identificar a rede que possuía maior eficiência nesta associação. Este método de análise por simulações e modelagens permitia obter um maior equilíbrio entre esses dois componentes, verificando as sobrecargas existentes nas estruturas de mobilidade e os deslocamentos realizados entre moradia e emprego. Os modelos representavam, de modo gráfico e detalhado, os conceitos e suas aferições numéricas, obtidas a partir de parâmetros matemáticos para simular as alternativas de transporte. Foram selecionados os parâmetros de área, população, densidade, número total de domicílios, número de domicílios por faixa de renda, emprego na indústria, emprego no comércio e serviço, emprego público e número de matriculados escolares nos três níveis de ensino. Segundo os registros do plano (PMSP, 1968) estes parâmetros foram utilizados para refletir matematicamente a cidade futura de 1990, sendo desenvolvidos cálculos de acessibilidade, distribuição da moradia e dos empregos, além da verificação das demandas por equipamentos sociais.

Conforme se vê na figura 4, os modelos de uso do solo 1 e 2 correspondem, respectivamente, aos conceitos 1 e 4. Para estes modelos foram consideradas duas alternativas de transporte, sendo a primeira orientada para o transporte individual (alternativas A e C) e a segunda para o coletivo (alternativas B e D). O modelo 3 teve sua alternativa de transporte (alternativa E) resultante da análise das alternativas do modelo 2 (figura 5).

Figura 4: Sistematização de elaboração da estrutura urbana proposta. Fonte: PMSP, 1968.



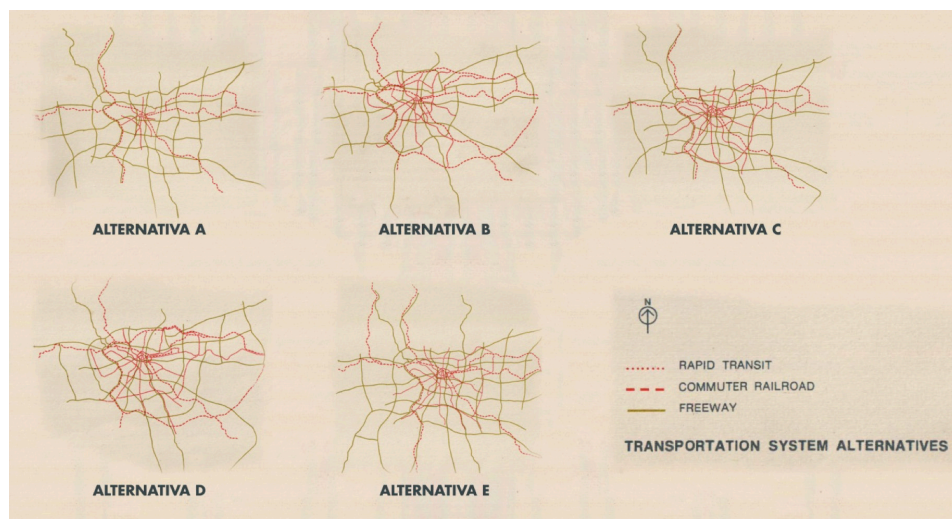


Figura 5: Modelos de uso do solo e alternativas para o sistema de transporte. Fonte: PMSP, 1968.

O modelo 1 considerou uma elevada concentração de atividades restrita à área central com um sistema de linhas de metrô relativamente pequeno e, segundo os registros do plano, a simulação deste modelo e as alternativas de sistema de transporte (A e B) resultaram na sobrecarga de toda a extensão da rede de metrô e das vias expressas, que apresentou um volume superior à 500 mil veículos por dia para uma capacidade máxima de 200 mil. Já o modelo 2 considerava ajustes dos resultados do modelo 1, apresentando alterações necessárias a uma série de parâmetros matemáticos, uma vez que se obteve dos resultados de seu teste, a distribuição irregular dos empregos terciário e do sistema de transporte coletivo (C e D) que seria superutilizado em alguns trechos e subutilizado em outros. Portanto, o modelo 3 pode ser compreendido como variante do modelo 2 com intuito de atingir um maior nível de equilíbrio na distribuição entre população e emprego, com modificações introduzidas nos parâmetros para o sistema de transporte (E).

Após análise das simulações, concluiu-se que o modelo 3 apresentava condições mais adequadas, tanto no tocante à distribuição de emprego, quanto no sistema de transportes. Este modelo foi desenvolvido e a partir dele, chegou-se na recomendação da estrutura urbana com o sistema de transporte e uso do solo correspondente para o cenário de 1990 (figura 6). Este sistema se dividiu em: 815 quilômetros de vias expressas, 263 quilômetros de linhas de metrô e 187 quilômetros de vias férreas. O uso do solo recomendado combinou altas densidades e concentrações de serviços no entorno das estações do metrô e ao longo dos eixos das linhas metroviárias. Também considerava os estudos realizados para as unidades de vizinhança com relação às hierarquias viárias e ao acesso do metrô.

Apesar de seu minucioso levantamento e diagnóstico para a elaboração das recomendações e uma primorosa modelagem de cenários, suas propostas não foram implantadas integralmente. É possível afirmar, por outro lado, que o mesmo sinalizou uma estrutura de transportes na Região Metropolitana de São Paulo que seria

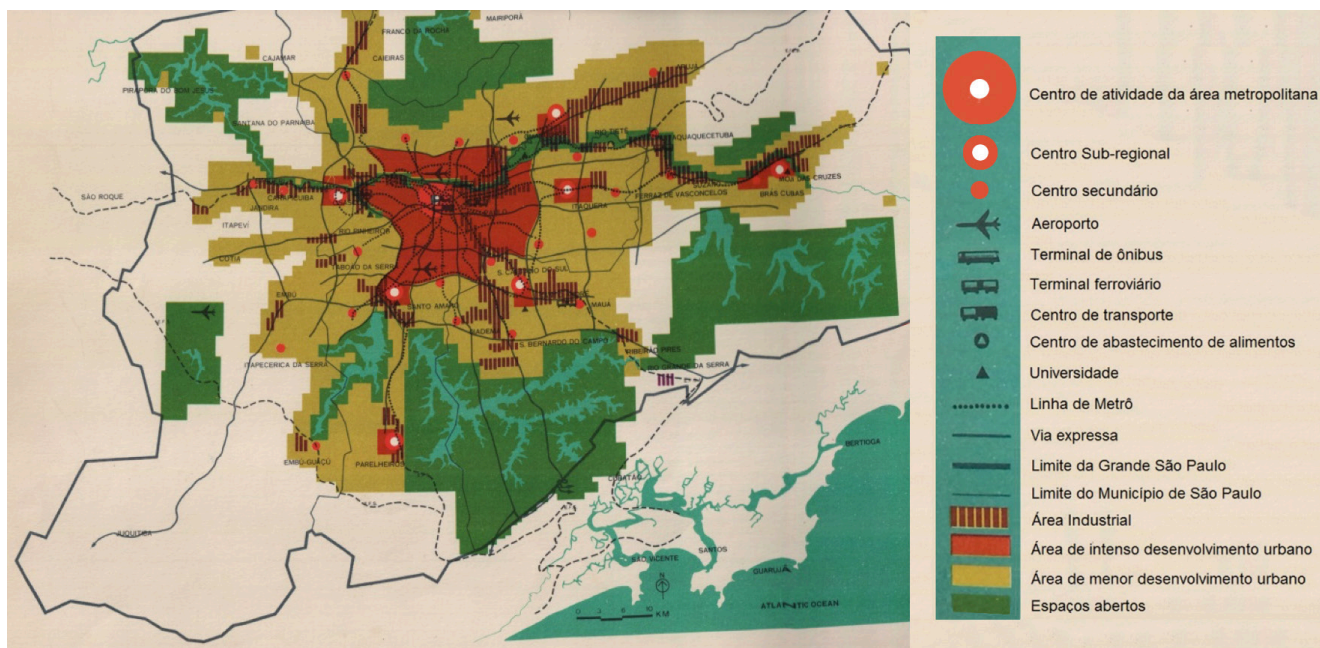


Figura 6: Estrutura urbana recomendada. Fonte: PMSP, 1968.

perseguida nos anos seguintes, culminando na integração da rede de metrô com o sistema da malha ferroviária da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) no final da década de 1990, em atraso de quase uma década a partir do cenário final previsto pelo plano, em 1968. A formulação do Plano Integrado de Transportes Urbanos (PITU-2020) pelo governo estadual, na segunda metade da década de 1990, não só referendou o desenho deste sistema, ampliando e complementando as linhas e os modais que deveriam ser implantados até 2020, como redefiniu o campo de ação para as intervenções que passaram a ser realizadas desde então.

Descompassos na estruturação urbana de São Paulo – o PUB e o zoneamento paulistano de 1972

O PUB-1968 ilustra a incorporação de teorias urbanas que, apesar de não terem sido totalmente absorvidas nos modelos formulados, instigaram o pensamento do planejamento urbano e regional desde aquele momento. Refletia um aprimorado conhecimento técnico, sofisticado e coerente com a realidade sobre o qual se implantaria. Entremeadado entre a escala metropolitana, que passava a ser de competência do governo estadual e a escala municipal de São Paulo, as propostas do PUB foram retomadas na formulação do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, de 1970, no âmbito estadual, e na instituição da Lei Geral de Zoneamento, de 1972, no âmbito municipal. A ausência de um poder intermediador conferiu ao PUB a sua derrocada, considerando, por um lado, as limitações de uma política metropolitana efetiva, diante das escolhas posicionadas pelo governo do estado naquele momento, além das limitações de caráter institucional sobre a competência em gerir uso e ocupação do solo, de exclusividade do poder municipal e, por outro, a lógica localista de manutenção

dos interesses específicos de proprietários e demais agentes da produção imobiliária em São Paulo.

A escala metropolitana do PUB tratada em um plano encomendado pelo município de São Paulo demonstrava a complexidade da problemática que se despontava para além da jurisdição municipal. Elaborado pelo governo da metrópole, qual seria a sua autonomia e seu alcance sobre os demais municípios envolvidos na estruturação urbana proposta? A ausência de uma definição institucional mais assertiva acerca dos assuntos metropolitanos flagrava a lacuna que ainda se manifestava nos arranjos necessários para a gestão metropolitana. No caso de São Paulo, o crescente grau de urbanização, o acelerado crescimento populacional e a desenfreada expansão da mancha urbana não eram mais questões restritas à esfera municipal, mas fenômenos que aguardavam algum mecanismo de gestão coerente com sua escala.

A sinalização para a criação de regiões metropolitanas no país só se deu a partir da incorporação da emenda constitucional nº 1, de 1969 que atribuiu à União a competência, mediante lei complementar, para estabelecer regiões metropolitanas constituídas por “municípios que, independentemente da sua vinculação administrativa, integrassem a mesma comunidade socioeconômica” (CARMO, 2018). Com a criação de oito regiões metropolitanas no país, através da Lei Complementar Federal 14, de 8 de junho de 1973, incluindo a Região Metropolitana de São Paulo, explicitava-se o modelo que se queria adotar para estes agrupamentos. Por um lado, a lei complementar deixava claro quais seriam os serviços comuns metropolitanos, incluindo, falsamente, o uso do solo urbano e os transportes e sistema viário. De outro, atribuiu aos estados a gerência político-administrativa destes serviços comuns, retirando dos municípios qualquer poder de decisão ou participação na gestão. Segundo Carmo (2018), embora a União tenha dado aos estados a incumbência por gerir suas respectivas regiões metropolitanas, não assegurou competência jurídica e capacidade financeira e/ou decisória. Assim é que os estados passaram, por força da lei, a administrar esses novos arranjos espaciais sem que tivessem os instrumentos necessários para efetivar o controle de uso do solo, ainda restrito às esferas municipais.

Em que pese a iniciativa de criação das regiões metropolitanas ter sido enfrentada no início dos anos 1970, parece claro que chegou com alguns anos de atraso frente ao rápido processo de urbanização que foi desencadeado nas principais capitais do país com as mudanças da matriz produtiva dos anos 1950. Em São Paulo, as políticas de regionalização promovidas pelo governo estadual já se dirigiam para uma desconcentração industrial das áreas metropolitanas e a criação de polos de desenvolvimento em outras regiões do estado. Se a União pautava a criação das regiões metropolitanas com o intuito de promover o desenvolvimento urbano compatível com seu padrão industrial, o estado de São Paulo já procurava mecanismos de reverter a lógica concentradora de seu parque industrial resultantes das “deseconomias” de aglomeração que vinham sendo constatadas desde a década de 1960 a partir dos altos custos dos transportes e diminuição dos rendimentos e lucros crescentes (TAVARES, 2015). A chamada interiorização do desenvolvimento promovida pelo governador do estado Laudo Natel, entre 1971 e 1975, foi pautada por investimentos em geração de energia, implantação de rodovias, ferrovias e tecnologia de informação, ações seguidas, nos anos posteriores, por outras estratégias como a criação do Programa de Cidades Médias, o Programa de Desenvolvimento Industrial (Balcão de Projetos),

além da constituição dos ERPLAN's (Escritórios Regionais de Planejamento), cuja finalidade era descentralizar o sistema de tomada de decisões em nível governamental (TAVARES, 2015).

Mesmo antes da criação, por lei, da Região Metropolitana de São Paulo, o estado de São Paulo já havia instituído, em 1967, no âmbito da Secretaria de Economia e Planejamento, o Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAN) no governo de Roberto Costa de Abreu Sodré e que seria mantido pelo governador seguinte, Laudo Natel. A delimitação de uma área metropolitana vinha sendo testada desde os primeiros anos de criação deste Grupo, chegando a uma configuração final semelhante a da atual região metropolitana, ainda em 1970. Além de formular o PMDI – Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, em 1970, o GEGRAN foi responsável pelo desenvolvimento de projetos estratégicos, como o Projeto de Destinação de Resíduos Sólidos da Grande São Paulo e o Estudo do Sistema de Transporte Urbano de Passageiros, todos a partir de 1972 (MENTONE, 2015). Em 1975, o órgão foi substituído pela EMPLASA (Empresa de Planejamento de São Paulo), que passou a ser responsável pelo planejamento da Região Metropolitana de São Paulo e pelas demais, criadas a partir da década de 1990.

O contexto no qual o PUB foi formulado no final dos anos 1960 se insere em uma trama combinada de planos, tanto na esfera estadual como na municipal, elevando a complexidade da gestão metropolitana e uma demanda por uma articulação que permitisse compatibilizar os principais eixos de estruturação urbana / metropolitana que estavam sendo construídos, sem, entretanto, se consolidar de fato. Concomitantemente à elaboração do PUB pelo governo municipal, o GEGRAN já estava desenvolvendo o PMDI na esfera estadual e já considerava as proposições do primeiro como uma premissa de seus estudos, mas de forma, inicialmente, parcial. Este subdividiu a região metropolitana em sete sub-regiões, designando para a capital, a região sub-centro. O PUB foi tomado, pela equipe responsável pela coordenação do PMDI, como o principal instrumento a dar diretrizes para esta região, e, no momento seguinte, como uma das alternativas de estruturação metropolitana que foram considerados nos seus estudos. Ainda que tenha se baseado nas mesmas variáveis para estabelecer os modelos de estrutura metropolitana, o PMDI também considerou a inserção da Grande São Paulo na chamada “macrometrópole”, considerando, portanto, maior flexibilidade nos cenários e possíveis absorções de crescimento urbano por outras regiões no entorno da região de São Paulo, em coerência aos pressupostos de descentralização territorial cunhados pelo governo estadual naquele momento.

O plano buscou orientar o eixo de crescimento e de expansão urbana na direção leste e oeste, restringindo-o na direção norte e sul. Apresentava ainda propostas de descentralização industrial e de uma estrutura polinucleada, com a adoção de corredores de atividades múltiplas vinculados à expansão da rede metroferroviária, seguindo a tradicional estrutura radioconcêntrica da metrópole sobreposta a uma rede de estrutura rodoviária de vias expressas reticular, na tentativa de revertê-la (MENTONE, 2015). Em um contexto de crise do petróleo e com o fim do “milagre brasileiro” do regime militar, este sistema proposto não se efetivou no horizonte de tempo estabelecido.

Posteriormente à conclusão do PUB, a Prefeitura de São Paulo desenvolveu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) que adotava, como recomendações

advindas dele, o sistema de “unidades territoriais” hierarquizada, sem, entretanto, considerar substancialmente a rede metroferroviária de alta capacidade e o sistema de ônibus coletivos de forma integrada (MENTONE, 2015), reforçando, por outro lado, um sistema hierárquico de vias expressas e arteriais, em contradição ao PMDI. No ano seguinte, foi elaborada a lei geral de zoneamento, estabelecido a partir destas unidades territoriais, utilizando-se, como pressuposto, parte das propostas do sistema de transporte de alta capacidade do PUB (FELDMAN, 2005). Segundo Feldman (2005), a demarcação das oito zonas estabelecidas seguiu duas lógicas: a primeira que considerava a tendência ao existente e proteção de áreas centrais, enquanto a segunda, orientava-se pelas recomendações sobre o sistema de transporte do PUB.

O descompasso entre o sistema de transporte e de corredores metropolitanos proposto pelo PUB e a estrutura de uso e ocupação do solo na concepção do novo zoneamento determinou, por um lado, a manutenção de uma centralidade nucleada e em direção ao setor sudoeste, com a concentração de empregos e infraestrutura, e por outro, estratégias de uso e ocupação regulados de forma incoerente nas regiões periféricas, por terem como base uma estrutura de transportes que não existiria tão cedo. Segundo Somekh e Campos Filho (2002) o traçado da malha de expressways previstas pelo PUB e inseridas, em grande parte, no interior das áreas definidas como Z2, determinou a localização das Z3 e Z4, que funcionariam como faixas comerciais e centros de bairro. Também indicam, que conforme o texto legal da Lei de 1972, as vias expressas e linhas de metrô orientaram a demarcação das faixas de baixa e alta densidade. O descompasso, portanto, implicou na intensificação do uso e ocupação do solo, mesmo em localidades onde não houve a concretização da infraestrutura de transporte correspondente, proposta na rede de metrô do PUB, assim como relegou para as chamadas Z2 o padrão de baixo adensamento que se estendeu para toda a periferia, sem a contrapartida de um padrão de uso do solo mais diversificado. Uma observação mais atenta sobre a proposta de zoneamento estabelecida pelo próprio PUB demonstra, entretanto, algumas outras questões que vão além daquelas que já tinham sido analisadas por estes autores.

Figura 7: Uso do solo real identificado pelo PUB-1968. Fonte: PMSP, 1968.

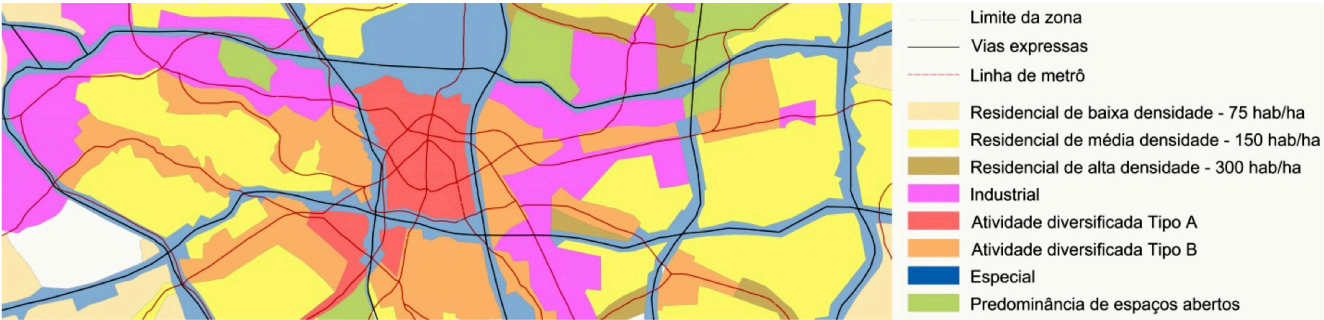


Na observação comparada entre a proposta de zoneamento formulada pelo PUB de 1968 (figura 8) e o zoneamento instituído em 1972 (figura 9) fica patente a proposital desvinculação entre a estrutura de uso e ocupação do solo e o sistema de transportes e corredores metropolitanos concebidos no âmbito do PUB. Tanto as linhas metroferroviárias como o sistema de vias reticuladas perdem seu destaque do mapa de zoneamento de 1972 e não foram consideradas como estruturantes, portanto, para a definição das zonas propostas. Por conseguinte, desapareceram também os eixos de uso especial (em cor azul) definidos em consonância com a perspectiva de elevar a intensificação dos usos mais diversificados, assim como a adoção dos eixos de média e alta densidade populacional combinadas com as Atividades Diversificadas de Tipo B, propostos ao longo das linhas de transporte de massa.

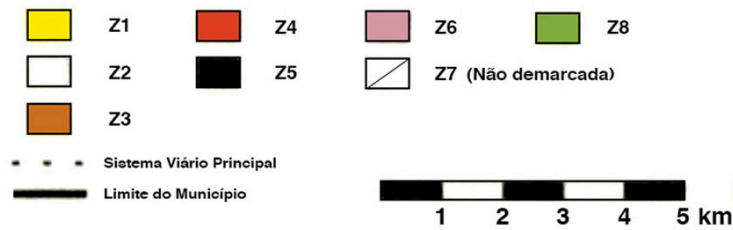
O estabelecimento de algumas poucas zonas consideradas de uso misto (Z4 e Z5) associado a um maior adensamento, recortadas e isoladas, se contrapunha a uma ideia de compacidade que estava claramente definida na proposta do PUB ao estruturar as zonas de alta densidade ao longo dos corredores, de média densidade em uma área conformada por um anel no entorno do centro e de baixa densidade nas regiões mais periféricas do município, concepção que tinha sido adotada pelo PMDI. Ao contrário, o zoneamento de 1972 manteve intactos os polígonos de baixa densidade na região oeste e sudoeste, instituídos como Zonas Estritamente Residenciais (Z1), acentuando o modelo segregador de alta renda que já vinha se consolidando desde décadas anteriores. Por ali, nenhum corredor ou linha de transporte metropolitano teria qualquer possibilidade de se implantar, inibindo, portanto, a proposta do PUB de estabelecer um arranjo mais eficiente na relação entre transporte público e uso do solo.

Ainda que de forma recortada e fragmentada, os polígonos das chamadas Z3, de uso predominantemente residencial combinado a um grau de adensamento um pouco maior (coeficiente de aproveitamento igual a 2) trouxeram alguma ressonância dos polígonos de atividades diversificadas do PUB, mas a lógica vinculada à estrutura reticulada de algumas quadras postulou o “privilégio” de adensamento de alguns setores em detrimento de outros. De certa forma, aqui, o zoneamento procurou estabelecer uma relação com a estrutura do sistema de transportes, tanto no acompanhamento de algumas linhas de metrô quanto no entorno de estações, como outros autores já tinham apontado. É evidente, entretanto, que não se tratava de uma lógica voltada para a reestruturação da capacidade de adensamento, mas de proteção das propriedades e a correspondente inibição e/ou indução (para alguns setores) das suas transformações de forma mais racional (FELDMAN, 2005).

É relevante considerar ainda as categorias utilizadas para classificar as zonas no levantamento de 1968 (figura 7) e nas propostas do PUB e de 1972. No levantamento as zonas residenciais são diferenciadas por residências unifamiliares geralmente isoladas no lote ou semi-isoladas. Na proposta, as categorias são modificadas conforme as densidades nestas áreas residenciais e com diferenciação das atividades diversificadas em tipo A para regionais e de comércio varejista e as atividades do tipo B caracterizadas por comércio diversificado e atacadista, apontando para transformações importantes desse modelo. As classificações incluíram ainda as zonas especiais que abarcavam serviços especiais, como terminais ferroviários, depósitos, aeródromos, instalações militares e estações de tratamento de esgoto, nomenclatura que foi abandonada no zoneamento de 1972, já que as categorias de uso do solo se restringiram ao termo



SÃO PAULO - LEI GERAL DE ZONEAMENTO - 1972 (LEI 7805/1972) MAPA IX



Lei 7 688/1971 (art. 22)

ZONAS DE USO	T.O.	C.A.
Z1 – uso estritamente residencial	0,5	1
Z2 – uso predominante residencial	0,5	1
Z3 – uso predominante residencial	0,5	2
Z4 – uso misto	0,7	3
Z5 – uso misto	0,8	4
Z6 – uso predominante industrial	0,7	2
Z7 – uso estritamente industrial	0,5	1
Z8 – usos especiais	*	*

*estabelecidos para cada uso específico

Figura 8 (topo): Estrutura de zoneamento proposta pelo PUB - 1968. Fonte: Adaptada pelos autores de PMSP, 1968.

Figura 9: Zoneamento aprovado por lei em 1972. Fonte: Feldman, 2005.

residencial como premissa, negando, como princípio, a mistura de usos e uma regulação mais flexível quando às densidades populacionais nas predominâncias de usos.

Considerações finais

A elaboração de um plano como o PUB, em 1968, demonstra em que medida as estruturas de planejamento em São Paulo estavam sintonizadas com o conhecimento técnico que vinha se consolidando do ponto de vista da estruturação do espaço urbano metropolitano. A clara vinculação de propostas de cunho metropolitano a conceitos e modelos estrangeiros associados a uma arrojada tecnologia de modelagem no âmbito de um planejamento eminentemente sistêmico corrobora a iniciativa de se aplicar uma estrutura urbana mais racional diante das iniquidades provocadas pelo acelerado processo de urbanização que assolou a Grande São Paulo nos anos anteriores.

Este artigo revelou que, por ser um plano de caráter compreensivo e sistêmico, o PUB já estava fadado ao insucesso diante de uma estrutura institucional que não desenhara, de antemão, uma matriz de competências que desse cabo à sua total implementação, associando escala metropolitana e urbana; uso e ocupação do solo e um sistema de transporte de massa. Na sua ambiguidade, revelada também pelas referências anglo-saxônicas, tanto europeias (segundo o modelo inglês), como norte-americanas (segundo o modelo estadunidense), o plano assumiu um modelo consagrado do ponto de vista da estrutura urbana, afeito, como se supunha, a um Estado de Bem-Estar Social, existente nos países de origem dos consultores contratados. A manutenção, entretanto, das estruturas sociais e suas profundas desigualdades, um feito largamente conquistado pelos militares no Poder, definiu os rumos que ele tomou: o seu esquecimento. Ao contrário de compor uma nova estrutura urbana metropolitana para melhorar a qualidade de vida da sua população, o governo estadual direcionava seus esforços para tornar mais vantajoso e lucrativo o proeminente parque industrial que se despontava, com vantagens, pelo interior de São Paulo, sob uma eficaz logística de transportes rodoviários.

Se no âmbito estadual, o PMDI, de 1970, potencializaria o PUB, tomando-o como a proposta mais adequada a ser seguida para a estruturação metropolitana, mesmo considerando outras desenvolvidas internamente pela equipe do GEGRAN, no âmbito municipal, foi claramente desconsiderado, desde a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) até a instituição da Lei Geral de Zoneamento de 1972. Sua negação, enquanto instrumento técnico de mudança da realidade é corolário das práticas de reprodução da classe dominante da sociedade brasileira. Em especial, neste caso, a paulista, que se sustenta na oposição sistemática em reequilibrar os meios reprodutivos da classe trabalhadora para perpetuar, sempre no limite, os ganhos de reprodução do capital, utilizando-se, com veemência, da propriedade privada como um dos principais meios desta reprodução.

Neste aspecto, há que “separar o joio do trigo”, pois não se trata de ausência de planejamento ou de sua incompetência técnica, mas de sua difícil penetração em uma estrutura social de classes pouco aderente a adotar mecanismos mais progressistas que já eram praticados nos países norte-americanos e europeus desde o fim da Segunda Guerra. A lenta e gradual implantação de algumas linhas de metrô a partir da década de 1970 em São Paulo estiveram mais associadas ao modelo 1 do PUB, que já mostrava o

grau de saturação que teria no horizonte de tempo projetado. O modelo 1, entretanto, estava associado ao conceito 1, que já não representava a estrutura urbana que se consolidaria nos anos seguintes. Sem grandes alterações na lógica vigente, a falta de um sistema eficiente de transporte de massa em conexão a uma estrutura mais racional de uso e ocupação do solo só fez estimular ainda mais o aumento substancial e gradativo das viagens individuais motorizadas nos anos seguintes.

Referências bibliográficas

- ANELLI, R. L. S. Das redes de mobilidade e urbanismo em São Paulo: as radiais / perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional PUB. *Arquitextos*, 082.00, São Paulo: *Vitruvius*, 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259>>. Acesso em: 23 mai. 2018.
- ANTONUCCI, D. (2002). *SAGMACS: O Estudo que fez escola*. In: CAMPOS FILHO, C. M.; SO-MEKH, N. A cidade que não pode parar: Planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. p. 95-107.
- BONETT NETO, J. *Planejamento urbano e formas ideológicas: O caso de São Paulo*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. *Diário oficial da União*. 1973.
- CALABI, D. *História do Urbanismo Europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CAMPOS FILHO, C. M. *Um desenho para São Paulo: O Corredor Metropolitano como estrutura urbana aberta para a Grande São Paulo*. 1972. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972.
- CARVALHO, H. M. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- CARMO, J. C. B. *A serra pelada do urbanismo: Planejando a região Metropolitana da Cidade Modelo (Curitiba e região, 1961 – 2015)*. 2018. Tese de doutorado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2018.
- CIUCCI, G.; DAL CO, F.; MANIERI-ELIA, M.; TAFURI, M. *La ciudad americana, De la guerra civil al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.
- DEÁK, C.; SCHIFFER, S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.
- DEÁK, C. *Em busca das categorias da produção do espaço*. São Paulo: Annablume, 2016.
- DOMHARDT, K. S. The garden city idea in the CIAM discourse on urbanism: a path to comprehensive planning. *Planning Perspectives*, v. 27, n. 2, p. 173–197, mar. 2012.
- FELDMAN, S. *Planejamento e zoneamento – São Paulo 1947 – 1972*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- GRANT, B. Grand Reductions: 10 Diagrams That Changed City Planning. *The Urbanist*, 518, San Francisco: *SPUR*, 2012. Disponível em: <<https://www.spur.org/sites/default/files/migrated/images/F4.jpg>>. Acesso em: 23 mai. 2018.
- LEME, M. C. S. *Revisão do Plano de Avenidas: um estudo sobre planejamento urbano*, 1930. 1982. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.
- LUCCHESI, M. C. O planejamento de Londres: 1943-1947. *Revista Risco*, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 67-81, 2012.

- MANCUSO, F. *Las experiencias del zoning*. Barcelona: Gustavo Gili S.A, 1980.
- MENTONE, R. L. *Plano metropolitano de desenvolvimento integrado da Grande São Paulo/ PMDI-GSP, 1970: Da expectativa ao desconhecimento*. 2015. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- MONTANER, J. M. *Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona, Gustavo Gilli, 2011.
- PIERINI, C. R. A rede básica para o metrô de São Paulo e a priorização do automóvel. *Revista Húmus*, São Luís, v. 3, n. 8, p. 20-34, 2013.
- PMSP, Prefeitura Municipal de São Paulo. Grupo Executivo de Planejamento/Secretária de Obras/ PMSP. *Plano Urbanístico Básico – PUB.*, Consórcio ASPLAN, Daly Montreal, Wilbur Smith, São Paulo, 1968.
- ROOSMALEN, P. K. M. V. London 1944: Greater London Plan (pp. 258-265). In: BOSMA, K.; HELLING, H. *Mastering the City: North-European City Planning 1900-2000*. Rotterdam: NAI Publishers, 1997.
- SANTOS, I. M. *Sistema viário estrutural de São Paulo e suas estratégias urbanísticas: planos, projetos, intervenções-1930-2002*. 2014. Dissertação de mestrado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.
- SILVA JÚNIOR, J. N. *Um Século de Política para Poucos: o zoneamento paulistano 1886-1986*. 2002. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Economia e Planejamento. GEGRAN - Grupo Executivo da Grande São Paulo. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado: Seminário de Planejamento Metropolitano*. São Paulo, 1970
- SÃO PAULO (Município). Lei nº 7.805, de 1º de novembro de 1972: dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município e dá outras providências *Diário oficial do Município*. São Paulo, 1972.
- SOMEKH, N.; CAMPOS FILHO, C. M. (Ed.). *A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Editora MacKenzie, 2008.
- TAVARES, J. C. *Polos urbanos e eixos rodoviários no estado de São Paulo*. Tese de Doutorado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016.
- VILLAÇA, F. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.
- _____. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999. p.169 – 243.

Recebido [Fev. 06, 2018]

Aprovado [Abr. 28, 2018]

Lúcio Costa e os jesuítas nas revistas do SPHAN (1937-1945)

Rogério Entringer*

Resumo Este artigo demonstra como os jesuítas e sua arquitetura (1549-1759), junto ao nome de Lúcio Costa, são recorrentes nos artigos das revistas do SPHAN entre 1937 e 1945. Defendemos a tese de que o SPHAN e seus intelectuais, entre eles Costa, por meio dessas revistas, utilizaram os signos dos jesuítas, tal como sua importância histórica na formação do Brasil e o valor patrimonial de sua arte e arquitetura, para permitir à sociedade estado-novista representar a si mesma, fundar uma identidade nacional pelo movimento moderno e delinear a ideia de uma República justificada pela história.

Palavras-chave: Lúcio Costa, arquitetura dos jesuítas, revistas SPHAN.

Lúcio Costa and the jesuits in the SPHAN journals (1937-1945)

Abstract This article demonstrates how the Jesuits and their architecture (1549-1759), along with the name of Lúcio Costa, are recurrent in SPHAN journals articles between 1937 and 1945. We defend the thesis that SPHAN and its intellectuals, among them Costa, by means of these journals, used the signs of the Jesuits, such as their historical importance in the formation of Brazil and the patrimonial value of their art and architecture, to enable New State society to represent itself, to found a national identity by the modern outline the idea of a republic justified by history.

Key words: Lúcio Costa, architecture of jesuits, SPHAN journals.

Lúcio Costa y los jesuitas en las revistas del SPHAN (1937-1945)

Resumen En este artículo se muestra cómo los jesuitas y su arquitectura (1549-1759), junto al nombre de Lúcio Costa, son recurrentes en los artículos de las revistas del SPHAN entre 1937 y 1945. Defendemos la tesis de que el SPHAN y sus intelectuales, entre ellos Costa, por medio de esas revistas, utilizaron los signos de los jesuitas, tal como su importancia histórica en la formación de Brasil y el valor patrimonial de su arte y arquitectura, para permitir a la sociedad estado-novio representar a sí misma, fundar una identidad nacional por el movimiento moderno y, delinear la idea de una República justificada por la historia.

Palabras clave: Lúcio Costa, arquitectura de los jesuitas, revistas SPHAN.

A arquitetura dos jesuítas nas revistas do SPHAN (1937-1945)

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – abre sua série de revistas estampando logo na capa de seu primeiro exemplar de 1937 um desenho de Luís Saia da Igreja dos Jesuítas de São Pedro da Aldeia, um dos símbolos da formação histórica do Rio de Janeiro.

Nesse volume, Godofredo Filho em artigo intitulado Seminário de Belém da Cachoeira da Bahia, destaca “o aspecto severo, rude da expressão do conjunto” (REVISTA SPHAN, 1937, p.105). Godofredo Filho exalta a importância da Companhia de Jesus e sua arquitetura na formação histórica do Brasil quando diz que “não só na orla marítima, nas velhas cidades clássicas da colônia floresceu o gênio arquitetônico da Companhia” (REVISTA SPHAN, 1937, p.101). Godofredo evidencia que a escolha do lugar por parte dos jesuítas para a implantação de seus núcleos construtivos eram pensados voltados à pedagogia e o ensino próprio da Companhia, quando referindo-se ao Seminário de Belém da Cachoeira diz que “o local, pela sugestão do silêncio e agreste solitude, não poderia ser melhor para que o escolhesse a pedagogia jesuíta”. Godofredo justifica o pioneirismo jesuítico e sua Ratio Studiorum no ensino brasileiro quando diz que “uma verdadeira universidade religiosa do Brasil colonial floresceu ali, naquele seminário de almas, o grande viveiro clássico das letras greco-latinas, a mais famosa escola de formação de nossas elites diretoras” (REVISTA SPHAN, 1937, p.104). Godofredo fecha seu artigo evidenciando a importância do patrimônio histórico deixado pelos jesuítas coloniais quando diz que o Seminário e sua Igreja “vale como um símbolo perfeito, relíquia que se não foi no grande naufrágio do resto” (REVISTA SPHAN, 1937, p.107).

Noronha Santos publica nessa revista o artigo intitulado A Igreja de São Francisco Xavier em Niterói destacando o partido das construções dos inicianos coloniais, dizendo que “aparência de cela claustal foram comumente construída pelos jesuítas em suas casas com paredes de grandes dimensões e pesadas portas” (REVISTA SPHAN, 1937, p.140).

Esse volume traz também um documentário fotográfico (há indícios de que foi feito pelo fotógrafo Erich Hess) da Igreja de São Pedro da Aldeia (RJ), destacando que sua fachada simples, pura, equilibrada e de boas proporções, são tipicamente derivada da arquitetura popular do Mediterrâneo” (REVISTA SPHAN, 1937, p.122).

Nesse volume há um artigo do senhor Lucio Costa intitulado Documentação Necessária onde ele diz que “o engenhoso processo de que são feitas a arquitetura colonial – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado” (REVISTA SPHAN, 1938, p.34). Ainda nesse artigo Lucio Costa parece estar na busca da tradição lusitana colonial para justificar a evolução da arquitetura moderna no Brasil quando refere-se a essa como “a procura não intencional de um equilíbrio plástico diferente” (REVISTA SPHAN, 1937, p.38).

*Rogério Entringer é Historiador, doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7988-1450>>.

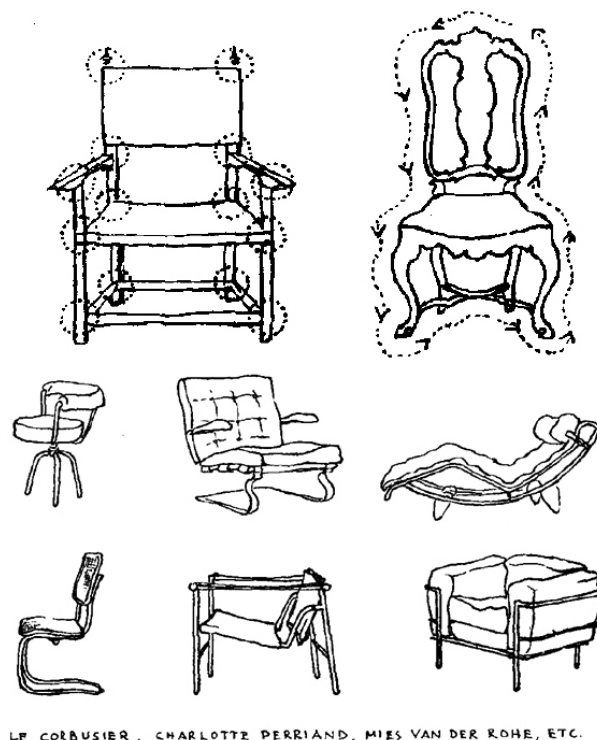
Na revista 02 de 1938, Alberto Lamego em artigo intitulado Solar do Colégio (Campos dos Goytacazes - RJ), diz que a arquitetura dos jesuítas “evoca o severo lineamento e a indobrável disciplina de Loyola, geometrizando pela sua rigidez dogmática a rebelde consciência do selvagem” (REVISTA SPHAN, 1938, p.22). Alberto Lamego diz que o pátio interno é “sólido, ladrilhado perpetuando o espírito monacal de outrora”. Lamego defende a importância histórica dos jesuítas quando diz que: “prova de tacanhíssima parcialidade e de completa ignorância dos nossos grandes historiadores, é o contestar-se a formidável influência do primitivo jesuíta na cimentação da nacionalidade brasileira” (REVISTA SPHAN, 1938, p.24). Nessa revista há também um artigo de Romulo Barreto de Almeida intitulado Capela de São José do Genipapo (BA) dizendo que essa capela “ao gosto jesuítico, é severa” (REVISTA SPHAN, 1938, p. 226).

Na revista 03 de 1939, Lucio Costa publica artigo intitulado Evolução do Mobiliário Luso-Brasileiro, onde ele cita e desenha mobiliários luso-brasileiros setecentista e os compara aos dos mestres modernos europeus como Le Corbusier e Mies Van der Rohe. Segundo Lucio Costa:

como nosso mobiliário seguiu sempre de perto, a evolução do móvel europeu e de-verá portanto, tradicionalmente, ainda agora, acompanhar as transformações produzidas pela técnica contemporânea, o que caracteriza aos poucos exemplos atuais de peças concebidas com espírito verdadeiramente moderno que se distinguem pela leveza, assim como o mobiliário setecentista, uma estabilidade perfeita e proporções ajustadas ao corpo. (REVISTA SPHAN, 1939, p, 160-161)

Figura 1: COSTA, Lucio. Desenhos sobre o Mobiliário Luso-brasileiro Setecentista e sobre o Mobiliário das Vanguardas Europeias Modernas. Fonte: Revista do SPHAN, 03 de 1939.

E assim como o mobiliário dos mestres da vanguarda moderna europeia, o mobiliário jesuítico colonial também era leve, simples, estável e, assim como suas construções, era concebido segundo as proporções humanas.



LE CORBUSIER, CHARLOTTE PERRIAND, MIES VAN DER ROHE, ETC.

Na revista 04 de 1940, o artigo de Alberto Lamego intitulado Os Sete Povos das Missões não esconde também sua admiração e seu apreço pelo ditador do Brasil daquele tempo, bem como a exaltação ao Museu que seria construído pelo SPHAN encomendado ao arquiteto Lucio Costa quando diz:

agora que o grande estadista Getúlio Vargas que dirige a nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos Sete Povos das Missões, considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas, determinando, por decreto, a sua restauração e a organização de um museu, na de São Miguel, para guarda das relíquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu". (SPHAN, 1940, p.56)

Vale lembrar que Vargas nasceu em São Borja (RS), cidade fundada pela Companhia de Jesus no século XVII, e Alberto Lamego havia estudado em dois colégios jesuítas, o Colégio Campolide em Lisboa (Portugal), e no Colégio Saint Michel em Bruxelas (Bélgica).

Nesse volume aparece também o artigo de Maria de Lourdes Pontual intitulado A Sacristia da Catedral da Baía e A Posição da Igreja Primitiva dizendo que essa é dotada de uma "elegância sóbria" (REVISTA SPHAN, 1940, p.201). Pontual, que era funcionária do SPHAN e seu nome aparece em grande número nos processos de tombamentos desse período, descreve que o "partido seguido pelos jesuítas é em quadra" (REVISTA SPHAN, 1940, p.202), além de ressaltar a importância histórica dos jesuítas na fundação de Salvador e na formação da Bahia desde os tempos de Tomé de Souza e Nóbrega quando construíram o colégio da Bahia com "pedras e cal" (REVISTA SPHAN, 1940, p.201).

Ainda nesse volume aparece o artigo de David Carneiro sobre o Colégio dos Jesuítas de Paranaguá (PR) que fala do "gosto pela pobreza" (REVISTA SPHAN, 1940, p.382) na construção do claustro e destaca duas fotografias do pátio (há indícios de que seja do fotógrafo Erich Hess) e também a importância histórica dos padres jesuítas coloniais na formação histórica e territorial do Paraná.

A revista número 05, de 1941, traz explícito na capa o símbolo dos jesuítas. Em artigo sobre as Capelas Antigas de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda destaca a importância dos jesuítas na formação histórica do território paulista e diz que a Capela Santo Antônio de São Roque (SP) é de "gosto jesuítico que o Sr. Lucio Costa descobriu em alguns de seus ornamentos" (REVISTA SPHAN, 1941, p.116).

Nesse volume aparece o artigo de Lucio Costa intitulado A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil onde todo o patrimônio jesuítico tombado entre 1938 e 1941 está presente nesse texto e mesmo o patrimônio a ser tombado nos anos seguintes até 1946 já está listado e discutido por ele. E sobre a arte e os monumentos coloniais Lucio Costa diz que os dos jesuítas "é, contudo, uma das mais significativas e se devêssemos resumir, numa só palavra, qual o traço marcante da arquitetura dos padres, diríamos que foi a sobriedade" (REVISTA SPHAN, 1941). Quando fala sobre os pátios, diz que estes são "modestos e que falta devido ao espírito ativo da Companhia a atmosfera de sossego e de recolhimento e que o pátio de Paranaguá é diferente de todos os demais pátios pelo seu aspecto sombrio e pesado de praça-forte" (REVISTA SPHAN, 1941). Quando fala do programa jesuítico, Lucio diz que é "servido por vários pátios, tudo murado,

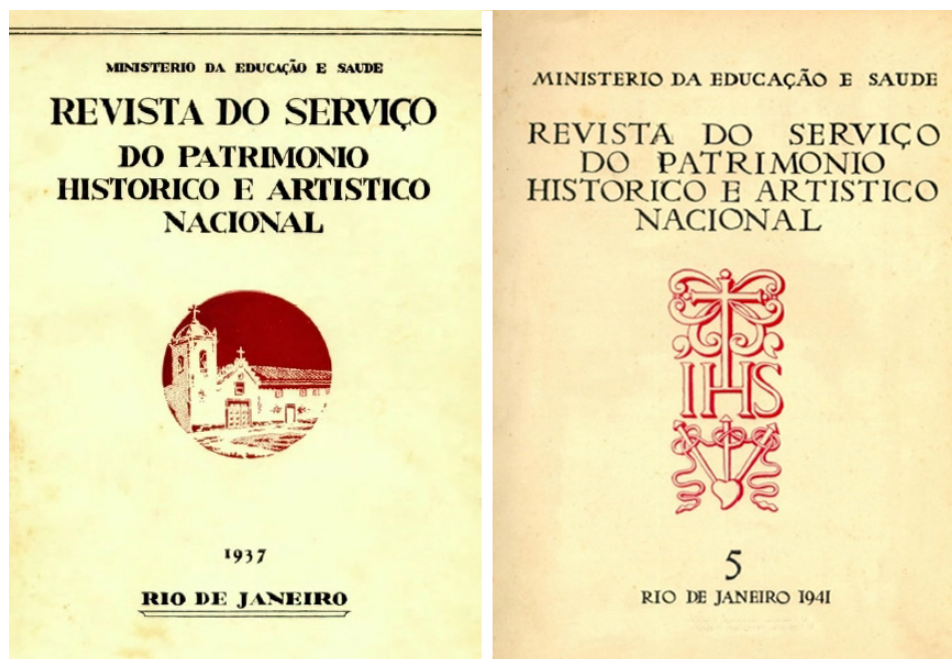


Figura 2: SAIA, Luís. Desenhos da Igreja de São Pedro da Aldeia e Símbolo da Companhia de Jesus. Fonte: Revistas do SPHAN, 01 de 1937 e 05 de 1941.

muro que se continuava para os fundos das construções, abraçando a enorme área ocupada” (REVISTA SPHAN, 1941).

Na Revista 06 de 1942 aparece artigo do historiador e padre jesuíta Serafim Leite sobre o Colégio de Santo Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier de Belém do Grão Pará. Nele, Serafim Leite fala sobre o programa, o partido e as técnicas construtivas empregadas no Colégio de Belém desde os primórdios, segundo ele:

uma parede da banda do mar, um pátio da banda da cidade, um muro que cercava o quintal, cerca importante para separar o Colégio das ruas e do bulício, e para poderem repousar os missionários que voltavam de suas missões, casa coberta de telhas, o pátio cercado de um muro de taipa de pilão com suas varandas ao redor sobre colunas, no pátio tudo se faz em breve tempo, o colégio é feito em quadra com muros de pedras e cal. (REVISTA SPHAN, 1942, p.226-227)

Quando Serafim Leite fala do pátio do Colégio de Belém, diz que: “fora de seu recolhimento se aglomeravam oficinas, carpintaria” (REVISTA SPHAN, 1942, p.229) etc, muito similar ao que Lucio Costa e Maria de Lourdes Pontual dizem sobre o programa e o partido jesuítico nas revistas anteriores.

Nesse volume existe ainda um artigo de Ayrton Carvalho intitulado O uso da Pedra na Arquitetura Religiosa do Nordeste onde descreve o uso das pedras como materiais construtivos dos jesuítas coloniais e também enaltece “o arquiteto Lúcio Costa, no valioso trabalho escrito quando das comemorações do centenário da Companhia de Jesus, que distribuiu em quatro períodos os altares construídos, no Brasil, até o século passado” (REVISTA SPHAN, 1942, p.279).

Na Revista 08 de 1944 existe um artigo de Serafim Leite intitulado Aldeia dos Reis Magos que destaca a importância dos jesuítas na formação histórica do território do Espírito Santo e o preciso e refinado conhecimento de Lúcio Costa sobre a arquitetura dos padres inicianos quando diz: “a igreja dos Reis Magos e a Residência anexa é “bem composto” conjunto segundo Lúcio Costa” (REVISTA SPHAN, 1944, p.210).

Como podemos constatar acima, a arquitetura dos jesuítas são recorrentes nas revistas do SPHAN entre 1937 e 1945. Uma arquitetura cujo programa e partido é em quadra com pátio central sóbrio, despojado, modesto, austero, severo, rude, pobre de ornamento externo, simples, linear, de madeira, pedra, cal, areia e barro que significa o multifuncional moderno, o espaço de recolhimento, a durabilidade e o peso de uma arquitetura que é um ícone na história da arquitetura no Brasil, um índice da importância histórica dos jesuítas na formação do Brasil e um símbolo da memória do patrimônio. Uma arquitetura da aculturação, inculturação, conquista, domínio e conversão. Uma arquitetura do aristotélico-tomismo escolástico e da Ratio Studiorum revisitados nos anos de 1930 e 40. Logo, é válido argumentar que a produção escrita sobre a arquitetura dos jesuítas era um saber produzido pelo SPHAN estado-novista e uma narrativa do patrimônio na legitimação da nação moderna.

O claustro que se transformou em pátio jesuíta era o coração da arquitetura, o centro de tudo, o espaço e elemento centralizador e distribuidor. A quadra com o pátio foram escolhidos como partido e programa da Arquitetura do Regimento de 1548, porque este simboliza e representa a primeira forma de centralização do Brasil. De Ratione Aedificiorum significa Da Razão e ou Regra da Edificação, e Ratio Studiorum significa Razão e ou Regra de Estudos, a cruz da razão geométrica aristotélica, vitruviana e tomista significa regra, a linha reta regra, logo, a arquitetura deveria responder a essa função de reger. Era o espaço regrado para a aplicação da razão de um código pedagógico de leis que regem o processo ensino-aprendizagem. O claustro que virou pátio com os jesuítas simboliza a relação intrínseca entre a arquitetura e as ideias aristotélico- tomistas, ou seja, ao ocupá-lo, o sujeito contemplava o significado da cruz, que era a convergência para o centro. A cruz do homem em busca de seu interior. O indivíduo ao praticar os Exercícios Espirituais, aliava o pensamento lógico e racional de raiz aristotélica com a fé cristã, que se completaria com o voltar-se para dentro, para o centro, para o arquétipo do paraíso, para o coração da arquitetura e de si mesmo. Ele é o espaço principal de entrada e articulador de todo o conjunto, e quando a porta principal do colégio está aberta, o signo do espaço multifuncional moderno salta à visão. É a materialização da concepção de universo aristotélica-tomista onde a geometria é comum, o quatro é representado pelo retângulo. Um não à decoração supérflua, e um sim a sobriedade, a severidade, a austeridade e a modéstia para obter proporção da centralização, da harmonia e a representação do divino (ENTRINGER, 2015).

O pátio jesuíta significa o modesto, o severo, o sóbrio, o austero, o espaço fechado e murado de pedras que reúne, agrupa, circula, articula e recolhe de forma multifuncional e moderna. Borges (2004) diz que:

ao voltar-se para si, em recolhimento, a Companhia propunha o voltar-se para o mundo, uma vez que ao jesuíta não interessa o recolhimento e o isolamento do claustro, mas a ostensividade e a publicização como meio para converter pagãos e hereges.

Desse modo, ocorre um deslocamento em relação à aquisição da santidade: esta não se daria mais pela mediação da instituição (o monastério), mas viria em consequência dos exercícios que o devoto praticasse individualmente.

O espaço do recolhimento é indispensável e exposto nos Exercícios Espirituais Inacianos. Segundo o padre, historiador, e colaborador de Costa no SPHAN, Serafim Leite:

o princípio prático dos exercícios era individual, era preciso que houvesse um lugar, um espaço, uma arquitetura em que os Exercícios Espirituais fossem aplicados, e a escolha do sítio para implantação dessas casas eram fundamentais para pôr em prática os exercícios, daí a escolha pelo isolamento, o retiro, a meditação e a contemplação, a busca interna do eu com deus". (LEITE, 1993, p.158)

E embora Costa (SPHAN, 1941) teria dito em seu texto sobre a arquitetura dos jesuítas que "falta devido ao espírito ativo da companhia a atmosfera de sossego e de recolhimento", ele talvez entendesse que o pátio jesuítico era moderno, porque embora aberto, multiuso e centro principal de suas atividades, quando voltava a ser fechado era restrito tais como os pátios das ordens medievais. O pátio jesuíta além de centralizar, reger, e organizar, é sagrado, ordena, é racional e uma figura geométrica perfeita. Entre 1549 e 1759 os jesuítas o utilizaram porque conquista, defende o território, é uma arma, uma forma de controle social, reduz, segrega, confina, recolhe, dá segurança, educa, e foi o centro do lócus e da base operacional da conquista e do domínio do território. Ora, isso tudo interessa ao Estado Novo, pois legitimava o presente pelo passado e também os usos que se fizeram no passado para aplicação ao presente.

Mas por que por meio das revistas do SPHAN vendiam o recolhimento sóbrio e moderno dos pátios, ou o espírito severo e austero dos jesuítas? Certamente porque é universal e funcional, aplicável em qualquer clima e em qualquer lugar porque ilumina e aquece, tanto o coração da arquitetura ou de quem o adentra e o circula; mas também porque Leonel Franca estava adaptando a antiga *Ratio Studiorum* aos tempos modernos. Porque ambos, Leonel Franca e Lúcio Costa, o aristotélico-tomismo e a *Ratio Studiorum* servem a função do requerido novo homem moderno e ideal do Estado Novo, aquele que estuda, trabalha, e se recolhe. Uma estratégia para impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial e capitalista. E porque interessava a disseminação da cultura humanística entre as elites, facilitando a sua espiritualização. Confeccionada com uma mistura de aristotélico-tomismo, escolástica, *modus parisienses*, e Exercícios Espirituais Inacianos, a *Ratio Studiorum* seria a pedagogia perfeita para isso, porque "proporciona uma rígida formação moral e religiosa, vigilância contínua, concentração, domínio e controle das emoções, firmeza de caráter, sobriedade e obediência irrestrita aos superiores". (FRANCA, 1952)

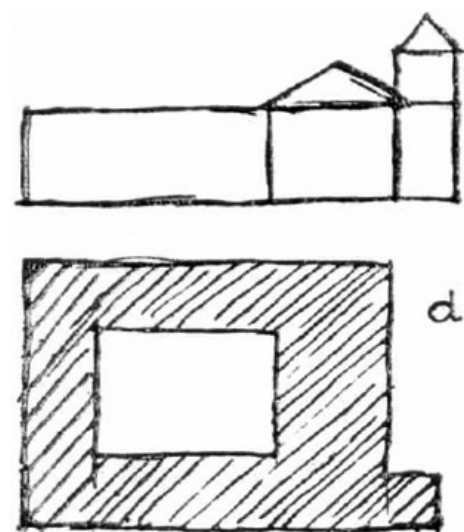
Quanto aos materiais, técnicas e tecnologias construtivas dos jesuítas, o uso de argamassas com cal vem das arquiteturas árabes e mudéjares presentes na Espanha e em Portugal. Construíam com pedras e madeiras encontradas no lugar. Recorriam a tradição ibérica de construções populares, misturado ao conhecimento técnico e tecnológico dos índios e ao mesmo tempo aproveitando o trabalho como estratégia de educação e conversão. Isso tornavam os jesuítas autônomos e autossustentáveis em matéria-prima construtiva, vernacular e orgânica.

Construíam com pedra, cal, barro e madeira porque são materiais resistentes, duros, pesados, sustentável, simples, fácil, rápido e econômico. O modo de produção era voltado a estratégia de aculturação e inculturação, por isso era extrativismo e cooperação. Esses materiais são ícones das técnicas e tecnologias construtivas na história do Brasil, um índice da relação entre tradição e modernidade, um símbolo da aculturação, inculturação, durabilidade, simplicidade, sustentabilidade e economia. Significa a importância do conhecimento da história da técnica e tecnologia construtiva colonial. A pedra, a madeira e o barro eram sagrados tanto para os índios quanto para os jesuítas, e no caso dos inicianos era uma alegoria ao gênesis bíblico. Logo, é válido argumentar que era preciso conhecer, pesquisar e estudar as primeiras técnicas e técnicas e tecnologias construtivas na história do Brasil para legitimar o patrimônio e para o processo de tombamento e restauração e até mesmo para construir uma arquitetura moderna que sofria influência dos trabalhos do SPHAN.

Os jesuítas foram importantes na História do Brasil pela formação dos lugares, dos territórios, das cidades e da arquitetura, o pioneirismo no projeto civilizador dos atuais estados brasileiros como Bahia, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, e o valor de sua arte e de sua arquitetura era para o SPHAN uma relíquia e uma genialidade. Isso significa a importância dos Jesuítas para o MEC e SPHAN na preservação do patrimônio e uma exaltação a Vargas e o seu Estado Novo. A Companhia de Jesus é um ícone na história da arquitetura, um índice de importância, e um símbolo do patrimônio da nação.

Figura 3a (esq.): HESS, Erich. Arcada e pátio do antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá. Fonte: Revista do SPHAN, 04 de 1940.

Figura 3b (dir.): COSTA, Lúcio. Desenho do programa jesuítico. Fonte: Revista do SPHAN, 05 de 1941.



Logo, é válido argumentar que nas revistas do SPHAN entre 1937 e 1945 a arquitetura jesuítica se destaca em relação a outros patrimônios edificados de caráter civil, militar, rural e até mesmo religioso. As revistas dão destaques aos patrimônios que representam a formação histórica da nacionalidade de norte a sul do Brasil e os patrimônios jesuítas caíram como uma luva. Lucio Costa é citado sempre que possível em artigos da revista. Assim, a arte e a arquitetura dos jesuítas tiveram eficácia na narrativa da nação e como mito fundador da ideologia do SPHAN estado-novista.

Mas qual a importância de Lucio Costa para as revistas? Segundo Rubino (2002, p.08), Lucio Costa “foi peça fundamental nas definições da política de salvaguarda da memória nacional, ele elegeu o que tomar, como cuidar e como explicar a obra tombada e incarnou o papel de intelectual total do SPHAN”. Isso significa o uso da tradição para justificar o moderno, o equilíbrio entre o plástico colonial e o moderno, o papel do historiador, e os valiosos trabalhos escritos nas revistas. Os materiais, as técnicas e tecnologias construtivas dos jesuítas coloniais e o seu concreto armado moderno, ou os cotejos entre os mobiliários dos mestres europeus modernos com o patrimônio colonial ibérico nas revistas em 1939, o especialista e o perito em história da arquitetura, em especial, a jesuítica, e sua forma de tombamento e preservação. Lucio Costa é um ícone na arquitetura brasileira, um índice da relação entre tradição e modernidade, história e vanguarda, um símbolo do conhecimento, da perícia e da preservação. Isso significa a influência e poder de Costa, o historiador, o arquiteto, o perito, o pesquisador e o restaurador do SPHAN.

Lucio Costa atesta a modernidade dos jesuítas, quando diz que:

foi precisamente esse estilo sóbrio e de formas geométricas definidas, de Herrera em Madri e de Terzi em Lisboa, estilo ali, então, “ultramoderno” e que destoava violentamente da atmosfera local, saturada ainda de reminiscências manuelinas e platerescas, que veio para o Brasil quinhentista, trazido de primeira mão - novo em folha - pelo arquiteto Francisco Dias, colaborador de Terzi na construção de São Roque. (REVISTA SPHAN, 1941)

É claro que o mestre moderno se dedicaria ao estudo da Companhia de Jesus, porque foram os primeiros agenciadores e os pioneiros na introdução de uma arquitetura moderna no Brasil. Constituem nossa antiguidade e nossa antiguidade é moderna. Logo, é válido argumentar que Costa era uma espécie de ideólogo no processo de construção da identidade e um agente decisivo nos tombamentos, nas pesquisas e nos escritos teóricos do SPHAN.

Lucio Costa e a Academia SPHAN: entre a história e a vanguarda na invenção e na construção da identidade da nação pela modernidade

Com a Revolução liderada por Getúlio Vargas em 1930 e a nomeação de Lúcio Costa para diretor da EBA, a arquitetura moderna passou a ser acolhida, no Brasil, como uma questão de política nacional (FRAMPTON, 1997). Posteriormente, após sua saída da EBA Lucio Costa projetava, mas, era funcionário do SPHAN, cujo as atividades se iniciaram em 1937, ano em que mergulha na fusão entre o moderno e a tradição (KATINSKY, 1972). Rubino (2002, p.11) argumenta que Lucio Costa

considera como sendo o início de sua vinculação ao SPHAN “o inventário e o projeto de recuperação das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, ou seja, o patrimônio é parte da conversão de Costa, de um início de carreira intelectual marcado pela paixão pela arquitetura colonial”.

Lúcio Costa era excelente arquiteto, urbanista e brilhante teórico, tendo sido o responsável pelo casamento dialético entre o velho e o novo que deu o caráter singular da arquitetura brasileira. Para Lucio Costa, ser moderno era “conhecer a fundo o passado, ser atual e prospectivo (CAVALCANTI e LAGO, 2005).

Segundo Martins (2000, p.376):

na concepção de Lucio Costa, que se consolidará como a matriz teórica hegemônica ao longo dos anos quarenta e cinquenta, a arquitetura moderna, antes de ser anti-histórica, é o instrumento de religamento com o “verdadeiro espírito da arquitetura tradicional brasileira”. Na tradição arquitetônica do projeto modernista, a identidade não se busca no passado mas que se inventa, se projeta no futuro. (MARTINS, 2000, p.376)

Segundo Nobre:

ao fundir ali as perspectivas do arquiteto e do historiador, Lucio Costa impôs-se o duplo compromisso de projetar nosso futuro e construir nosso passado. E por dar como certa a existência de uma formação cultural primordial, em larga medida transfigurada ou abafada no decorrer do tempo, porém capaz de expressar a identidade brasileira fez da sua longa atuação no SPHAN um meio de recuperá-la por meio de um conjunto de práticas de natureza simbólica revestida de uma autoridade delegada, desde primeira hora, por um governo decidido a investir no projeto de construção da nacionalidade pela via da produção cultural”. (NOBRE; KAMITA; CONDURU, 2004, p.127)

Para Rubino, “os homens do SPHAN, dentre eles Lúcio Costa, pensaram com história” (2002, p.17). Puppi (1994, p.124) concorda dizendo que “a forma de estudo histórico reveste de autoridade o programa da arquitetura moderna: Lucio Costa projeta-o na história, reinterpretando-a e reescrevendo-a. Tal estratégia revela-se eficaz, e o arquiteto militante fará larga fortuna como historiador”. Silva Telles (1989, p.79), também se posiciona dizendo que: “Lúcio reivindica é um sentimento de brasilidade constituído pela história”.

Para Santos (1997, p.91), “a obsessão pela invenção de uma tradição é parte integrante do imaginário modernista que domina a Academia do SPHAN”. Para Puppi (1994, p.141-142) era a “construção de uma cultura nacional capaz de conciliar a modernidade com a tradição, e agente da construção da cultura nacional, uma espécie de defesa conservadora das glórias passadas, desse projeto cultural nacionalista, a história está na base do edifício teórico de Lucio Costa”.

Segundo Puppi (1994, p.129) mesmo raciocínio aplicado a prática profissional, “Lucio Costa transpunha as tarefas da pesquisa histórica e da preservação do patrimônio. Ao lado da contribuição imediata do estudo da arquitetura tradicional a arquitetura

moderna, julgava imperativo que a pesquisa e a preservação acompanhassem os mesmos princípios da nova arquitetura". Dias Comas também concorda que a arquitetura de Lucio Costa "é usualmente considerada em função das ideias de uma modernidade assente na tradição e de uma nacionalidade" (NOBRE; KAMITA; CONDURU, 2004, p.19).

Para Silva Telles (1989, p.76 e 89) são "os valores da tradição construtiva da colônia — a simplicidade, a harmonia e a austeridade — que deveriam reger o sentido e a intenção do projeto moderno. Lúcio pretende que a consciência aflorada do passado possa conferir sentido ao presente".

A história de um grupo humano é sua memória coletiva, porque dá-lhe um sentido de identidade (FONTANA, 1998). Segundo Hobsbawm (2000, p.17) "a história é a matéria prima para as ideologias nacionalistas. O passado é um elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. O passado legítimo, fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito que comemorar". Complementa Le Goff (1990, p.15) que "cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico". E Lucio Costa ajudou a fabricar seu tempo.

O modernismo, por exemplo, movimento revolucionário que ditava regras na época e que se inseria ideologicamente tanto nos intelectuais do MEC quanto nos do SPHAN, é um movimento fundamental de uma redefinição, de uma nova imagem da cultura brasileira no século XX. Era o reinventar os princípios da cultura brasileira para o momento presente, sendo um projeto estético fundamentalmente nacional, no qual era exaltada a herança da península ibérica, o iberismo como um projeto político e algo que se constrói para viabilizar a ordem moderna e constitutiva da nação existente (ROCHA, 2012).

Por isso que "temos que desmontar e desconstruir a Era Vargas, período histórico peculiar e de extraordinária importância para se pensar o contemporâneo. Fazer da questão ibérica um instrumento intelectual ainda interessante para se pensar o Brasil de hoje" (NOGUEIRA, 2003). E Lúcio Costa era o homem cordial ibérico a negociar nossa modernização entre o rural colonial e o moderno urbano.

O SPHAN era subordinado ao MEC, e segundo Wisnik (2007, p.170), "o aparelho de Estado, constituiu uma política de patrimônio" e o SPHAN representou bem isso. Os chamados patrimônios históricos e artísticos têm nas modernas sociedades a função de representar simbolicamente a identidade e a memória da nação. Durante esse período o SPHAN norteou sua política pelas noções de tradição e de civilização, dando especial ênfase à relação com o passado. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação (CPDOC-FGV).

Segundo Santos (1997, p.78), "a Academia SPHAN nasce ancorada na ideia básica que é o registro da nação". Rubino (2002, p.08) corrobora argumentando que "o SPHAN iniciou os tombamentos de bens que fazem parte da narrativa da nação". Guerra Neto (2002, p.114) também partilha dessa mesma informação de que "ao se buscar no passado a legitimidade do presente, a equipe do SPHAN desencadeia uma ação preservacionista que, privilegiando a história, dignifica a tradição como patrimônio, e forma a própria essência de nação". Acrescentamos aqui, que não só Lucio Costa

foi peça fundamental no avanço conservador, religioso, industrial e moderno e na política de salvaguarda da memória e identidade, mas dois outros personagens de grande importância são agrupados a ele: Serafim Leite, o historiador, historiógrafo e ideólogo da Igreja e do Estado atuando via SPHAN, e Leonel Franca, padre e professor jesuíta, vice-reitor do Colégio Santo Inácio, reitor e um dos fundadores da PUC-RJ e sua *Ratio Studiorum* modernizada atuando na Universidade.

Assim, no SPHAN, Lucio Costa teve parcerias com políticos, historiadores, artistas, intelectuais, arquitetos e fotógrafos. As revistas do SPHAN eram escritas por intelectuais polímatas a exemplo do próprio Lucio Costa (arquiteto, professor, historiador, perito e restaurador), Rodrigo Melo Franco de Andrade (advogado, jornalista, escritor e diretor do SPHAN e depois IPHAN), Mario de Andrade (poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista, e ensaísta), Gilberto Freyre (escritor, ensaísta, sociólogo, antropólogo, historiador, jornalista, poeta e pintor), Godofredo Filho (poeta, escritor, professor e futuro diretor do IPHAN), Joaquim Cardoso (poeta, contista, engenheiro civil, desenhista, editor e professor), Luís Saia (arquiteto e desenhista), Noronha Santos (historiador), David Carneiro (engenheiro, historiador, escritor, poeta), Maria de Lourdes Pontual (funcionária do SPHAN), Alberto Lamago (historiador e geólogo), Serafim Leite (historiador e padre jesuíta), Ayrton de Carvalho (arquiteto), Sérgio Buarque de Holanda (historiador, crítico literário e jornalista) e Romulo Barreto de Almeida (professor, intelectual e político), e do tripartido de intelectuais modernistas interpretes da história do Brasil, dois deles, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda estão colaborando com a revista, isso tudo pela sua característica pioneira.

No que tange as relações entre Lucio Costa e os fotógrafos do SPHAN que fotografaram a arquitetura jesuítica é preciso destacar o que a fotografia representava para Lucio Costa, segundo ele:

a fotografia é, para mim, um mundo desconhecido e a simples vista da sua aparelhagem me inspira respeito e temor. É pois como leigo que me atraem as imagens registradas pelas máquinas antigas, e que aprecio a foto-documento ou o instantâneo onde o acaso intervém e fixa para sempre um momento único que não poderá jamais ser reconstituído exatamente igual. (FONSECA e CERQUEIRA in LIMA, MELHEM e CUNHA, p.13)

Isso significa que a objetividade fotográfica, enquanto documento, prova, testemunho, reconstrução da memória e da história era um instrumento de pesquisa importante para Lucio Costa na preservação do patrimônio. Sabemos que entre os anos de 1937-1945 os fotógrafos Erich Hess e Silvanísio Pinheiro fotografaram a arquitetura jesuítica em Sergipe e na Bahia. Nota-se que durante os primórdios da fase heroica do IPHAN, Erich Hess foi quem mais fotografou o patrimônio edificado pelos jesuítas. Hess fotografou em Sergipe, na Bahia, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Há mais três fotógrafos que clicaram o patrimônio jesuítico, sendo ele Silvanísio Pinheiro em Sergipe e na Bahia, Herman Graeser vulgo Germano fotografou em São Paulo, e Edno Pacheco fotografou o Rio Grande do Sul. O próprio Lúcio Costa, relaciona fotógrafos que teriam contribuído com o SPHAN, destacando “o notável Pinheiro e o simpático Erich Hess, disposto a voar fosse para onde fosse.” (COSTA, 2016, p.01).

E como “o bom arquiteto é um fotógrafo em espírito, mesmo quando não o é de fato, pois ele se desloca mentalmente em torno de seu edifício ainda imaginário e avalia



Figura 4a (esq.): HESS, Erich. Torre do Seminário de Belém da Cachoeira, BA. Fonte: Revista do SPHAN 01 de 1937.

Figura 4b (dir.): PINHEIRO, Silvanísio. Sacristia da Igreja dos Jesuítas de Salvador – 1940. Fonte: Revista SPHAN 4 de 1940 – Arquivo do IPHAN – Documento fotográfico F002995.

todos os pontos de vista possíveis” (VASQUEZ in LIMA, MELHEM e CUNHA, 2008, p.78), Erich Hess – um dos primeiros fotógrafos contratados pelo SPHAN – recebeu do arquiteto Lucio Costa, desenhos com detalhes de monumentos a serem fotografados (GRIECO, 2015), muitos deles jesuíticos.

Fonseca e Cerqueira (in LIMA, MELHEM e CUNHA, p.15-24-26), relatam mais detalhadamente as relações entre Lucio Costa e os fotógrafos do SPHAN:

a produção e a divulgação desse saber fotográfico era considerada tão importante quanto os próprios tombamentos ou obras, pois era sobre esses conhecimentos que assentava toda a prática do órgão. Eram as fotografias que viabilizavam os estudos dos bens culturais espalhados pelo Brasil, objetos de análise para tombamento. A documentação fotográfica também se tornou imprescindível para fins de estudo das obras de conservação e restauração propostas pelo SPHAN, bem como para a verificação dos trabalhos executados e, ainda, instrumentos de consulta e pesquisa por parte dos técnicos do Serviço e pesquisadores do patrimônio cultural brasileiro. Desde 1937, os funcionários e os fotógrafos contratados pelo SPHAN contribuíram para a sua proteção oficial, mas, sobretudo, construindo uma memória fotográfica da cultura brasileira. Muitos tombamentos eram feitos baseados na análise destas fotografias, dada a dificuldade de acesso às diversas localidades do Brasil e, por vezes, às limitações financeiras, que impediam os técnicos de irem a campo. Daí a importância da prática fotográfica naquele momento, funcionando como um instrumento que aproximava os técnicos do SPHAN dos bens arquitetônicos encontrados no Brasil, a serem tombados ou restaurados. Os fotógrafos, geralmente, recorriam aos arquitetos locais que os acompanhavam e orientavam o trabalho fotográfico. Em 1949, Lucio Costa, no plano de trabalho, indicava que os trabalhos de levantamento fotográfico deveriam ser realizados pelos próprios técnicos do SPHAN a partir de treinamen-

tos com fotógrafos profissionais orientados pelas próprias regionais. Além disso, dizia Lucio Costa que cada distrito deverá possuir um aparelho Leica, ou similar, completo, e contratar com fotógrafo competente, um curso prático de fotografia com o propósito de fazer de cada um dos funcionários técnicos da repartição um fotógrafo habilitado, capaz de fazer a sua própria documentação nas viagens de reconhecimento, pesquisa ou inspeção.

Foto-documento, instantâneo, momento único, máquinas Leica, anos 30 e 40, são indícios de que uma possível influência de Henry Cartier-Bresson chegou até o Brasil, assim sendo, é válido argumentar que Lucio Costa ajudou a construir um olhar sobre a fotografia de arquitetura no SPHAN e também a construir uma fotografia moderna que foi instrumento e parte da elaboração da identidade nacional entre os anos de 1937 a 1945.

Alguns intelectuais do SPHAN, em especial, Lucio Costa e Serafim Leite, produziram trabalhos que parecem ser inspirados na historiografia do final do século XIX e início do XX, ou seja, o cientificismo e positivismo rankeano, história linear, factual, elitista, biografista, a serviço da moralidade da República e da Ordem. Uma escrita da história que parece ter muito em comum com Ernest Lavisse e o nacionalismo francês na operação historiográfica, onde a tarefa do historiador, do arquiteto e do professor, durante os cursos com seus alunos obedientes era “formar republicanos conscientes e soldados valentes” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p.110).

No que tange a obra de Serafim Leite, ela é herdeira de uma tradição historiográfica na qual a História é concebida como a biografia do Estado-nação e cujo discurso coloca os jesuítas como nada menos do que coparticipes da fundação desse Estado-nação. Barra diz que “esse discurso influenciou a atuação do SPHAN nos seus primeiros tempos” (CHUVA, 2008, p.61-75).

Roger Keesing “mostrou que a cultura pode ser, entre outras coisas, um modo de mascarar e sustentar poderes e privilégios, de ocultar a exploração e a opressão. Apontou também que é preciso sempre perguntar quem cria e define os significados culturais e com que finalidade” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.49). Ora, senhores, quem mascarava e sustentava poderes e privilégios e ocultava a exploração e a opressão era a máquina estatal autoritária, católica, industrial, que amórfica, se intitulava moderna, sendo o MEC e o SPHAN quem criava e definia os significados culturais para essas finalidades. Os intelectuais do SPHAN tinham um poder que podemos classifica-lo como sendo “o poder visto como objeto da investigação/produção histórica e o poder enquanto agente instrumentalizador da própria oficina da história, com o que o conhecimento histórico se converte em seu objeto” (FALCON, 1997, p.97.)

É preciso levantar o véu, a batina ou a farda da história pois “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio econômico, político e cultural e “existe um saber histórico dentro de um lugar” (CERTEAU, 2002, p. 62), esse lugar era o SPHAN. Entre o saber e o lugar se ajustam os enquadramentos das pesquisas. O lugar (SPHAN) torna-se uma arena dentro de um jogo hierárquico, de interesses ideológicos e políticos nacionais (Estado Novo, Industrialização e a Igreja Católica), e o produto final são os tombamentos da maior parte do patrimônio jesuítico e as revistas do SPHAN entre 1937 e 1945, que se enuncia num conjunto de práticas do estudo particular que é reconhecida pelo lugar e pelo público que o recebe.

Lucio teve um traço singular do campo arquitetônico brasileiro, pois, ao mesmo tempo que revoluciona as formas de vanguarda, funda um instituto para preservação das formas pretéritas. Deve-se a Lucio Costa o estabelecimento de uma relação estrutural e dialética entre a arquitetura do presente e do passado, como por exemplo, o Museu das Missões em 1937. Assim, o antigo “passa a ser objeto de restaurações que fazem questão de não esconder as intervenções modernas” (CAVALCANTI e LAGO, 2005).

Conclusão

Barra diz que para Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, o Brasil era não apenas o seu território e sua população, mas também, e principalmente, a “obra de civilização” que nele vinha sendo desenvolvida desde os começos da colonização portuguesa. E, como relatamos acima, os jesuítas foram os pioneiros na chamada “civilização” do Brasil. Fica claro entender então porque dentre os primeiros tombamentos e os escritos das primeiras revistas realizados pelo SPHAN muitos eram jesuítas e porque os anos entre 1937 e 1945 foi o período em que mais se tombou edificações jesuíticas.

O patrimônio materializava essas narrativas (CHUVA, 2008, p.62-69). Ora, se as revistas do SPHAN, sob a consulta de Lucio Costa e grande parte de seus intelectuais ou funcionários estavam envolvidos e divulgando os signos do patrimônio jesuíta e dando destaque aos inicianos em suas revistas, o seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade não poderia estar fora dessa empreitada. E o índice disso seria a fotografia (figura 5) de Erich Hess feita em 1939 da Igreja da Camandaroba de 1734 e que pertenceu aos padres da Companhia nas planícies de Laranjeiras (SE), tombada em 1943, e inscrita sob número 207 no livro Histórico e 272-A no Livro de Belas Artes.

Nessa fotografia aparece em primeiro plano as estruturas construtivas, os barrotes, escadas, guarda-corpos, caibros e pilares de madeira, a arcada de pilares clássico de pedra, areia e barro caiados bem ao gosto jesuíta; e no centro e no fundo aparecem sentados numa janela-conversadeira e num contraluz de uma luz difusa e suave que irradia e entra pelo centro do arco romano clássico, Rodrigo Melo Franco de Andrade com quem supomos ser a Sra. Sobral, proprietária da Igreja da Camandaroba.

Mas porque o interesse, a prioridade e a urgência de Rodrigo Melo Franco de Andrade na Igreja da Camandaroba? Porque o diretor do SPHAN se deslocaria de seu gabinete no Rio de Janeiro para ir até o interior de Sergipe? Seriam porque as notificações enviadas por Rodrigo aos proprietários da Igreja e tendo ele recebido apenas cartas dizendo que os proprietários haviam recebido as notificações mas não autorizando o tombamento como informa o processo de tombamento do SPHAN nº0299-T-41? Acreditamos que não só; mas também acresce a isso o interesse em tomar o patrimônio de quem estava no centro e por detrás do governo Vargas, do Ministério da Educação e da Cultura de Capanema, e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, ou seja, os jesuítas e sua Companhia.



Figura 5: HESS, Erich. Rodrigo Melo Franco de Andrade com quem acreditamos ser a Sra. Sobral proprietária da Igreja da Camandaroba em Laranjeiras, SE – 1939. Fonte: Documento fotográfico do IPHAN número F024606.

Como vimos, numerosos foram os artigos que tratavam do patrimônio de origem jesuíta. Segundo Menezes: “para os intelectuais do SPHAN, a contribuição dos jesuítas à formação da nacionalidade e de nosso território deveria ser valorizada através da arquitetura. O que deveria ser protegido como legado da Companhia de Jesus para a memória do Brasil era o seu modo de construir” (CHUVA, 2008, p.13-27). Por fim, Chuva (2008, p.16-34) diz que “o artigo de Lucio Costa, publicado pela revista na década de 1940, é um exemplo do que se buscava com a Revista, ou seja, a relação entre a agência de proteção do patrimônio e os resquícios da presença jesuítica se deu pela eleição de símbolos que contassem a história da nação e refundassem seu mito de origem pela influência do movimento modernista”.

Assim sendo, não poderíamos deixar de concluir com Hobsbawm (2000, p.47-48) quando diz que: “a história como inspiração e ideologia tem uma tendência embutida a se tornar mito de auto justificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa do que essa”. Logo, é válido argumentar que, no Brasil, a modernidade, talvez pela nossa herança portuguesa colonial, teve que pedir as bênçãos da Igreja, e os intelectuais do SPHAN, entre eles, Lucio Costa, utilizaram os signos dos jesuítas para permitir à sociedade estado-novista representar a si mesma, legitimar a pioneira arquitetura moderna, fundar a identidade nacional e delinear a ideia de uma República justificada pela história.

Referências bibliográficas

- BORGES, Luiz C. *As Línguas Gerais e a Companhia de Jesus – Política e Milenarismo*. Cadernos de Estudos Linguísticos 46(2). Campinas. Jul./Dez. 2004, p.171-194.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Fórum da História/Publicações Europa América, 1983.
- CARDOSO, Ciro, Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CAVALCANTI, Lauro; LAGO, André Corrêa do. “*Ainda moderno? Arquitetura brasileira contemporânea*.” Arqtextos n. 6, no. 066.00 (Nov. 2005).
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHUVA, Márcia (org.). *Assentamentos jesuítas: territórios e significados*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.
- COSTA, Eduardo Augusto. *Uma trajetória do Arquivo Fotográfico do Iphan: mudanças discursivas entre os anos 1970 e 1980*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, vol.24 no.1, Jan./Apr, 2016.
- CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito e (Coords.). *A Fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. COPEDOC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.
- ENTRINGER, Rogério. *A Cruz e a Quadra na Arquitetura dos Jesuítas no Brasil: um discurso fotográfico*. São Carlos: Dissertação de Mestrado IAU-USP, 2015.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro, Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos Fotógrafos no IPHAN (1937-1987). In: LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito e (Coords.). *A Fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. COPEDOC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998, p.267).
- FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANCA S.J., Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.
- GUERRA NETO, Abílio da Silva. *Lúcio Costa: modernidade e tradição – montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira*. São Paulo, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KATINSKY, Júlio Robert. *Lucio Costa*. São Paulo: Revista do IEB - USP, n12, 1972.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Serafim. *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*. Braga, Portugal: Livraria A.I., 1993.
- MARTINS, Carlos A. F. Construir una Arquitectura, Construir um País. In: SCHWARTZ, Jorge (Org.). *Brasil, 1920-1950: De la Antropofagia a Brasília*. Valencia: IVAM - Institut Valencià d’Arte Modern, 2000. p. 371 – 381.

NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Masao; CONDURU, Roberto. (orgs.). *Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Positividades e negatividades da herança Ibérica*. Conferência em Intérpretes do Brasil. Campinas: Espaço Cultural CPFL/ TV Cultura, 2003. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=DLvsGLRM-Fl>> Acesso em 20/03/2017.

REVISTA DO SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.01, 1937.

_____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.02, 1938.

_____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.03, 1939.

_____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.04, 1940.

_____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.05, 1941.

_____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.06, 1942.

_____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.08, 1944.

ROCHA, João C. de C. *Debate "Antropofagia e atualidade"*. Comemorações 90 anos da Semana de Arte Moderna de 1922. Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KbfJQvV4erw>> Acesso em 20/04/ 2017.

RUBINO, Silvana. *Lucio Costa e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. In: REVISTA USP, São Paulo, n.53, março/maio 2002, p. 6-17.

SANTOS, Mariza Veloso. *Nasce a Academia SPHAN*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24. Rio de Janeiro, 1997.

SILVA TELLES, Sophia da. *Lucio Costa: monumentalidade e intimismo*. In Novos Estudos/CEBRAP no 25. São Paulo, 1989. p.75-94.

VASQUEZ, Pedro Afonso. Construções mentais e imagens reais - Notas sobre o diálogo entre arquitetura e fotografia. In: LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito e (Coords.). *A Fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: COPEDOC/IPHAN, 2008.

WISNIK, Guilherme. *Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade*. Novos Estudos – CEBRAP, n.79, 2007, p. 169- 193.

Recebido [Jan. 15, 2018]

Aprovado [Mai. 14, 2018]

Novas dinâmicas urbanas para a resolução de problemas das cidades:

um olhar sobre a Porto Alegre *online/offline* de hoje

Gabriel Gallina Jorge, Fabrício Farias Tarouco*

Resumo A efetividade no trato dos problemas urbanos e sociais não acompanhou a rápida urbanização das grandes cidades. Novas dinâmicas vêm emergindo de uma sociedade que age criativamente, coletivamente e de forma colaborativa, implementando novos canais para resolução de problemas que não dependam exclusivamente do poder público. O artigo se propõe a analisar novos modelos de engajamento popular e divisão de responsabilidades que vem se impondo nas cidades contemporâneas, observando dinâmicas online, offline ou mistas da participação social representadas pelo codesign. Como cenário para discussão, se definiu como recorte o contexto da mobilidade urbana em Porto Alegre durante a última década.

Palavras-chave: dinâmicas urbanas, codesign, cidades criativas.

New urban dynamics for solving city problems: a look at Porto Alegre online/offline today

Abstract Effectiveness in dealing with urban and social problems didn't follow the rapid urbanization of large cities. New dynamics have emerged from a society that acts creatively, collectively and collaboratively, implementing new ways for solving problems that don't depend exclusively on governments. The article proposes to analyze new models of popular engagement and responsibilities sharing that has been imposed in contemporary cities, observing online, offline or mixed dynamics of social participation represented by codesign. As a scenario for discussion, the context of urban mobility in Porto Alegre during the last decade was defined as the focus.

Key words: urban dynamics, codesign, creative cities.

Nuevas dinámicas urbanas para la resolución de problemas de las ciudades: una mirada sobre Porto Alegre online/offline de hoy

Resumen La efectividad en el trato de los problemas urbanos y sociales no acompañó la rápida urbanización de las grandes ciudades. Las nuevas dinámicas vienen emergiendo de una sociedad que actúa creativamente, colectivamente y de forma colaborativa, implementando nuevos canales para la resolución de problemas que no dependen exclusivamente del poder público. El artículo se propone analizar nuevos modelos de compromiso popular y división de responsabilidades que se vienen imponiendo en las ciudades contemporáneas, observando dinámicas online, offline o mixtas de la participación social representadas por el codesign. Como escenario para discusión, se definió como recorte el contexto de la movilidad urbana en Porto Alegre durante la última década.

Palabras clave: dinámicas urbanas, codesign, ciudades creativas.

O crescimento populacional trouxe consigo novos desafios para as grandes cidades. A rápida e contínua urbanização dificultou a desenvoltura no trato dos problemas urbanos e sociais, agravando uma estrutura já complexa e causando perda de funcionalidades básicas e qualidade de vida (WEISS, 2015). Governos se sucedem, mas a tentativa de atender às demandas contínuas da sociedade parece estar bem distante do que pode ser considerado ideal. Seja pelo entendimento distorcido das reais necessidades, seja pela agilidade limitada pela burocracia do dia-a-dia, além da constante falta de recursos, o que se constata é a dificuldade com que a esfera governamental lida com os problemas da cidade sob sua responsabilidade.

Parte desta dificuldade está na compreensão da natureza destes problemas. Para Rittel e Webber (1973), estes não apresentam características lógicas como aqueles relacionados com a engenharia ou matemática, por exemplo, pois tais problemas demonstram ser capciosos (*wicked*, no original). O termo é empregado em razão destes não apresentarem um contorno claro, terem aspectos peculiares que não se enquadram em problemas enfrentados no passado, nem tampouco encorajam um modelo de solução replicável a partir dele próprio. Suas respostas não passam, portanto, por métodos pré-estabelecidos, uma vez que se apresentam como únicos e complexos, e, no contexto de uma cidade, confundem-se entre si como causa e sintoma de um mesmo problema. Compreendendo a incerteza que orbita a resolução deste tipo de problema, Rittel e Webber (1973) defendem que sua solução não deve ser entendida como certa ou errada, mas sim quanto a ser assertiva e satisfatória, sendo recomendável ir ao encontro de possibilidades adequadas para solucioná-lo, visto que em sua natureza não existe uma formulação definitiva para resolvê-lo, mas, sim, um melhoramento a ser buscado, concomitante ao entendimento do que o está originando.

No contexto urbano é possível identificar dois grandes movimentos que pautam a proposição de soluções para problemas: um movimento que parte da camada de governança – prefeitura e órgãos públicos – e outro movimento que parte da camada governada – cidadãos em geral. O primeiro movimento pode ser caracterizado como sendo de cima para baixo, ou *top-down*, onde a camada que gerencia a cidade identifica e apresenta soluções para os problemas da cidade. Já o segundo movimento parte de baixo para cima, ou *bottom-up*, e vem representar a manifestação da própria sociedade diante dos problemas da cidade, em que o próprio cidadão toma a iniciativa de propor uma solução. Embora ilustrem vetores diferentes, tais movimentos não são excludentes, e podem, sim, serem complementares um ao outro.

Também é possível identificar dois canais que operam estas soluções: um que está amparado pela tecnologia e é predominantemente digital – o popular canal *online* – e outro que funciona a partir de meios físicos desprovidos de ambiente virtual ou de características digitais – o canal *offline*. Da mesma forma, são canais que podem se complementar trazendo ao cidadão diferentes dimensões de solução para um mesmo

*Gabriel Gallina Jorge é Arquiteto e Urbanista, professor dos cursos de Arquitetura (Ulbra), Design Gráfico e Design de Interiores (Centro Universitário FADERGS), ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4215-6375>>; Fabrício Farias Tarouco é Designer, professor da área de Design e Coordenador do Bacharelado em Design da UNISINOS. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1658-4456>>.

problema. É como se, estando a caminhar pela cidade em busca de um determinado endereço, resolvessemos nosso problema de navegação contando com um aplicativo para dispositivos móveis (*online*) ou apenas observando a sinalização identificativa das ruas (*offline*). É interessante observar que este aplicativo possa ter sido desenvolvido de maneira *top-down* ou *bottom-up*, da mesma forma que a sinalização de uma rua, que pode ser aquela padronizada e instalada pela prefeitura, como também pode ser uma placa, com letreiros artesanais, criada por algum morador do bairro.

Esta diversidade de combinações entre vetores, atores e canais é o que entendemos como novas dinâmicas que se abriram para a resolução dos problemas urbanos contemporâneos. Sendo assim, este artigo se propõe a fazer uma reflexão a respeito deste tema introduzido a partir da relação destas dinâmicas com aspectos de participação social representados pelo conceito de codesign. Neste sentido, propõe-se o protagonismo dos coletivos criativos como um fator facilitador destas dinâmicas. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, se define como recorte de observação o contexto da mobilidade urbana da cidade de Porto Alegre nos anos mais recentes, metrópole esta que conta com 1.409,351 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2017), e é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

O direito à cidade

É fato que nossa necessidade de vida em sociedade coloca, cada vez mais, as cidades como facilitadoras das práticas econômicas e sociais (TAROUÇO, 2014). Neste sentido, é possível identificar um fenômeno atual que explora as dinâmicas entre a cidade e seus usuários, na qual modernas tecnologias da informação e comunicação assumem papel de facilitadores deste contato nas tomadas de decisão, colaborando na melhoria da capacidade de gestão da infraestrutura, no provimento de serviços aos cidadãos e, principalmente, na resolução de problemas complexos. Entende-se este aperfeiçoamento como característico de um novo paradigma decorrente da popularização do incremento tecnológico, que deram origem ao entendimento do emergente conceito de *cidades inteligentes*. Tal denominação configura uma interpretação do já propagado conceito de *smart cities*, que Schaffers (2011) resume como laboratórios vivos que caracterizam ecossistemas de inovação urbana. Esta nova dinâmica é abordada por Tarouco, quando este diz que:

A vida na metrópole acompanha o processo acelerado das transformações vivenciadas nas últimas décadas e, também, o dinamismo que essas transformações acontecem. São mudanças de paradigmas, mudanças culturais, socioeconômicas e principalmente tecnológicas, que implicam necessariamente uma readaptação do indivíduo em seu meio. (TAROUÇO, 2014, p. 40)

Em seu livro *O direito à cidade*, o filósofo Henri Lefebvre reforça esta percepção ao dizer que “a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento [...] portanto, ela muda quando muda a sociedade” (2011, p. 51). Nessa direção, Gehl defende a interpretação de uma *cidade viva*, conceito este na qual uma cidade emite sinais amistosos e acolhedores com a promessa de maior interação social, já que a simples presença de outras pessoas indicaria quais lugares são mais atrativos, ou não (GEHL, 2013).

Em se tratando das cidades, cada vez mais é possível perceber que, diante da falta de eficiência dos serviços públicos, da infraestrutura precária e do acesso difícil aos recursos, surge uma variedade de iniciativas vindas da comunidade envolvida em resposta a estas dificuldades recorrentes e cotidianas. Através de mobilizações com recursos próprios e processos colaborativos, a capacidade de agir dos atores locais vem sendo amplificada e aperfeiçoada. São novos movimentos e grupos que assumem o protagonismo e a responsabilidade de realização, ocasionando de maneira proativa uma própria governança local e alternativa. Este espaço vem sendo tomado por cidadãos que mobilizam processos coletivos e fundamentam o caminho da autogestão organizacional, ocupando assim uma lacuna deixada pelas formas tradicionais de gestão pública (MITRASINOVIC, 2016). Mais do que uma resposta à formalidade do sistema oficial, Lerner (2011) vê este acontecimento como uma manifestação de identidade, autoestima e sentimento de pertencimento, aspectos que estão intimamente ligados aos pontos de referência que as pessoas têm da sua própria cidade. “É um fator crucial de qualidade de vida, já que representa a síntese da relação entre o indivíduo e seu ambiente urbano”, argumenta Lerner (2011, p.39).

O problema da mobilidade urbana de Porto Alegre

Quando se busca informações sobre as questões de mobilidade na cidade de Porto Alegre, percebe-se que há pouco mais de uma década e meia a cidade era modelo em transporte público de qualidade no Brasil, com prêmios e certificados recebidos que comprovam o bom momento vivenciado. Com o passar dos anos, a Capital Gaúcha viu sua população crescer lentamente, conforme dados do IBGE, entretanto, o que se viu crescer efetivamente nesse contexto foi a frota automotiva, que levou ao total sufocamento das infraestruturas viárias atuais. De acordo com Panitz (2014), não é difícil entender o porque da compulsória duplicação de vias e da piora nos índices de poluição sonora e atmosférica, já que a média de emplacamentos de veículos na cidade se aproxima das 100 unidades por dia.

Para o autor, é preciso deixar claro que o transporte público é parte da mobilidade urbana, não um sinônimo. Outras questões, como as ciclovias, os espaços pedonais (destinado a pedestres), os estacionamentos públicos e privados, a moradia (e sua distância ao trabalho, escolas e serviços), bem como as centralidades e o mobiliário urbano, fazem parte desta complexa equação. Pode-se somar ainda a esta engrenagem: obras de infraestrutura, conexão e integração entre diferentes modais, legislação, prioridade em investimentos, interesses privados e políticos, entre outros.

No ano de 2012, com a aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587), se passou a exigir que cidades com mais de 20 mil habitantes elaborem um Plano de Mobilidade Urbana até 2019, que deverá integrar os Planos Diretores Municipais. Nessa direção, Porto Alegre chegou a apresentar no ano de 2015 uma primeira versão de seu plano, que foi encaminhado à Câmara, mas não chegou a ser apreciado pelos vereadores. De acordo com Natusch (2018), o texto diagnosticava uma grande irracionalidade na distribuição da rede de transportes na Capital, com destaque para a falta de integração entre modais e a superposição de itinerários. Entre as propostas, constava a criação de um Plano Diretor de Passeios Públicos e de uma rede municipal e intermunicipal de transportes hidroviários, além de posicionar o metrô como prioridade naquele momento.

Com a constatação da lentidão e até congelamento das soluções offline, que tem, muitas vezes, a esfera governamental como protagonista, foca-se agora o olhar para o que as tecnologias móveis e os canais online disponíveis tem a oferecer para este contexto abordado.

A solução pelo canal *online*

Como se constata atualmente, a prerrogativa de soluções deixou de ser apenas da governança pública e passou a ser compartilhada com a sociedade envolvida, que inclui, além dos cidadãos, desenvolvedores de softwares, empreendedores locais, coletivos urbanos, entre outros. Soma-se a isso o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), que assumiram um papel importante ao facilitarem a identificação dos problemas, viabilizando soluções por meio de plataformas integradas e conectadas com o mundo. A mesma tecnologia da informação que mapeia as demandas e dinâmicas da cidade, além de abastecer seus gestores, também qualifica a vida do usuário final, o cidadão, que acessa este canal principalmente através de dispositivos móveis. Tarouco (2014) aponta a *smartphonização* das práticas urbanas e sociais como resultante daquilo que as cidades com plataformas tecnológicas integradas podem oferecer, já que há uma previsão de que em poucos anos praticamente todos os aparelhos de telefonia móvel serão *smartphones* (Abinee, 2013). Neste cenário, o protagonismo do cidadão comum emerge como propulsor das novas dinâmicas urbanas que objetivam a solução para os problemas da cidade.

Esta nova realidade não considera o indivíduo apenas como usuário do sistema, mas, também, como seu colaborador estratégico. Por meio de aplicativos para dispositivos móveis percebe-se que esta tecnologia vem proporcionar uma relação diferenciada do usuário com sua cidade, introduzindo novos hábitos e dinâmicas ocasionadas a partir de ambientes virtuais. Um exemplo desta lógica é a transformação percebida no serviço de taxis a partir da chegada dos transportes privados urbanos (título dado aos aplicativos Uber, Cabify e 99, além do pioneiro Easy Taxi), na qual os usuários podem fazer toda a intermediação, pagamento e avaliação do atendimento por intermédio de aplicativos móveis. Esse cenário é enriquecido por aplicativos de geolocalização e acompanhamento do trânsito, como o google *Maps* e o *Waze*, entre outros. O papel de colaborador estratégico dado a este cidadão se justifica porque todos os dados gerados por ele ajudam a qualificar o desempenho do sistema.

O amadurecimento tecnológico vem ampliar o panorama de possibilidades, promovendo aperfeiçoamentos e novas soluções que surgem a cada dia. Este contexto permite reinventar-se constantemente sem um processo único pré-definido, vendo o desenvolvimento de novos artefatos tecnológicos surgirem à medida que os problemas são compreendidos e explorados. Ou seja, diante dos problemas *capciosos* que as cidades apresentam, as TICs se posicionam como um recurso adequado ao momento atual na busca de soluções. É o que conclui Tarouco (2014) ao dizer que um determinado modo de ser vem emergindo nas observações extraídas destas interfaces, com novos hábitos sendo estabelecidos e antigas praticas sendo alteradas de forma recorrente. Esta transformação que a tecnologia possibilita não trata apenas das oportunidades que dela surgem, mas também dos problemas complexos que ela permite identificar e se propõe a resolver.

Retornando ao contexto da cidade de Porto Alegre, alguns aplicativos (*apps*) proporcionam outro patamar na relação do usuário com a cidade, quando tratamos de mobilidade urbana. Como exemplo, vemos a parceria entre a Prefeitura de Porto Alegre e uma startup israelense para adaptação e implementação do app Moovit, que possibilita consultar linhas de ônibus e horários em tempo real, além de traçar rotas virtuais até o ponto onde se quer chegar. Nesta mesma linha, a cidade também conta com o Poa Trânsito, um app que utiliza base de dados da EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre – para fornecer informações sobre ônibus, táxis, lotações e situação do tráfego em tempo real. Este app se mostra um pouco mais acessível, pois além do app também está disponível em uma plataforma online. Também utilizando a base de dados da EPTC, o cidadão portoalegrense conta ainda com o app MoveBus, que oferece ao usuário uma consulta rápida dos horários dos ônibus da cidade.

Notamos que, a cada dia que passa, novas soluções deste tipo são implementadas. Sabe-se que há aplicativos para encontrar vagas de estacionamento, assim como encontrar postos de gasolina, alugar carros, acessar serviços de mecânica 24 horas, oferecer e pedir caronas, etc. Recentemente, o aplicativo Uber disponibilizou em algumas cidades a possibilidade de viagens coletivas, na qual o motorista vai pegando passageiros (desconhecidos entre si) pelo caminho, diminuindo o custo da viagem e mantendo o veículo sempre em circulação.

A solução pelo canal *offline*

Diante deste horizonte cada vez mais informatizado parece que seguimos em um caminho digital sem volta, no qual a inovação passará a acontecer principalmente por meios relacionados à já mencionada *smartphonização* da sociedade. Porém, é importante considerar que, quando se faz referência a inovação, não se está falando apenas de seu vetor tecnológico, mas, também, sobre métodos e processos que estão sendo revisitados. Se por um lado presenciamos a rápida estruturação de uma cidade digital com todo ganho de performance e ampla participação que a tecnologia possibilita, por outro lado também se observa um fenômeno igualmente impactante que são as intervenções urbanas praticadas por coletivos ativistas. É interessante observar que estes não exigem, necessariamente, altos investimentos característicos e embarcados de tecnologia. São, inclusive, mais acessíveis de serem postos em prática.

Ao propor soluções alternativas, de baixo custo e com considerável impacto social no território, o canal *offline* abordado aqui tem sua relevância cada vez mais reconhecida no contexto atual, pois assume outro lado da revolução participativa que a tecnologia vem ajudando a construir. São ações igualmente alinhadas ao conceito da *cidade criativa*, que se alicerça na capacidade da cidade de encontrar dentro de si própria e de sua comunidade a solução para seus problemas. Se o caminho digital se mostra inevitável, este meio não-tecnológico também pode ser considerado como seu paralelo necessário, sem haver exclusão ou sobreposição de um ao outro. Afinal, ambos respondem em diferentes níveis à necessidade das comunidades de solucionar de maneira criativa e independente suas dificuldades. A grande diferença entre estes dois meios parece estar na tangibilização das ações *offline*, que fazem ver de maneira mais evidente – ou pessoal – o envolvimento e a participação social. Mitrasinovic (2016) observa e reforça esta característica ativista das comunidades atuais, destacando o papel dos criativos

que trabalham taticamente nos centros urbanos e comunidades potencializando sua capacidade de auto-organização e resolução de problemas.

Uma destas iniciativas ocorreu recentemente no espaço público da cidade de Porto Alegre, tendo o grupo criativo *Shoot The Shit* como promovedor desta ação. Este grupo identifica necessidades e propõe intervenções coletivas para resolver problemas sociais-urbanos. O *Shoot The Shit* elabora intervenções físicas diretamente no território, que são notadas pela simplicidade de sua execução e flexibilidade de implementação ou replicação. Nestas ações, são percebidos aspectos coletivos, colaborativos e de co-criação para atingir resultados com grande presença e impacto social.

Uma ação de grande impacto do grupo foi o projeto chamado '*Que Ônibus Passa Aqui?*'. Esta iniciativa partiu de um problema ocasionado pela falta de informação nas paradas de ônibus existentes: ao chegar em uma parada, os usuários do transporte coletivo não sabem quais linhas de ônibus passam por ali. A solução proposta pelo grupo foi a aplicação de adesivos nos postes existentes das paradas de ônibus com a pergunta "Que Ônibus Passa Aqui?", e um espaço em branco para as pessoas preencherem, colaborativamente, o nome das linhas que passam naquele local (Figura 1).

Figura 1: Intervenção 'Que Ônibus Passa Aqui?' em ponto de ônibus de Porto Alegre. Fonte: Grupo Criativo *Shoot the Shit*. Março, 2018.

Ao buscar uma solução de maneira informal, o grupo acabou provocando discussões na comunidade e evidenciando a dificuldade do governo em lidar com este problema.





Figura 2: A nova sinalização das paradas, elaborada pela Prefeitura. Fonte: Grupo Criativo *Shoot the Shit*. Março, 2018.

Depois de uma certa polêmica sobre a manutenção ou retirada destes adesivos, encarados como um ato de vandalismo pela Prefeitura, a Empresa Publica de Transporte e Circulação (EPTC) oficializou o projeto e iniciou um processo de sinalização de aproximadamente 300 pontos de ônibus de Porto Alegre no formato e layout criado pelo grupo (Figura 2). É interessante destacar que este mesmo projeto já foi replicado em mais de 30 cidades com o mesmo problema.

Neste caso observado, seria lógico concluir que problemas de informação e identificação na cidade poderiam ser resolvidos com projetos de sinalização eficiente, desenvolvido por algum designer e implementado pela própria administração pública através de tramitação convencional, assim como ocorre em diversas cidades do mundo. Entretanto, a ausência de um sistema de sinalização satisfatório na maioria das cidades brasileiras abre espaço para se questionar o interesse ou a eficiência deste processo formal na realidade contemporânea, com tantas demandas que as cidades têm. Seria através de maneiras alternativas e criativas que poderíamos solucionar tais problemas, mesmo que parcialmente, sem ter que passar pela iniciativa ou o autorização do poder público? Entende-se que este parece ser um caminho para a sociedade atual. Talvez pela descrença nos meios tradicionais em resolver as questões da cidade em virtude das multiplas demandas existentes, ou pelo estímulo da agilidade vivenciada no plano virtual, o fato é que uma necessidade de agir vem emergindo cada vez mais.

A construção de um processo colaborativo coletivo

Considerando as contribuições que as áreas projetuais - como o Design, a Arquitetura, as Engenharias e as TICs - vem dando para a configuração das cidades contemporâneas, sendo elas responsáveis muitas vezes por inúmeras transformações na paisagem

destes lugares, é possível constatar que as mesmas são constantemente desafiadas a desenvolverem soluções criativas para os incontáveis problemas enfrentados cotidianamente pelos moradores e usuários dos grandes centros urbanos. Sendo assim, o design colaborativo - ou *codesign* - surge neste ambiente introduzindo o caráter projetual, tão necessário para a qualificação destes contextos, além de implementar transformações ocasionadas pelo uso da criatividade na forma de superar as carências reais de um território, sem uma dependência do poder público.

Entendendo a responsabilidade que as áreas projetuais e criativas tem com as cidades, Manzini (2011) estabelece uma relação entre o design e a capacidade humana de usar o senso crítico para reconhecer uma situação desfavorável e usar a criatividade para repensá-la e transformá-la em algo melhor. Se a contribuição deste segmento já é percebida na criação e desenvolvimento das plataformas virtuais (*online*), seu papel é um tanto diferente no meio *offline*, já que os participantes tornam-se responsáveis por observar, compreender e, especialmente, traduzir os inúmeros pontos de vista das partes envolvidas, tendo ainda que promover a coesão necessária do processo colaborativo das iniciativas que visam melhorias para a cidade.

Pelo viés estratégico das áreas criativas, toda solução traz um complexo sistema de relações colaborativas entre vários aspectos e atores, formas estas de colaboração que não são fáceis e, geralmente, não acontecem espontaneamente, mas como resultante de uma ação intencional (MANZINI, 2003). Após a identificação de um problema e de quais atores devem estar envolvidos na solução deste, o papel do designer no processo de cocriação é bastante relevante pelo fato de tornar as alternativas de solução visíveis. Esta capacidade de amplitude no trato e entendimento do problema traz objetividade a estas relações participativas, pois uma das mais importantes questões no desenvolvimento de soluções sustentáveis é precisamente sobre cooperação e parcerias implementadas. É por isso que Manzini (2003) discute como trazer a multiplicidade de atores focados em um mesmo objetivo, e como se pode facilitar a geração de visões compartilhadas. Lembrando que no contexto das cidades, os atores são inúmeros.

Nesta situação de lidar com diferentes atores, Mauri (1996) aponta que o coletivo pode não ser um ambiente de uniformidade e coincidência de pontos de vista, embora exista no grupo uma desejável convergência para um determinado fim. Porém, é justamente no tensionamento e discussão dos dissensos que se abrem novos caminhos. Destaca-se aqui, portanto, uma relação entre o processo coletivo e a inovação. Conforme Edquist (2006) o processo coletivo é tido como um dos pontos fortes de um sistema de inovação em razão do seu processo de aprendizagem e interdisciplinaridade: se produz conhecimento ou combina de novas maneiras o conhecimento existente através de perspectivas de diferentes disciplinas. Trazendo esta abordagem que relaciona a inovação como uma das resultantes da complexidade do processo coletivo, Mauri ainda coloca que:

O projeto, cujo elemento constituidor é a abertura ao possível, ao tornar-se do mundo, é, portanto, proposto como possibilidade, como evento aberto a uma nova ordem de conexões. Dentro desta concepção, a inovação tem a valência de ser aquilo que é capaz de abrir novos horizontes e perspectivas diferentes marcando uma descontinuidade em relação ao existente. " (MAURI, 1996, p.29)

Considerando que o já citado caos da mobilidade urbana em Porto Alegre é um evento aberto, com múltiplos atores envolvidos e em contínuo crescimento, impõe-se como desafio da coletividade a necessidade de encontrar soluções criativas que tragam respostas a situação existente, também comum a outros centros urbanos. Em Porto Alegre, há duas iniciativas significativas em andamento que tentam integrar coletivos e mentes criativas, trata-se dos projetos Vila Flores e Distrito C. No primeiro deles, o Vila Flores é um complexo arquitetônico formado por 3 edificações e um pátio que abriga diversas funções, sendo espaço para a realização de atividades socioculturais (coordenadas pela Associação Cultural Vila Flores), bem como espaço de trabalho de dezenas de artistas e empreendedores criativos (os residentes) e ambiente de aprendizado. O projeto arquitetônico ainda prevê, futuramente, apartamentos para moradia temporária, com lojas, cafeteria e memorial. Por sua vez, o Distrito C busca posicionar-se como um Polo de Economia Criativa, do Conhecimento e da Experiência, sendo constituído no momento por 82 artistas e empreendedores, que se localizam em grande parte do lado oeste do bairro Floresta, ao lado do Centro Histórico e dos bairros Independência e Moinhos de Vento, ao sul do chamado “4º Distrito” de Porto Alegre. Ambos, se destacam por serem ambientes criativos propícios para uma integração dos canais e iniciativas *online* e *offline* já discutidos aqui, e que podem ser considerados como um modelo ideal de funcionamento em virtude da diversidade que carregam frente a complexidade que os problemas modernos se apresentam.

Observamos então que designers, projetistas e criativos estão inseridos neste contexto como provocadores e ativadores dos atores envolvidos, orquestrando-os a partir de um processo de criação coletiva que objetive melhorias de uma determinada situação. Partir do entendimento de um problema e chegar até uma solução adequada passa pelo diálogo entre estes atores e os possíveis desdobramentos que se apresentam a partir disso. Entender tais pontos, compreender estas conexões, enxergar e fazer os outros também enxergarem um caminho comum é tarefa que, conduzindo este processo colaborativo, potencializa possibilidades e pode atingir resultados de relevância, significado e inovação. Assim, o papel estratégico do design no contexto das cidades passa também por incentivar e apoiar a produção social local, estabelecendo condições de cooperação que favoreçam a ação conjunta (MITRASINOVIC, 2016). Pode-se dizer então que a principal contribuição do design estratégico é justamente a organização contínua destas relações, objetivando uma evolução sustentável e que seja de proveito de todos os implicados neste processo, em que as soluções partam preferencialmente da sociedade para sua governança. Para Franzato *et al*, “as competências técnicas de design transformam-se em plataforma transdisciplinar que sustenta a convergência dos especialistas e dos demais atores que integram essa produtiva rede de colaboração” (FRANZATO *et al*, 2015, p.174).

Considerações finais

Para Landry, uma cidade criativa deve se posicionar assim por completo, de modo transversal a todos os campos, muito além das indústrias criativas ou da presença massiva de uma classe criativa (LANDRY, 2011, p.10). Se é desejável que floresça uma responsabilidade compartilhada impulsionada pela inventividade inerente de sua comunidade, não se pode então minimizar o papel dos coletivos criativos como atores e catalisadores desta mudança. Quando se almeja chegar um dia a utopia de Landry, este caminho passa inevitavelmente pelo protagonismo dos processos de

cocriação. Desde o mapeamento e detecção das oportunidades até a organização da diversidade de agentes e interesses, a contribuição de todos os envolvidos deve ir muito além da criativa proposição projetual. Este olhar é necessário para guiar as comunidades a encontrarem as respostas aos desafios que as cidades lhes apresentam de forma recorrente.

Iniciativas que promovem a inovação social convergem com a noção de design participativo, caracterizando-os como processos altamente dinâmicos, de funções criativas e proativas em que o designer tem papel estratégico, como mediador e facilitador das atividades coprojetais complexas a serem promovidas e orientadas (MANZINI, 2007). Para Meroni “é surpreendente ver quantas pessoas aparentemente comuns são capazes de fazer do extraordinário algo possível, quando lhes é dada a oportunidade” (MERONI, 2007, p.9). A autora ainda identifica nestas comunidades criativas características comportamentais como visão não retórica da realidade, atitude positiva e alegre, e um espírito corajoso e empreendedor. É o que Landry aponta ao dizer que “para ser criativa, a cidade requer mudanças de mentalidade, criando condições para que as pessoas se tornem agentes da transformação ao invés de vítimas dela, como uma experiência vivenciada” (LANDRY, 2011, p.14).

Esta predisposição dos cidadãos para encontrar um novo caminho de resolver seus problemas abre frente para diversas manifestações, sejam elas *online* ou *offline*, ou uma combinação de ambas, que seria o mais apropriado nos tempos atuais. Seu caráter informal mostra que as cidades tem condições de reinventarem-se permanentemente, como um laboratório a céu-aberto e em atividade incessante.

Referências bibliográficas

- ABINEE, Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Disponível em <<http://www.abinee.org.br>> Acesso em janeiro de 2013.
- EDQUIST, Charles. *Systems of Innovation, perspectives and challenges*. The Oxford Handbook of Innovation, Capítulo 7. Oxford UK: Ed. Jan Fagerberg, David C. Mowery, e Richard R. Nelson, 2006.
- FRANZATO, Carlo et al. Inovação cultural e social: design estratégico e ecossistemas criativos *in Design estratégico para a inovação cultural e social*. FREIRE, K. (org). São Paulo: Ed Kazuá, 2015.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 2ª ed. São Paulo. Editora Perspectiva S.A., 2013.
- LANDRY, Charles. *Cidade criativa: a história de um conceito*. in REIS, A; KAGEYAMA, P. Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Ed Garimpo de Soluções, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2011.
- LERNER, Jaime. *Qualquer cidade pode ser criativa*. in REIS, A; KAGEYAMA, P. Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Ed Garimpo de Soluções, 2011.
- MANZINI, Ezio. *Sustainably everyday: scenarios of urban life*. Milano: Edizioni Ambiente, 2003.
- _____. *A laboratory of ideas: Diffuse creativity and new ways of doing in* MERONI, A. Creative communities. Milano: Ed POLI.Design, 2007.
- _____. *Making things happen: Social innovation and design*. Working Papers. Aalto University, 2011.

MAURI, Francesco. *Progettare progettando strategia*. Milano: Masson SPA, 1996.

MERONI, Anna. *Creative communities: People inventing sustainable ways of living*. Milano: Ed POLI.Design, 2007.

MITRASINOVIC, Miroslav. *Concurrent urbanities: designing infrastructures of inclusion*. New York: Routledge, 2016.

NATUSCH, Igor. *Plano de Mobilidade Urbana não decola na Capital*. Jornal do Comércio. Porto Alegre, 14 de Fevereiro de 2018. Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2018/02/geral/610910-plano-de-mobilidade-urbana-nao-decola-na-capital.html>

PANITZ, Lucas. *A insustentável dureza (e imobilidade) de Porto Alegre*. Observatório de Mobilidade, 2014. Disponível em <<https://observatoriomobilidade.wordpress.com/2014/02/06/a-insustentavel-dureza-e-imobilidade-de-porto-alegre/>>

SCHAFFERS, Hans et al. *Smart Cities and the Future Internet: Towards Cooperation Frameworks for Open Innovation*. In: J. Domingue et al. (Eds.), *The Future Internet*, Lecture Notes in Computer Science, Springer, Vol. 6656, pp 431-446, 2011.

SHOOT THE SHIT. Disponível em <<http://www.shoottheshit.cc>>. Acesso em Março de 2018.

TAROUÇO, Fabricio. *A metrópole comunicacional que emerge dos aplicativos para dispositivos móveis*. Tese (Doutorado em Comunicação) PPG Ciências da Comunicação. Unisinos, São Leopoldo, 2014.

WEISS, Marcos; BERNARDES, Roberto.; CONSONI, Flávia. *Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanas: a experiência da cidade de Porto Alegre*. Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana (set/dez), 2015.

Recebido [Mar. 19, 2018]

Aprovado [Jul. 01, 2018]

Convívio em redes socio-espaciais em assentamentos precários

Um esforço de caracterização em Maceió-AL

Sofia Pessoa Lira Souza, Augusto Aragão de Albuquerque,
Andrea Moreira Gonçalves*

Resumo As redes de sociabilidade são importantes instrumentos de combate à pobreza, pois suprem a ineficácia do Estado. Sob esta lógica, desenvolvemos uma metodologia para sua identificação e caracterizamos suas relações de troca. Realizamos um Estudo de Caso no Conjunto Vitória, em Maceió-AL, levantando suas redes sociais, o histórico de sua ocupação e os diferentes níveis de interação social e relações de trocas que ali ocorrem. Para caracterização das relações, utilizou-se os valores descritos por Baudrillard. Como resultado, observou-se que as relações podem ser regidas pelos três tipos de valores investigados: valor de troca, troca simbólica e valor de signo.

Palavras-chave: redes sociais, sociabilidade, trocas.

Coexistence in socio-spatial networks in precarious settlements A characterization effort in Maceió-AL

Abstract Sociability networks are important tools for fighting poverty, as they suppress the inefficiency of the State. Under this logic, was developed a methodology for its identification and characterize its exchange relationships. A case study was carried out at "Conjunto Vitória", in Maceió-AL, collecting data about social networks, the history of its occupation and the different levels of social interaction and exchange relations that take place there. Values described by Baudrillard were used for relations characterization. As a result, it was observed that relations can be governed by the three types of values investigated: exchange value, symbolic exchange and sign value.

Key words: social network, sociability, exchanges.

Convivencia en redes socioespaciales en asentamientos precarios Un esfuerzo de caracterización en Maceió-AL

Resumen Redes de sociabilidad son instrumentos de combate a la pobreza, pues suplen la ineficiencia del Estado. Desarrollamos una metodología para su identificación y caracterizamos sus relaciones de intercambio. Realizamos un Estudio de Caso en el Conjunto Vitória, en Maceió-AL, levantando sus redes sociales, el histórico de su ocupación y los diferentes niveles de interacción social y relaciones de intercambios que allí ocurren. Para caracterización de las relaciones, se utilizaron los valores descritos por Baudrillard. Como resultado, se observó que las relaciones pueden ser regidas por los tres tipos de valores investigados: valor de intercambio, intercambio simbólico y valor de signo.

Palabras clave: redes sociales, sociabilidad, intercambios.

O convívio nas cidades é marcado por diversas facetas, configurações, tipos de interesse, níveis de envolvimento, interação e organização, dentre outros aspectos. Muitas vezes, índices e parâmetros, vinculados a este vasto tema, levam-nos a avaliar a força ou a fragilidade dos nós, conexões e relações detectadas em determinado espaço de convivência. Principalmente pelos resultados obtidos na configuração da localidade em questão, na qualidade das condições de habitação, no seu sentido mais amplo, o que envolve elementos ligados direta e indiretamente à moradia, propriamente dita.

Estamos tratando da habitação no que tange às condições de saúde, educação, acessibilidade, mobilidade, segurança, fatores que caracterizam o ambiente onde os cidadãos convivem, realizam suas trocas e se apropriam da cidade. Apropriação esta que se exprime na forma de relacionamentos mais ou menos igualitários, livres, recíprocos e gratuitos ou: os típicos relacionamentos em sociedade. O estudo das redes sociais é um recorte que auxilia na avaliação do *status* desses relacionamentos e suas consequências no cenário urbano e nos intercâmbios, embates e conflitos presentes no cotidiano das cidades.

Pesam sobre as configurações das redes, objeto do nosso olhar, sua volatilidade e fortalecimento mediante objetivos comuns, contudo, variáveis e mutantes, conforme os contextos nos quais se realizam. E elas revelam a vitalidade, a capilaridade e a função social a que se propõem, com ou sem intencionalidade. Características essas que tornam essas redes essenciais na conquista dos avanços sociais pretendidos ou não por seus protagonistas e o seu estudo fundamental para ampliar a nossa compreensão do microambiente no qual a prática da política concorre para o futuro da democracia no macroambiente político e socioeconômico.

Esse Trabalho, apresenta-se parte dos resultados de uma pesquisa sobre Tecnologia Social na Habitação (com financiamento Finep e CNPq) e parte dos resultados de uma dissertação. Enquanto na pesquisa foram desenvolvidas e aplicadas metodologias de identificação de redes socioespaciais em assentamentos precários - especificamente o Conjunto Vitória, em Maceió-AL - na dissertação, procedeu-se uma avaliação qualitativa de parte da rede identificada na pesquisa, decorrido mais de um ano do levantamento inicial.

No recorte empírico, a escolha pelo estudo das redes socioespaciais ocorreu devido ao aparente baixo engajamento político na luta pela moradia percebido na cidade de Maceió. Esses indicadores de engajamento se evidenciam na Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social dos Territórios de Abrangência dos CRAS de Maceió-AL, cujos resultados apontam na direção de uma notável fragilidade do envolvimento da população na luta pelos direitos sociais básicos e um grande temor da população de se dedicar às causas sociais em um ambiente político marcado pelo coronelismo e a repressão.

*Sofia Pessoa Lira Souza é Arquiteta e Urbanista, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0014-5491>>. Augusto Aragão de Albuquerque é Arquiteto e Urbanista, professor associado da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3709-2522>>. Andrea Moreira Gonçalves é Jornalista, professora do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3298-3975>>.

Em contrapartida, ao estudar as relações socioespaciais com o recurso das teorias sobre as redes sociais, foi possível perceber e valorizar as relações travadas em assentamentos precários que possibilitam a provisão de serviços urbanos básicos necessários à sua subsistência das comunidades. Relações essas que, mesmo de maneira informal e sem o peso da estruturação institucional, melhoram o convívio na cidade.

Por meio de três agentes sociais engajados e envolvidos na luta pela moradia, chegamos ao Conjunto Vitória, em Maceió - AL. Naquele lugar, ao mesmo tempo em que os moradores sofrem com a falta dos serviços básicos, eles apresentam um nível de organização ainda primário, mas que possibilita a provisão de recursos necessários à sua subsistência, tais como redes alternativas de água e de energia elétrica. O Conjunto Vitória é também uma ocupação típica do município de Maceió, porque está instalado em um terreno alto, em forma de tabuleiro, com encostas e vales também ocupados e a particularidade de um risco a mais, por se localizar abaixo de um trecho de rede elétrica.

A pesquisa qualitativa foi aplicada a um recorte da rede identificada pela principal âncora, ou seja, o domicílio com maior número de indicações no levantamento inicial: o 52D. Com a avaliação qualitativa, foi possível traçar respostas para questões relativas os diferentes níveis de interação social e relações de trocas que ocorrem nesta rede e a estabilidade das redes detectadas anteriormente. Um subproduto importante obtido com essa pesquisa foi um histórico – ainda que superficial – da localidade pesquisada.

Essa pesquisa identificou um âncora (ambiente de convergência) cujas relações em torno de seus representantes podem ser regidas pelos três tipos de valores investigados nessa pesquisa: valor de econômico, valor simbólico e valor sênico. Existe uma farta base teórica a respeito desses valores no campo sociológico e urbanístico. Detivemo-nos aos conceitos elaborados por Jean Baudrillard, que resumimos no corpo do artigo que conta ainda com: uma descrição sumária da área estudada, sua evolução em um arco temporal de 10 anos, um resumo da metodologia de pesquisa e do teor das entrevistas realizadas, uma análise das mesmas no confronto com os critérios escolhidos e, naturalmente, algumas considerações finais.

Redes sociais do Conjunto Vitória

“Conjunto Vitória” foi o nome escolhido pelos moradores da localidade onde residem. Trata-se de um trecho do bairro Petrópolis, por sua vez, localizado na parte alta da cidade de Maceió, Alagoas. A área tem formação geográfica caracterizada por tabuleiros. Em seu entrono, estão os bairros de Santa Amélia, Tabuleiro dos Martins, Santa Lúcia, Jardim Petrópolis, Santo Amaro, Canaã, Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro (Figura 1). Grande parte dessa região foi formada a partir de loteamentos e conjuntos habitacionais.

As diretrizes do Plano Diretor de Maceió (MACEIÓ, Prefeitura Municipal. 2006), para a urbanização do bairro do Petrópolis, estimulam a ocupação em áreas próximas à Av. Durval de Góes Monteiro, com múltiplos usos. Segundo o Plano Diretor, a área apresenta potencial de ocupação devido à sua condição de articulação com a principal via da cidade – a Av. Fernandes Lima – o que implica em uma significativa centralidade (MACEIÓ, Prefeitura Municipal. 2006).

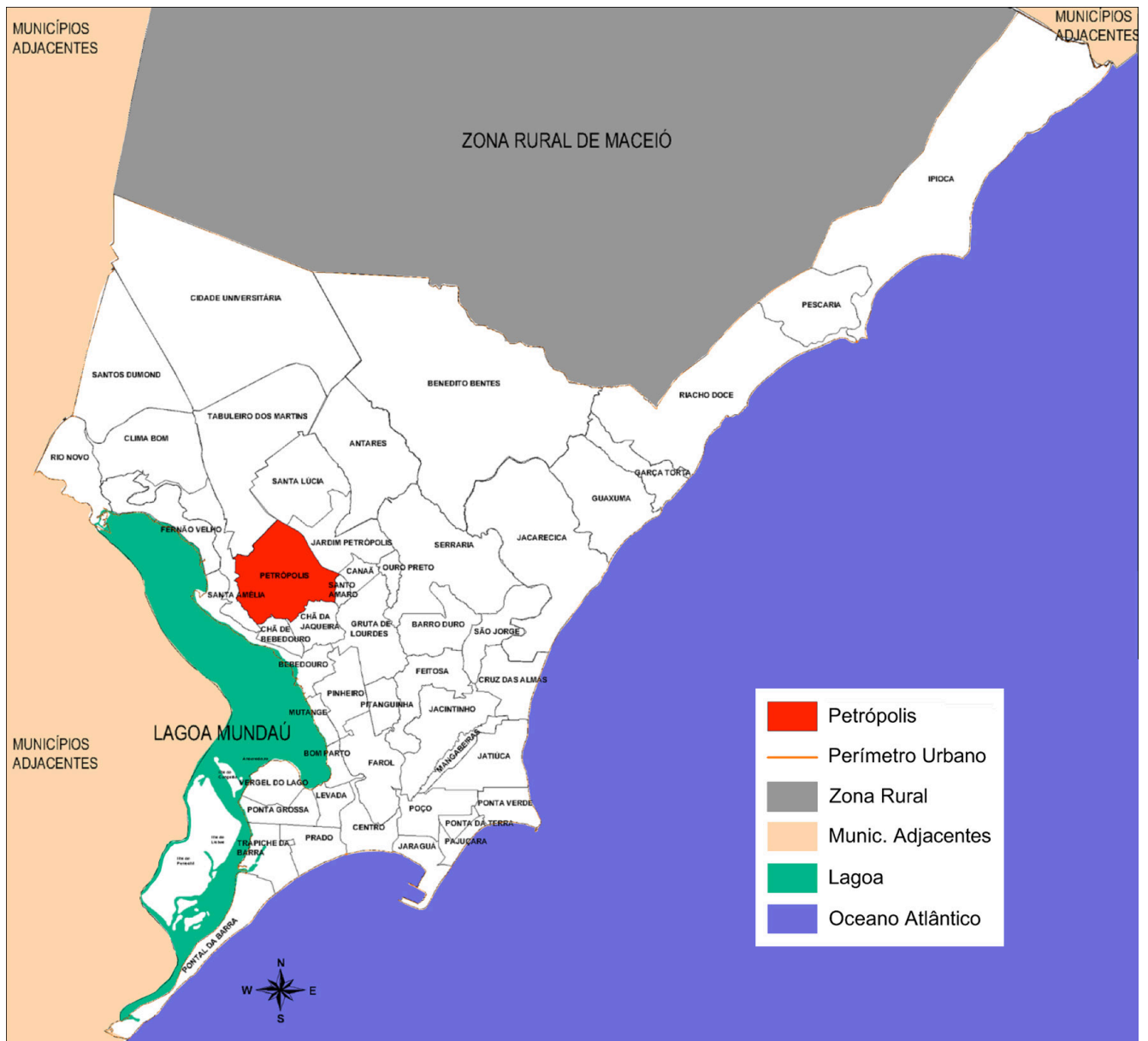


Figura 1: Localização do Bairro de Petrópolis em Maceió-AL. Fonte: Adaptação a partir da Base Cartográfica da Cidade de Maceió-AL, 2015.

Talvez por esse motivo, o Conjunto Vitória vem sendo, historicamente, objeto de disputas judiciais. Sua localização estende-se da Av. Galba Novaes de Castro e alcança encostas e vales da região, condição característica de muitos assentamentos – principalmente, os precários – no Município de Maceió (Figura 2).

A ocupação ocorreu em várias etapas e o alinhamento das construções seguiu paralelo à rede de alta tensão (Figura 2). A proximidade dessa rede foi o argumento apontado pela Eletrobrás para justificar a remoção de algumas edificações devido aos alegados riscos inerentes àquela situação.

O início de ocupação não pode ser determinado precisamente. Entretanto, uma análise retrospectiva na plataforma *Google Earth*, demonstra que, em 2002, iniciava-se a ocupação da área. Analisando-se essas imagens, foi possível identificar uma ocupação inicial com algumas edificações, espaçadas, que respeitavam a faixa de domínio da rede elétrica (ALBUQUERQUE, et al. 2013).

Figura 2: Conjunto Vitória com indicação da rede de alta tensão.
Fonte: Adaptação a partir do *Google Earth*, 2015.

Figura 3: Em primeiro plano, casario alinhado com a rede de alta tensão. Ao fundo, blocos de apartamentos do Programa de Arrendamento Residencial.
Fonte: *Google Earth*, 2015.

Marcaram a história, a vida dos habitantes e do povoamento desta Região, momentos de incerteza e instabilidade. Tornaram-se frequentes as ameaças de despejo por reintegração de posse ou pressão de implantação de novos projetos habitacionais. Em 2005, por exemplo, um acontecimento significativo contribuiu para a ocupação do Vitória: o início da construção de um conjunto habitacional de 50 blocos de apartamentos, financiados com recursos do PAR – Programa de Arrendamento Residencial (Figura 3).



A modificação decorrente dessa novidade foi substancial no entorno, consequência da política municipal de adensamento na região, e acabou por atingir a ocupação informal das áreas circunvizinhas. Essas novas “margens”, franjas do Conjunto Vitória, que sofriam restrições “legais” de uso, passaram a ser ocupadas. Alguns moradores declaram que foram residir ali, enquanto trabalhavam na construção dos novos blocos de apartamentos.

Em 2008, as imagens do Google demonstram um grande crescimento dessa localidade. Nesta etapa, a área do assentamento já se assemelhava à sua configuração em 2013, apesar de ainda existirem espaços vazios entre as edificações e algumas construções inacabadas (ALBUQUERQUE, et al. 2013).

Entre 2005 e 2008, ocorreu a “invasão” relatada nas entrevistas. Não foi possível identificar a data com exatidão, mas o cruzamento de informações dos moradores com os dados disponíveis em jornais sugere que esse acontecimento tenha se dado no primeiro mandato do ex-prefeito de Maceió, Cícero Almeida (prefeito em dois mandatos consecutivos: de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012).

Antes daquela ocupação maciça, residia, na região, um número pequeno de pessoas, como afirmam os entrevistados e como é possível verificar nas imagens de 2005. A porção inicial das construções respeitava a faixa de domínio da Eletrobrás e possuía uma característica de ruralidade, pois as residências eram organizadas em pequenos “sítios”.

Uma nova fase se iniciou com uma ocupação coordenada com ações clássicas: programação com convites e definição de hierarquia dos agentes mobilizados, demarcação de pequenos lotes, distribuição segundo a hierarquia pactuada, implantação de barracos de lona. Em seguida, adquirida maior confiança e estabilidade, deu-se início à construção de casas de alvenaria. Nesse momento, já não se respeitava a faixa de 15 metros de domínio da rede elétrica.

Essa época foi marcada também por ações para demolir as casas. Algumas delas foram retiradas e voltaram a ser construídas. Com a consolidação, o Conjunto Vitória passou a apresentar, predominantemente, casas de alvenaria, com energia elétrica fornecida e cobrada pela Eletrobrás. Sem saneamento (Figura 4), a água encanada passou a ser obtida por meio de ligações informais.

Em 2010, a área do Conjunto estava consolidada, inclusive embaixo da rede elétrica. A expansão passou a se dar, então, sobre as áreas de encosta. Ali, a maior parte das casas era feita de lonas e plástico, restos de madeira, telhas, placas metálicas, materiais diversos, recolhidos pelos novos ocupantes.

Em 2012, após um período de estabilização, ocorreu outra ação para retirar os moradores do Conjunto. Dessa vez, a ação partiu da Eletrobrás sob a justificativa do risco iminente à vida dos habitantes que se encontravam abaixo dos fios de alta tensão (TRIBUNA HOJE 2015). A indignação dos moradores se acentuava ao perceberem que, em outros bairros da cidade, a proximidade dos fios era permitida e legitimada. Algumas manifestações dos moradores foram notícia na imprensa local.



Figura 4: Esgoto e águas de chuva correndo em valas diante das casas no Conjunto Vitória.
Fonte: *Google Earth*, 2015.

Caminhos para identificar redes socioespaciais no Conjunto Vitória

A adaptação de metodologias de identificação de redes sociais surgiu com o intuito de mapear essas relações que, muitas vezes, se constituem como formas mais consistentes de organização nesse tipo de assentamento, com baixo índice de organização política e pouca representação diante dos órgãos públicos.

O primeiro critério na definição do objeto empírico foi a opção por um assentamento autogestionado¹ por acreditarmos que, nessa situação, poderiam se evidenciar aspectos importantes relacionados à tecnologia social na construção do lugar. O segundo critério para a escolha do assentamento foi o risco de remoção. Pretendia-se, com a pesquisa, prestar um serviço aos moradores com quem trabalharíamos naquele período. Nossa contribuição seria a demonstração da importância das relações socioespaciais para justificar a permanência ou, caso os riscos à vida impusessem a remoção, apontar parâmetros de um projeto de configuração do assentamento de destino com a manutenção das redes, dentro do possível.

A tentativa inicial era a da aplicação dos questionários pelos próprios moradores, de forma a incentivar o seu protagonismo. Infelizmente, como acenamos, isso não foi possível.

¹ Para evitar expressões como autoconstrução, já que muitas casas são construídas por pessoas contratadas por seus proprietários, preferiu-se a expressão unidades "autogestionadas" para deixar aberta a possibilidades de múltiplas formas de gestão da construção da unidade residencial.

Em nosso estudo sobre redes sociais, percebemos dois grandes tipos de organização: aquela centrada nas relações entre indivíduos – rede egocentrada – e aquela cujas relações se estabelecem entre instituições ou indivíduos e instituições – sociocentrada. As redes identificadas nesta pesquisa obedeceram aos parâmetros daquelas egocentradas com a especificidade de que cada agente correspondia a uma unidade habitacional.

Preferencialmente, os agentes a serem identificados nesse estudo, seriam as mulheres, mães de família, líderes de uma unidade habitacional, seguindo os parâmetros das políticas nacionais de habitação que as consideram suas beneficiárias em caso de posse. Esse parâmetro não se verificou 100% no Conjunto Vitória. A identificação seguiu a quantidade de citações dos moradores mais convergentes, o que nem sempre direcionou as entrevistas para as mulheres.

O questionário elaborado para a descrição das redes socioespaciais do Conjunto Vitória, nesta pesquisa, continha um elenco de perguntas relacionadas ao tema da habitação, categorizadas em nove eixos temáticos: migração, construção, cuidados com a família, trabalho e renda, trocas financeiras (empréstimo), serviços urbanos, mobilidade, comunicação e pertencimento.

Esses eixos foram justificados a partir de referenciais teóricos aprofundados largamente na comunidade científica e discutidos nos debates sobre a amplitude da noção de habitação. Incluem desde temáticas relacionadas à construção da unidade habitacional até a noção de identidade e pertencimento, passando pela assistência social e outros serviços urbanos que envolvem a questão da moradia.

No recorte definido pela metodologia empregada nesta pesquisa, para delimitação da amostra final, selecionamos as unidades habitacionais que eram passíveis de retirada, pois, avançavam categoricamente sob a faixa de domínio da rede elétrica de alta tensão e se tornaram alvo de processos judiciais em favor de sua retirada. Sua condição caracterizava-se tanto pelo risco à vida dos residentes quanto pelo risco de perda de suas moradias.

Obviamente, havia o entendimento de que as redes socioespaciais do Conjunto Vitória não se restringem “àquela faixa”, portanto, extrapolam o espaço delimitado como de segurança em função da rede elétrica, portanto esperavamos que fossem indicados, na rede de sociabilidade, também indivíduos que não se enquadravam nessas condições.

Cada entrevistado poderia citar, no máximo, nove pessoas (unidades residenciais) do Conjunto, com as quais estabelecia algum tipo de relacionamento. Também foram avaliados o grau proximidade do relacionamento e a frequência de contatos realizados.

Resultado parcial

Aqui, apresentamos uma análise qualitativa. Estudamos o caso de maior articulação, a unidade residencial 52D. Nesse estudo, percebemos aspectos das relações que não se revelaram na pesquisa quantitativa. Estudamos um caso na perspectiva de contribuir para uma generalização, mediante a verificação da ocorrência dos achados em outros casos.

Para a pesquisa qualitativa, como o planejado, realizamos entrevistas semiestruturadas com a própria moradora, referência do domicílio 52D, além dos participantes de sua rede de sociabilidade (Tabela 1).

Mais de um ano se passou entre o levantamento dos dados quantitativos que permitiram a identificação das redes socioespaciais e as entrevistas da pesquisa qualitativa. Nesse período, diminuiu a pressão da Eletrobrás em relação às remoções. O hiato temporal foi importante para avaliar a estabilidade de alguns laços identificados na primeira fase.

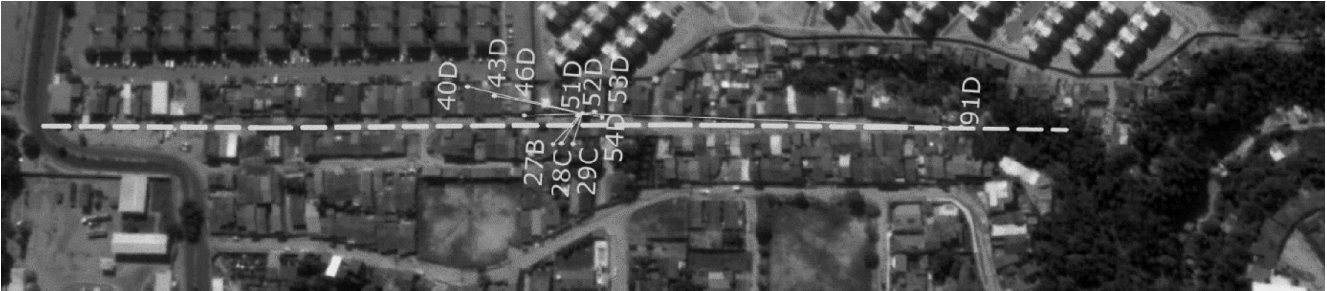
Um dos fatores que a pesquisa confirmou do cenário inicial, em conformidade com a teoria, foi o fato da antiguidade, no assentamento, do domicílio 52D, ter contribuído para que ele fosse apontado como âncora. Nas redes, a antiguidade é fator importante a ancoragem. A maioria dos autores da base teórica desta pesquisa afirma que moradores mais antigos tendem a ser referência para os que chegaram depois ao local.

Passado esse tempo e modificado o cenário, só estavam disponíveis para as entrevistas, nos diversos dias e horários de visitação, representantes de quatro dos dez domicílios (27D, 43D, 53D e 54D), além do representante do domicílio 52D. O representante do domicílio 28D, dessa vez, recusou-se a participar; os representantes dos domicílios 51D e 29D haviam mudado de endereço conforme os vizinhos.

Tabela 1: Domicílios que integram a rede de sociabilidade do “52D” com os temas citados no questionário. Fonte: Autores, 2015.

Figura 5: Localiza o dos domicílios da rede 52D. Fonte: Adapta o a partir do *Google Earth*, 2015.

Tabela 1		
Domic�lio	Citado por	Nos temas
52D	27B	Comunica�o
	28C	Comunica�o, pertencimento
	29C	Comunica�o, trocas financeiras
	40D	Comunica�o, migra�o
	43D	Comunica�o
	46D	Comunica�o, mobilidade
	51D	Comunica�o, servi�os urbanos
	53D	Comunica�o, migra�o, trocas financeiras, mobilidade
	54D	Comunica�o, migra�o, cuidados com a fam�lia, trocas financeiras, servi�os urbanos, pertencimento
	91D	Comunica�o



Os representantes dos domicílios 40D, 46D e 91D não foram encontrados, mesmo com visitas aos seus representantes em locais de trabalho, nos horários de expediente, e nas casas, em fins de semana e à noite. Essa dificuldade de contato com os outros participantes da rede identificada anteriormente já demonstra a volatilidade natural dos laços constitutivos das redes sociais.

À luz do conceito de comunidade, construído por Bauman (2001), a rede com a qual nos deparamos é embrionária, pelo exíguo compartilhamento da história entre seus componentes. Isso seria previsível porque ela é recente, logo, muitos de seus membros não vivenciaram os momentos definidores do assentamento. Os projetos são parcamente partilhados; só se verifica construção coletiva de soluções para problemas imediatos. Faltam estruturas organizativas que viabilizem uma visão de futuro comum. A noção de crise, com o risco da remoção, anunciada pela Eletrobrás, foi um catalisador no início dos nossos trabalhos com aqueles moradores.

Por se tratar do domicílio mais antigo, dentre os mais citados e por sua reconhecida participação nos eventos mais marcantes na história daquela localidade, entendemos que a representatividade do domicílio 52D perpassa questões tocantes aos eixos adotados neste trabalho. O número de citações, sem dúvida, foi um dos fatores mais determinantes para a escolha desse domicílio como exemplar na pesquisa qualitativa.

Para a análise e interpretação dos dados coletados, utilizou-se, como critério para a categorização das relações de troca, os tipos descritos por Baudrillard (BAUDRILLARD, Para uma Crítica da Economia Política do Signo 1972): Valor de Troca Econômica, Valor de Troca Simbólica e Valor de Signo, ou Sínico. O Valor de Uso, também descrito por Baudrillard, ficou fora da nossa categorização por motivos que vamos expor a seguir. Diante desse quadro, as entrevistas foram transcritas e na análise dos textos destacaram-se expressões que evidenciassem os valores concebidos no referencial teórico.

O Valor de Troca Econômica, para Baudrillard (1972), é aquele que, embora possa associar a si outras variáveis, caracteriza-se predominantemente pela lógica do mercado e ocorre quando um objeto pode ser substituído por outro, sendo mais perceptível no emprego do dinheiro. E aqui, o dinheiro opera como um tradutor de valor (FOUCAULT 2007): quanto vale um serviço em relação a um bem? O dinheiro é o que determina este valor dentro de um determinado contexto.

O Valor de Troca Simbólica estaria associado a um significado específico segundo o qual, um mesmo objeto adquire valores distintos porque passa a representar diferentes relações interpessoais. Thiry-Cherques (2010) sintetiza a posição de Baudrillard sobre o consumo, o fetiche, a racionalidade do simulacro, a lógica dos códigos e o trabalho hiper-real na economia e na sociedade contemporâneas, quando afirma que um objeto possui um valor simbólico, além do valor de uso e do valor de troca (econômica).²

O Valor de Signo ou Valor Sínico, de acordo com Baudrillard (1972), é aquele atribuído a um objeto tido como um mito, que assume o papel de conferir *status* a quem o possui. Este tipo de valor se evidencia quando conduz a uma estratificação. O Valor Sínico se verifica quando um bem é usado para promover uma diferenciação que vai muito além de sua utilidade, preço e suas relações simbólicas.

² Para Baudrillard (1972), o melhor exemplo do valor simbólico dos bens é o presente. Seu valor não está no preço, na utilidade ou no status que oferece, mas na relação entre aquele que dá o presente e aquele que o recebe. É a materialização de uma relação. O valor simbólico pode estar associado à materialização de uma experiência positiva, como é o caso do presente, ou negativa como é o caso dos campos de concentração que foram mantidos como museus e adquiriram o valor simbólico de um alerta para que não se repita aquela vilania e tragédia no caminhar da humanidade

O Valor de Uso, categoria também conceituada por Baudrillard, não aplicada isoladamente nesta pesquisa qualitativa. Essa categoria se evidencia na dimensão funcional do bem. E em situações de extrema pobreza, como é aquela encontrada no Conjunto Vitória, mesmo quando um objeto perde utilidade para a função inicial, é facilmente reaproveitado. Quando um objeto perde totalmente a sua capacidade utilitária, dificilmente é mantido, logo, o valor de uso permeia todos os demais.

A partir dessa compreensão, é importante salientar que as relações de troca não são regidas por uma única categoria de valor. Exatamente por isso, na leitura das entrevistas, buscou-se, caracterizá-las segundo as categorias predominantes conforme o referencial teórico de base.

Para a identificação desses tipos de valores, procurou-se nas falas dos entrevistados expressões que pudessem caracterizá-las Tabela 2.

Ainda como critério de análise, determinamos que, dentre as relações citadas pelos entrevistados, seriam avaliadas somente aquelas que ocorrem no âmbito do Conjunto Vitória. Entendemos que as relações travadas fora desta localidade não eram representativas dentro do recorte da pesquisa, cujo foco é as relações na localidade da habitação. Isso porque, no nosso entendimento, elas possivelmente não sofrem influência de elementos como a proximidade ou a vizinhança; são simplesmente laços que se mantêm apesar da distância espacial, que bem podem ser objetos de outros estudos.

Tabela 2: Exemplo de expressões usadas em falas dos entrevistados que denotem valoração. Fonte: O Autor, 2015.

Tabela 2				
Valor Econômico	Noções de Trocas Econômicas			
	Compra	Empréstimo	Dívida	Serviço (remunerado)
Valor Simbólico	Noções de Relação Partilhada			
	Memória afetiva	Reconhecimento	Amizade	Apoio
Valor Sínico	Noções de Diferenciação			
	Superioridade	Inferioridade	Fausto	Penúria

Tabela 3					
Domicílio	Sexo	Estado Civil	Nº de Residentes no Domicílio	Atividades	Tempo no Conjunto
52D	Fem.	Casada	6	Lavadeira	+ 10 anos
53D	Fem.	Casada	5	Comercializa cosméticos	+ 7 anos
54D	Fem.	Separada	3	Costureira	+ 4 anos
43D	Masc.	Casado	4	Aposentado	+ 2 anos
27B	Masc.	Casado	0	Comercializa gaiolas	+ 10 anos

Tabela 3: Perfil dos entrevistados pertencentes a rede socioespacial de sociabilidade do domicílio "52D". Fonte: O Autor, 2015.

Análise das entrevistas

Os entrevistados fazem parte da rede de sociabilidade do Domicílio 52D que contempla 10 domicílios (27B, 28C, 29C, 40D, 43D, 46D, 51D, 53D, 54D e 91D), porém, só foi possível a realização de entrevistas com representantes de cinco domiciliados (Tabela 3).

Conforme observamos, durante o período da pesquisa, os representantes do domicílio 52D, esteve no centro das relações de troca e assumiu características e motivações que, seguramente influenciaram a relações intrínsecas no Conjunto Vitória e seu relacionamento no contexto da cidade. Aqui, apresentaremos os resultados obtidos nas entrevistas conforme os valores de troca, simbólicos e sígnicos evidenciados.

Valor de Troca Econômica

Foi evidenciado nas entrevistas aos domicílios: 52D, 53D, 54D e 27B.

a) Depoimento do Domicílio 52D

A domiciliada solicitou a seu vizinho que alugasse uma casa ao lado, no Conjunto Vitória, para um filho dela que havia casado. Esta fala demonstra que a entrevistada apoiou-se na confiança existente em suas relações para concretizar uma troca econômica. Esse tipo de valor de troca também ficou evidente quando o esposo da domiciliada do 52D teria adquirido um quarto no Conjunto Vitória e depois teria repassado o imóvel. A entrevistada também teria comprado uma televisão a um vizinho.

Outra relação de evidente de troca econômica ocorreu quando a entrevistada afirma ter contratado a filha de outra domiciliada do Conjunto para tomar conta dos filhos. Em depoimentos como esse, revela-se a forte relação de troca socioespacial entre vizinhos, com a contratação de serviços, como ocorreu também quando a domiciliada contratou, como pedreiro, o esposo da domiciliada do 53D.

Desses relatos, entende-se que, em situações de precariedade e vulnerabilidade social, a troca de ativos econômicos exige um maior nível de confiança. Para Brumes e Whitacker (2008), a ação humana, na sociedade de mercado, é um reflexo da apropriação e controle de recursos escassos pelos sujeitos sociais. Recursos esses natural e socialmente produzidos, como também capazes de deixar sua marca no espaço urbano.

b) Depoimento do Domicílio 53D

Identificamos características do valor de troca econômica nas relações do Domicílio 53D, quando a entrevistada daquele domicílio afirmou vender produtos cosméticos no Conjunto Vitória. Contudo, ela fez questão de enfatizar o número limitado de pessoas com as quais é possível estabelecer relações comerciais seguras na localidade. A domiciliada 53D afirmou vender seus produtos somente aos parentes, com a justificativa do receio de não obter o pagamento.

Afora os familiares, a domiciliada do 52D foi a única citada na entrevista, o que confirma a centralidade daquele domicílio na rede estudada. Outro tipo de intercâmbio no qual o valor econômico ficou explícito ocorreu quando a entrevistada confirmou que seu esposo teria sido contratado para reformar a casa da domiciliada do 52D.

Esta constatação demonstra o importante papel de intercâmbio promovido nas redes sociais em assentamentos precários. Um intercâmbio que ameniza o quadro de precariedade social e econômica, conforme Lomnitz (2009). A percepção de uma maior confiabilidade entre vizinhos e famílias também é sublinhado por Fontes e Eichner (2004), na análise de redes egocentradas em um assentamento precário no Recife, PE. Ali, segundo os autores, a maior parte dos vínculos envolve pessoas da própria comunidade, sendo mais frequentes entre vizinhos e parentes.

c) Depoimento do Domicílio 54D

No relato da entrevistada do domiciliado 54D, observa-se esse tipo de valor de troca tanto na compra quanto na venda de produtos e serviços. Desde a chegada da domiciliada 54D ao Conjunto Vitória, a troca econômica se evidenciou, quando a entrevistada afirma ter comprado a casa onde reside de um morador da localidade. Para reformar a casa, a entrevistada afirma ter contratado um vizinho, no caso, o esposo da domiciliada do 53D.

Foi possível observar outra relação de troca, orientada pela lógica de mercado, quando, durante a entrevista, alguém bateu à porta para lhe entregar cosméticos, segundo ela, adquiridos à vizinha do 53D. Dentre os serviços que a entrevistada oferece no Conjunto, está o conserto de roupas que, segundo ela, todo mundo contrata, e ela realiza a um preço mais acessível para a clientela por ela descrita como "mais carente".

A domiciliada do 54D afirma que também foi contratada para fazer faxina na casa de um vizinho próximo.

d) Depoimento do Domicílio 27B

Nas entrevistas ao domicílio 27B, também desponta a relação de troca econômica. O entrevistado contou que tem um ponto de venda de gaiolas na localidade, porém, seria inexpressiva a venda desse produto dentro do Conjunto Vitória porque, segundo o proprietário do negócio, os moradores não têm condições financeiras de adquirir esse tipo de bem.

Na rede do Domicílio 52D, destaca-se, portanto, uma relação de troca econômica entre os seus membros, bem como desses com os demais moradores do Conjunto. Isso porque essas relações sofrem influência da distância entre os moradores e ocorrem na perspectiva da retribuição de favores (COX e RANK 1992). As relações intrafamiliares foram mais recorrentes nesse tipo de pacto, porque, em geral, são menos vulneráveis.

Por outro lado, as entrevistas denotaram falta de confiança existente, já que algumas relações econômicas não ocorrem no Conjunto porque há o já reportado receio da inadimplência. Como diz Carneiro (2008), indivíduos tendem a manter relações nas quais há um equilíbrio entre a assistência recebida e aquela oferecida. Isso evitaria sentimentos de exploração ou de endividamento e despertaria a reciprocidade nas relações, fator importante para a continuidade nas redes sociais.

Aspectos da Troca Simbólica na rede 52D

Ao analisar os depoimentos, observa-se que, em todos eles, há identificação clara de valor de troca simbólica e de relação simbólica associada à troca econômica.

a) Depoimento do Domicílio 52D

Na entrevista realizada com a domiciliada no 52D, ficou nítido o valor de troca simbólica em suas relações desde a sua chegada no Conjunto, incentivada pelo convite de um amigo que teria sido um dos primeiros ocupantes do lugar. Esse amigo teria ajudado a construir o domicílio 52D, com o empréstimo do cartão de crédito para a aquisição dos tijolos. Esse pioneiro da ocupação do Conjunto Vitória não permaneceu no assentamento, mas teria mantido um conjunto de lojas no local, conforme a domiciliada do 52D.

A relação com esse pioneiro também teria influenciado a fixação da domiciliada do 52D no local. A esposa desse pioneiro teria lhe repassado sobras de comida e ele mesmo teria proporcionado uma vaga de trabalho em uma loja dele no Centro de Maceió para um dos filhos da domiciliada do 52D. Quando casou, esse filho teria ganhado um fogão e uma televisão do vizinho “pioneiro”, que também exercia o papel de conselheiro da entrevistada.

Outra relação em que fica caracterizado o valor simbólico envolve o fato de vizinhos deixarem a chave de suas casas com a domiciliada do 52D, quando se ausentam, o que demonstra uma relação motivada pela confiança. Porém, não fica claro se há

uma relação de reciprocidade na vizinhança. Isso porque a domiciliada do 52D afirma que não confia em deixar a chave da sua casa com aqueles cujas chaves ela guarda. A domiciliado do 52D diz que só deixa a chave com a domiciliada do 53D.

Observa-se que a domiciliada do 52D é sempre ajudada pela domiciliada do 53D, a quem, quando se ausenta, confia também os filhos em detrimento do esposo, supostamente alcoólatra. Em duas situações nas quais necessitou ser hospitalizada, a domiciliada do 53D teria cuidado do filho da domiciliada do 52D, um recém-nascido de 15 dias. A vizinha inclusive teria acalentado e acalmado o bebê, numa clara demonstração de troca simbólica.

Percebe-se, ainda, que a domiciliada do 52D tem outras “ajudas” para lidar com o esposo alcoólatra, tanto da domiciliada do 53D quanto do esposo dessa vizinha. Esta última é citada como “amiga” e confidente da entrevistada inclusive sobre o drama da perda da guarda de uma filha adolescente. Conforme a entrevistada, a vizinha do 53D a tem até mesmo acompanhado ao fórum para tratar da revisão da guarda dessa sua filha, situações que causam tristeza e revolta. No apoio moral e emocional oferecido por essa vizinha do 52D, evidencia-se outra vez a troca simbólica.

Os relatos citados da relação do domicílio 52D guardam estreita relação com a noção de valor de simbólico descrito por Baudrillard (1972) quando enfatiza as relações afetivas de suporte e cuidado de uns para com os outros indivíduos.

b) Depoimento do Domicílio 53D

A dimensão simbólica na troca também é percebida nas entrevistas à representante deste domicílio e antecede à sua chegada ao Conjunto Vitória. Ela relata que, para construção e reforma da casa onde mora, herança de sua sogra, foi indispensável a ajuda dos vizinhos. Em outro trecho do relato da domiciliada do 53D, é possível perceber a reciprocidade que rege sua relação com a vizinhança. O auxílio nos cuidados com a saúde é um dos valores de troca. Ela conta que a ajuda mais frequente é a troca de informações sobre a disponibilidade dos serviços médicos.

Em sua relação com o domicílio 52D, âncora dessa rede, a domiciliada do 53D refere uma relação de amizade, diálogo e confiança. A entrevistada confirma ter cuidado do filho desta vizinha no período em que ela ficou doente e acrescentou que também a irmã dela (da entrevistada) fez o mesmo quando a domiciliada do 52D foi internada em outra ocasião.

c) Depoimento do Domicílio 54D

Nas entrevistas da domiciliada do 54D, detecta-se valor de troca simbólica quando ela cita sua relação com um padre que teria adquirido uma casa no Conjunto Vitória. Ela cita a distribuição de um “sopão” do qual participa toda semana, a distribuição de cestas básicas e, ainda, a realização de casamentos, batismos e a catequese.

A domiciliada do 54D relatou que recebe ajuda de vizinhos quando adoece. Segundo ela, eles preparam chás, trazem remédios ou providenciam transporte em casos de emergência. Cita o dia em que a mãe dela passou mal e um vizinho a levou para a emergência.

Porém, foi no relato sobre as relações familiares que o valor de simbólico ficou mais evidente neste domicílio. A mãe da domiciliada do 54D é citada como amiga. Como a anciã mora sozinha, a entrevistada afirma que é o filho dela de 14 anos quem dorme com a avó. A entrevistada acrescenta que é ajudada financeiramente pela mãe e que partilha alimentos com ela (ovos, galinhas e frutas cultivadas no quintal de casa). Além disso, diz que coleta latas de alumínio para a mãe vender. A domiciliada do 54D conta que também vigia a casa da mãe quando esta se ausenta.

d) Depoimento do Domicílio 43D

Detecta-se que a troca de valor simbólico teria ocorrido antes mesmo da chegada do domiciliado do 43D ao Conjunto Vitória, quando um vizinho limpava o mato que crescia na casa onde reside, naquela época, pertencente ao filho do entrevistado.

O entrevistado, representante deste domicílio, pertencia a um grupo ligado à Igreja Católica que o ajudou a resolver problemas, dentre eles, junto aos Correios. Aqui, a solução de impasses conecta-se ao sentido de pertencimento a um grupo, o que facilita a permanência no Conjunto Vitória e o enfrentamento de impasses relativos à apropriação do lugar e ao convívio na cidade.

e) Depoimento do Domicílio 27B

O entrevistado do domicílio 27B tem uma clara e forte relação simbólica com os vizinhos, uma vez que considera que se os vizinhos não incomodarem, já é uma “ajuda”. O entrevistado afirma que, ao longo dos anos, construiu muitas amizades no Conjunto Vitória, mas também inimizades. Nas ajudas que proporciona, cita o empréstimo de ferramentas e uma bicicleta. Também recebe ajuda do “vizinho da frente”, por exemplo. E ainda, segundo ele, há uma vizinha que vigia o seu estabelecimento de comércio, quando necessário.

Conclui-se, neste contexto, que há uma relação simbólica na rede do Domicílio 52D caracterizada pela relação de pertencimento e de confiança. Porém, o que se observa, principalmente, é que esse domicílio trava uma expressiva relação de troca simbólica com a vizinha, do 53D, que estaria sempre presente em momentos importantes da vida da domiciliada do 52D.

Aspectos do Valor Sínico na rede 52D

Foi nas entrevistas dos domicílios 52D e 43D, que vieram mais em relevo elementos que evidenciaram valor de sínico nas relações. Este tipo de valor é o que melhor define a sociedade de consumo porque se fundamenta na diferenciação. Em síntese, o que se sabe é que a sociedade de consumo nada teria a ver com consumo de bens, mas com a diferenciação entre os indivíduos que os adquirem.

a) Depoimento do Domicílio 52D

Podemos observar, no depoimento do domicílio 52D, uma forte diferenciação sínica em suas relações de troca, quando a entrevistada se coloca como aquela que tem uma vida mais difícil do que a dos vizinhos. Ela diz: “os vizinhos que moram aqui

não têm a vida que eu tenho não. Eu acho que é mais fácil para eles”[...] “porque a minha vida é a pior de todas”.

Esse status de inferioridade reflete a percepção da domiciliada do 52D a respeito de sua vida. Afinal, a lógica estrutural da diferenciação produz indivíduos como “personalizados”, isto é, como diferentes uns dos outros, mas em conformidade com modelos gerais e de acordo com um código aos quais se conformam. (BAUDRILLARD 2005, 93)

Em vários trechos, a entrevistada ressalta sua situação de pobreza, enfermidades, o esposo “doido” e supostamente alcoólatra e a perda da guarda da filha, envolvida com “droga”, como justificativas para o tormento, a “tribulação” e o “sofrimento” em que vive. A entrevistada também menciona o fato de ter participado da “invasão” do território e da resistência à polícia.

b) Depoimento do Domicílio 43D

O entrevistado acredita ser visto de forma diferenciada pelos seus vizinhos. Explica que, para os vizinhos, ele é rico por ter construído a casa rapidamente e ter uma moradia melhor que a maior parte dos moradores do Conjunto Vitória. O domiciliado do 43D deixa transparecer que se julga superior aos vizinhos e teria sido por isso que elegeu-se presidente da Associação dos Moradores do Conjunto, “mesmo sendo novato”.

O entrevistado afirma que comanda a Associação “sozinho”, que sai “atrás de recursos” e que conseguiu até o apoio de um deputado. O deputado teria encaminhado um advogado para defender a manutenção do Conjunto. Considera-se bom porque não cobra “gasolina” de ninguém para buscar benfeitorias para o conjunto. Em outro trecho da entrevista, conta que ter um carro também é sinal de *status* no Conjunto Vitória. Outra demonstração dessa superioridade foi o fato de que, durante a ordem de despejo da Eletrobrás, mesmo que o entrevistado ainda não morasse no lugar, teria cativado o oficial de justiça que teria lhe fornecido orientação para evitar a desocupação.

O representante do domicílio 43D acrescenta que é aposentado como torneiro mecânico, profissão do ex-presidente Lula e diz que ainda vai ser “presidente”. Até mesmo sua profissão, nesse caso, lhe conferiria destaque. Orgulha-se ao afirmar que não quer que sua mulher trabalhe “em cozinha de ninguém”. O entrevistado promove-se afirmando ter relacionamentos com pessoas em espaços mais qualificados, fora do Conjunto, como no Tribunal de Justiça. O domiciliado do 43D destaca que jogava pelo time do Tribunal e que foi lá que começou a entender da “coisa jurídica”.

Na fala do morador do Domicílio 43D, fica claro que *“o consumo escoa a virulência social educando as pessoas na disciplina inconsciente de um código e de uma cooperação competitiva no plano do sobredito código levando-as a entrar nas regras do jogo”*. (BAUDRILLARD 2005, 95)

Os dois casos apresentados demonstram que a rede do Domicílio 52D, apresenta elementos claros de valor sógnico nas relações entre os seus nós. Com diferentes estratégias, os três entrevistados buscam uma condição de diferenciação na busca de melhores resultados em suas trocas. Cada um, ao seu modo, consome a própria

imagem e demonstra certo domínio na administração dos códigos que balizam o aspecto sógnico das relações no Conjunto Vitória. Cada um, à sua maneira, partilha a luta pela permanência e o anseio da estabilidade dos demais moradores do lugar.

Considerações finais

No Conjunto Vitória, alguns estudos revelaram que, dentre suas redes pessoais, prevalece a existência de redes horizontais com manifestações de solidariedade, reciprocidade e confiança e, nas suas redes verticais, destacam-se sistemas simbólicos de poder, assistencialismo e clientelismo.

Ao analisar a rede do domicílio 52D, observou-se a existência de relações regidas pelo valor de troca (econômica) entre os seus nós, bem como desses com a comunidade, e, ainda, a prevalência do altruísmo e da reciprocidade, como motivação, muito observada entre os membros da família, neste caso entre mãe e filha.

Observou-se, também, que, nas relações econômicas entre os nós e a comunidade, há uma fraca relação de confiança e de reciprocidade, uma vez que quase todos os nós afirmaram que não comercializam seus produtos no Conjunto como um todo. Isto nos leva a concluir, com este estudo, que as relações que envolvem recursos financeiros são difíceis de se firmarem, quando se trata de garantir a reciprocidade, naquela localidade.

Concluiu-se ainda que, na rede, objeto deste estudo, o valor de uso perpassa todos os demais valores nas relações travadas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade e vice-versa. Um valor percebido no empréstimo de crédito pessoal para compra de material, na utilização comum de computadores, no compartilhamento do acesso à internet, na troca de ferramentas, na doação de utensílios domésticos, medicamentos e alimentos, muito fortemente observada especialmente entre membros de uma mesma família. O altruísmo e a reciprocidade aparentam estar na base do ensinamento de serviços domésticos e na prestação de serviços gratuitos.

Na investigação de relações regidas pelo valor de signo, concluiu-se que a rede estudada possui uma forte e expressiva relação de valor de *status* entre seus componentes, bem como desses para com a comunidade. Na análise da entrevista da “âncora”, cuja rede de sociabilidade é o grande foco desta pesquisa, notou-se que a mesma se percebe em condição inferior aos vizinhos e é percebida, também, como inferior pela família que a descreve como “mendiga”. Esta condição de inferioridade se constitui em valor sógnico, porque confere à entrevistada uma diferenciação, em relação ao conjunto, com atributo de *status* e ganho de notoriedade e lucros relacionais devido a essa condição, apesar do estigma que acompanha esse ganho.

O valor de signo também foi observado entre os membros “nós” da rede estudada, quando se constatou que eles se consideram mais em vantagem em comparação aos demais indivíduos da comunidade, seja em relação aos bens materiais, seja no nível de escolaridade, no entendimento dos contextos com agentes externos ao conjunto, na liderança, na capacidade de entender e resolver os problemas da comunidade, seja ainda nos relacionamentos internos e externos e até no exercício da profissão.

No que diz respeito à relação de valor de troca simbólica na rede estudada, observou-se que ela é presente entre seus nós com a comunidade, quando o domicílio âncora guarda a chave de vários domicílios da vizinhança, concessão motivada pela confiança dos vizinhos, contudo, sem a esperada reciprocidade. O domicílio âncora apoia-se sobre uma expressiva relação de troca simbólica com uma vizinha em particular, que sempre esteve presente em momentos importantes e desafiadores da vida da entrevistada - períodos de doença, de necessidade de ajuda com os filhos, de desabafo de questões familiares. A domiciliada-âncora da rede estudada demonstra receber apoio moral e emocional em uma clara motivação altruísta por parte da citada vizinha.

Portanto, conclui-se que, na rede do domicílio 52D, âncora e foco deste estudo, desenvolvido junto ao Conjunto Vitória, há relações de troca, de uso, de signo e simbólica, motivadas pelo altruísmo e muitas delas aliadas ou não à reciprocidade, entre os seus nós e entre eles e a comunidade.

É, porém, a construção de formas antagônicas do valor sógnico que mais chama atenção nesta pesquisa. Além da volatilidade das redes que, no caso estudado – via de regra - contribui para a variação de papéis entre os atores envolvidos, os quais passam de uma condição inferior a um status mais elevado em pouco tempo de convívio, a depender de seus ativos nas relações de troca.

A volatilidade das redes está relacionada à própria precariedade e, ainda, à condição de informalidade da ocupação, fatos que acabam desmotivando a permanência no local. Porém, entende-se que a estabilização do próprio assentamento pode produzir, também, redes sociais mais estáveis, nas quais as relações puderam evoluir e constituir-se em um vínculo mais forte. Passariam de simples interações ao companheirismo e assim por diante.

No nosso entender, exatamente por sua vitalidade e capacidade de evolução, as redes sociais devem ser consideradas na formulação de políticas públicas. E, nesse caso, um acompanhamento temporal desse fenômeno é primordial para entender de que forma elas se mantêm e quais os elementos que contribuem para sua continuidade e desenvolvimento.

Este trabalho aponta para a possibilidade de outras pesquisas a fim de discutir a aplicabilidade de seus achados para o estudo da habitação e para as políticas da habitação social.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, A. M. G., A. A. de ALBUQUERQUE, G. V. PEIXOTO, e L. de OLIVEIRA MARTINS. "A Análise das Redes Sociais e o Protagonismo Comunitário: o caso Jardim Vitória, Maceió (AL)." In: *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação*, 2013.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Lisboa: Edições 70, 1972.
- _____. *Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUMES, K. R., e A. M. WHITACKER. "Redes sócio-espaciais e migrações em cidades médias: Um estudo de Uberlândia – MG." *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2008.

CARNEIRO, M. da P. A. K. B. "A percepção das mulheres beneficiárias do programa bolsa família sobre a sua implementação em Viçosa-MG." *Dissertação de Mestrado*. Viçosa, Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2008.

COX, D., e M. R. RANK. "Inter-vivos transfers and intergenerational Exchange." *The Review of economics and Statistics*, 1992: p. 305-314.

FONTES, B., e K. E. EICHNER. "A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda." *REDES*, 2004: p.1-33.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciencias humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes Sociais, Cultura e Poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. *Plano Diretor*. Maceió, Alagoas, 2006.

MACEIÓ, Secretaria Municipal de Assistência Social. *Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social dos Territórios de Abrangência dos CRAS de Maceió – AL*. Maceió, Alagoas, 2012.

THIRY-CHERQUES, H. R. "BAUDRILLARD: Trabalho e Hiper-realidade." *RAE-eletrônica*, 2010.

TRIBUNA HOJE. *Moradores situados ao redor de subestação realizam protesto*. 03 de Julho de 2015. <<http://www.tribunahoje.com/noticia/24328/cidades/2012/04/19/moradores-situados-ao-redor-de-subestacao-realizam-protesto.html>>.

Recebido [Abr. 07, 2018]

Aprovado [Jul. 21, 2018]

Inglese e o Rio Capivari:

forma urbana, espaços públicos, natureza e urbanidade

David Sadowski, Adriana Marques Rossetto*

Resumo O trabalho faz uma breve análise morfológica do distrito de Inglese do Rio Vermelho, em Florianópolis, com preocupações específicas no tocante à sua relação com o meio ambiente e à qualidade dos espaços públicos formados, em um ambiente urbano densamente utilizado. Rechaça o oxímoro cidade-natureza e ressalta a importância dos espaços públicos na vida em sociedade. Em relação ao recorte de estudo, lança mão da Teoria da Sintaxe espacial enquanto ferramenta de leitura espacial, a qual proporcionou, ainda, um melhor entendimento da dinâmica urbana do distrito, constituindo-se como poderosa ferramenta ao vislumbre de soluções locais alinhadas ao ideal de urbanidade.

Palavras-chave: forma urbana, meio ambiente, espaços públicos.

Inglese and the Capivari River: urban form, public spaces, nature and urbanity

Abstract This paper makes a brief morphological analysis of Inglese do Rio Vermelho, Florianópolis, with specific concerns regarding its relation with the environment and the quality of the construction of public spaces, at a densely used urban environment. It rejects the oxymoron city-nature and emphasizes the importance of public spaces in society. Regarding the study cut-off, we use Spatial Syntax Theory as a spatial reading tool, which also provided a better understanding of the district's urban dynamics, constituting itself as a powerful tool for the glimpse of local solutions aligned with the ideal of urbanity.

Key words: urban form, environment, public spaces.

Inglese e el Rio Capivari: forma urbana, espacios públicos, naturaleza e urbanidad

Resumen El presente trabajo hace un breve análisis morfológico de Inglese del Río Vermelho, Florianópolis, con preocupaciones específicas en cuanto a su relación con el medio ambiente ya la calidad de los espacios públicos formados, en un ambiente urbano densamente utilizado. Rechaza el oxímoro ciudad-naturaleza y resalta la importancia de los espacios públicos en la vida en sociedad. En cuanto al recorte de estudio, lanza mano de la Teoría de la Sintaxis espacial como herramienta de lectura espacial, la cual proporcionó, aún, un mejor entendimiento de la dinámica urbana del distrito, constituyéndose como poderosa herramienta al vislumbre de soluciones locales alineadas al ideal de urbanidad.

Palabras clave: forma urbana, medio ambiente, espacios públicos.

O rápido e recente crescimento das cidades litorâneas brasileiras, marcado por forte segregação sócio espacial e descaso com o meio ambiente, denota, mais claro do que nunca, a injustiça social e a insustentabilidade ambiental vivenciada pela nossa sociedade. A reversão desta realidade, premente e desafiadora, não pode ser debatida sem que haja locais públicos privilegiados para tamanha responsabilidade.

Tradicional palco de debates críticos, diálogos e interações entre classes, o espaço público tradicional sofre recente processo de esvaziamento: o habitat usual é substituído por formas de comunidades fechadas à grande maioria da sociedade. A hipervalorização da privacidade, intimidade, retraimento e silêncio -fenômenos contemporâneos-, marcam um processo de fragmentação do indivíduo e de sua atuação política (SENNET, 1999). Não bastasse todo esse distanciamento da esfera pública, o indivíduo também rompe com o meio ambiente. Estigmatizado como símbolo de atraso, como oposto daquilo que representa o ideal de cidade, o meio ambiente e corpos d'água passam a ser desvalorizado, tratados como subproduto urbano.

A cidade contemporânea opera esses desequilíbrios socioambientais enormes. O conceito de urbanidade, entretanto, desponta surge, como contracorrente desta tendência. A urbanidade, entendida por Mello (2008) como aquilo que qualifica a vida urbana através da possibilidade indiscriminada de utilização dos espaços públicos, do desenvolvimento cultural por meio da interação social entre diferentes e da relação harmônica entre as pessoas e o meio vem despontando como ideal recorrente no discurso e atuação de importantes profissionais preocupados com a urbe.

Não devemos, portanto, cair na armadilha de encarar a urbanidade enquanto conceito necessariamente ligado à artificialidade e, conseqüentemente, como antítese de preservação. Defendemos que urbanidade e preservação não significam coisas dissonantes, mas complementares: estruturas naturais inseridas no meio urbano e utilizadas sustentavelmente provocariam o sentimento de pertença por parte da população, levando a sua preservação.

O espaço urbano, misto de cidade e natureza, é dado concreto. Como tal, apresenta contornos próprios que o definem, que lhe conferem uma forma urbana. Determinado por condicionantes sócio naturais do ambiente em que se insere, a forma urbana, uma vez pronta, é capaz de influenciar diretamente a sociedade sob diferentes aspectos. Em meio a essa multiplicidade de aspectos, também chamados de dimensões, evidenciamos aquele diretamente ligado aos limites e possibilidades que a configuração dos espaços, em especial os públicos, impõe aos encontros, esquivações e visibilidade do outro: o aspecto sociológico.

Segundo a teoria da Sintaxe Espacial, cunhada por Hillier, um espaço público fluido e integrado propicia valorosas interações pessoais, condição necessária, defende Sennet (1999), ao crescimento pessoal. Sobre o assunto, Peponis evidencia, ainda, que se

*David Sadowski é Arquiteto e Urbanista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade de Santa Catarina, ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-7403-3177>>. Adriana Marques Rossetto é Arquiteta e Urbanista, professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7785-9599>>.

“a sociedade enquadra as pessoas em diferentes classes, papéis e posições, o espaço urbano pode ser um dos meios de reintegração” (PEPONIS, 1989, p. 23).

Situado no extremo norte da Ilha de Santa Catarina, o Distrito de Inglese de Rio Vermelho aponta para uma forte dinâmica de crescimento, com aumento populacional acima das médias locais, que provocaram intensas transformações sócio espaciais. A premência de soluções que coloquem a natureza em primeiro plano e que busquem um ambiente urbano densamente utilizado, estabelece as preocupações chave deste trabalho. Posto isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a forma urbana de Inglese e a apropriação social de seus diferentes espaços públicos e interfaces estabelecidas com seus espaços naturais, em especial o Rio Capivari. Em seguida, importa especular o potencial protetor e articulador de um possível parque linear ao longo do referido corpo d’água.

Forma urbana, natureza e cidade

O oximoro cidade-natureza dá o tom das expansões das cidades no mundo. Mello (2008) defende que há tempos a tradição vem colocando cidade natureza em campos opostos, fato este que continua a afetar a maneira como as urbanizações acontecem. A autora explica que a busca de um sonho de modernidade urbano provocou um recente fenômeno de abandono rural. Esse processo, via de regra, foi marcado por um paradigma de ruptura, de renegar tudo relacionado à vida no campo, estigma de “atraso”. A estrutura da cidade emerge, assim, dissociada dos valores físico-ambientais de onde está inserida.

O intenso crescimento porque passaram as cidades contemporâneas despertou uma preocupação mundial acerca dos recursos naturais não renováveis, impactos sobre as estruturas naturais e destinos do planeta. A incapacidade do meio em lidar com os constantes desequilíbrios, aliados a uma visão de finitude deste alicerçam o conceito de sustentabilidade, para o qual importam três fundamentos: conservação dos sistemas ecológicos; garantia de sustentabilidade dos recursos renováveis; e manutenção das ações humanas dentro da capacidade de carga dos ecossistemas (FRANCO, 2001, p.26). É interessante observar que o conceito do desenvolvimento sustentável não exclui a convivência com o fenômeno urbano. Pelo contrário, passa a incluir aspectos urbanísticos, numa busca por um “caminho do meio”.

No litoral brasileiro, no entanto, prevalecem as atitudes individualistas: ao passo que todos almejam a preservação ambiental, muitos sequer percebem que contribuem para a manutenção de um modelo perverso, onde a adição continuada e extensiva de casas soltas no lote dá o tom das expansões (MITTMANN, 2008, pg. 15). Em concordância com Macedo, os ecossistemas costeiros são muito sensíveis, não suportam ocupações intensivas e “não podem ser reduzidos a partes dissociadas entre si, sem que ocorra uma perda significativa de suas características” (MACEDO, 2004, p. 59). Definitivamente, as vantagens e desvantagens dos modelos de ocupação devem urgentemente entrar na pauta dos debates preocupados com a sustentabilidade ambiental.

Sob o ponto de vista arquitetônico-urbanístico, além do interesse no que tange às questões de preservação, importa compreender os efeitos que a espacialização do fenômeno urbano desempenha por sobre a sociedade. O enlace entre cidade e

natureza é dado concreto. Como tal, apresenta uma forma que o define e, uma vez pronta, além dos impactos na natureza, a forma urbana influencia diretamente as dinâmicas sociais.

Segundo Sennet (1993) e Peponis (1991), a forma dos espaços públicos permite o reconhecimento mútuo dos usuários, servindo como base de sustentação do modo de vida de diferentes grupos, relacionando diferentes ideias, discursos e identidades culturais.

O comportamento “público” é, antes de tudo, uma questão de agir a certa distância do eu, de sua história imediata, de suas circunstâncias e de suas necessidades; em segunda lugar, essa ação implica a experiência da diversidade (SENNET, 1993, p.115). Coisas e pessoas que são estranhas podem perturbar ideias familiares e verdades estabelecidas; o terreno não familiar tem uma função positiva na vida do ser humano (SENNET, 1993, p.359).

Hillier e Hanson (1994), por meio da Lógica Social do Espaço e da Sintaxe Espacial, são pioneiros em defender a correlação entre diferentes formas de reprodução social e distintas ordens espaciais. Para tanto, encaram a cidade como grande arranjo de barreiras e permeabilidades hierarquizadas. É importante salientar que esses autores, cujos princípios e conceitos são base este trabalho, não adotam uma postura determinista da forma urbana, mas relacional

A forma espacial cria um campo de encontros e copresenças possíveis (embora nem todos realizáveis), dentro do qual vivemos e nos movemos e, ainda que isto não leve à interação social, este campo é em si mesmo um recurso sociológico e psicológico importante (HILLIER, 1986, p.12).

Tal maneira de encarar a forma urbana, explica Peponis (1992) explica que a Sintaxe Espacial revela uma evolução no estudo da forma urbana, uma vez que passa a encarar o assunto sob os pontos de vista local e global. Importante perceber, ainda, que tais estudos contribuem para a quebra definitiva da

orientação funcionalista que reconduzia sempre aos sistemas de movimento ou ao zoneamento das atividades. o estudo renovado e insistente da forma construída nas cidades permitiu comprovar a eficácia do método morfológico, voltado a apresentar as partes da cidade como peças de um quebra-cabeças de múltiplas faces (SOLÁ-MORALES, 1986, p.9 e 10).

A Sintaxe Espacial tradicionalmente opera em duas instâncias analíticas complementares: a global e a local.

Acerca da instância global, dentre as diversas medidas sintáticas, deve-se chamar a atenção para uma em especial: a integração. Podemos dizer que a integração de um logradouro, ou a posição de um espaço em relação a todos os outros espaços do recorte urbano em estudo, é dos principais determinantes da quantidade de pedestres que passam por ele. Hillier et al (1993) defende que a configuração da malha, por si só, já incita grande dinâmica de movimento na cidade, sendo este movimento responsável pela definição de outros elementos do sistema urbano, como por exemplo o uso do

solo e as densidades edilícias. Ora, se formos pensar que, por exemplo, comércios e serviços dependem de movimento para existirem, a constatação do autor se faz perfeitamente compreensível.

No que tange à instância local, segundo Alexander et al (1977), espaços pequenos e bem definidos tendem a ser densamente utilizados. E arrematam sugerindo que tais espaços promoveriam um grande sentimento de segurança. Espaços menores, defende Holanda, “têm sido historicamente identificados com a utilização secular” (HOLANDA, 2002, p.100), do dia-a-dia, sendo, portanto, desejáveis. Mas a qualidade morfológica de um espaço convexo não se restringe à sua delimitação e tamanho: é preciso que a massa edificada se comunique com os vazios. Nos dizeres de Holanda,

a literatura sintática tem denominado tradicionalmente essas transições de constituições, e diz-se de um espaço que ele é intensamente constituído quando, ao caminhar por ele, passamos frequentemente defronte de transições para espaços fechados (Holanda, 2002, p. 98).

Os espaços cegos, ou ausentes de constituições, são indesejáveis para a vida pública. Significam que a massa edificada não se abre para as ruas e praças e, por conseguinte, não os alimentam com o trânsito de pessoas ou a oferta de serviços.

A facilidade com que a forma urbana propicia intensas apropriações de seus espaços públicos, ou seja, com sua capacidade de prover urbanidade, relaciona-se diretamente com a sustentabilidade urbanística (ACSELRAD, 2001). Não devemos, no entanto, cair na armadilha de encarar a urbanidade enquanto conceito necessariamente ligado à artificialidade e, portanto, como antítese de preservação.

A ideia de que urbanidade é equivalente à construção concentrada ou à ausência de árvores e jardins é baseada num limitado conhecimento das cidades, ou numa limitada definição de urbanidade (MUNFORD, 1998 apud MELLO, 2004, p. 4).

Defendemos que urbanidade e preservação não significam coisas dissonantes. Pelo contrário, além de estarem relacionadas à forma urbana, acreditamos que espaços densamente utilizados e em contato com a natureza suscitarão, inclusive, a proteção ambiental. Explicamos: de acordo com Mello (2008), o princípio da intangibilidade conduz à desvalorização e degradação do meio ambiente, ao propugnar o afastamento das pessoas, impedindo o contato com a natureza. Por outro lado, espaços sensíveis utilizados de maneira sustentável e prenes de urbanidade promoveriam o sentido de pertença por parte da população. Assim, a abordagem dos espaços ambientalmente sensíveis segundo a ótica da urbanidade se apresenta, em última instância, como estratégia de proteção dos recursos ambientais. Além disso, entendemos que o contato constante das pessoas com meio permite uma vigília permanente, fato que torna muito mais difícil qualquer tipo de ação que venha a prejudicar a natureza.

Essa reflexão, conforme sugere Mello (2008), implementa o conceito de urbanidade defendido em nossa pesquisa. A urbanidade passa a ser entendida enquanto conjunto de atributos da forma que qualificam a vida urbana através da possibilidade indiscriminada de apropriação dos espaços públicos, do desenvolvimento cultural e da interação harmônica entre as pessoas e o meio.

A capacidade de impactar o meio, assim como “de impor um leque de alternativas limitadas às aspirações e necessidades da população e de restringir as opções de ação” (SANTOS, 1985) revela a importância de lidar com a forma urbana.

Metodologia

Essencialmente, a proposta de pesquisa exigiu a compreensão de dois temas: Forma Urbana e Natureza e Forma Urbana e Sociedade.

Sobre o tema Forma Urbana e Natureza, parte-se da compreensão da natureza como elemento partícipe e qualificador da vida urbana. Abordagens integradas, proponentes de modelos de espaços urbanos mais conectados ao meio dão o tom das reflexões.

Acerca do segundo tema, foi estudada, de forma direta ou implícita, a importância da forma urbana no que tange às práticas e vivências dos distintos grupos sociais.

Para o estudo dos efeitos sociais da forma urbana em Ingleses, lançamos mão da Teoria da Sintaxe Espacial, desenvolvida por Hillier (1984).

De modo a analisar brevemente o desempenho dos espaços públicos do distrito alvo de estudo, utilizamos as duas dimensões sintáticas de análise propostas por Hollanda (2002): dimensão global –relativa à totalidade do recorte de estudo, atentando para as características de articulação de toda a rede de espaços públicos- e dimensão local – relacionada a um trecho distinto de uma rua ou praça.

Na análise global, lançamos mão da técnica sintática da axialidade. Para tanto, utilizamos como base um mapa de linhas axiais do local, que nada mais é do que o conjunto do menor número de maiores linhas possível que cruzam a totalidade dos espaços públicos abertos. Dentro do ambiente do software Depht Map, o mapa das linhas axiais nos permite saber, através de uma relação de interdependência de cada linha em relação ao todo, quais as vias mais integradas (mais próximas do vermelho) e aquelas mais segregadas (mais próximas do azul). Na análise local, examinamos a maneira como as edificações se relacionam com os espaços públicos por meio de suas constituições e delimitações.

Por fim, a vitalidade dos espaços será medida, indiretamente, através da aferição dos usos edílios, para em seguida ser confrontada com os logradouros mais integrados.

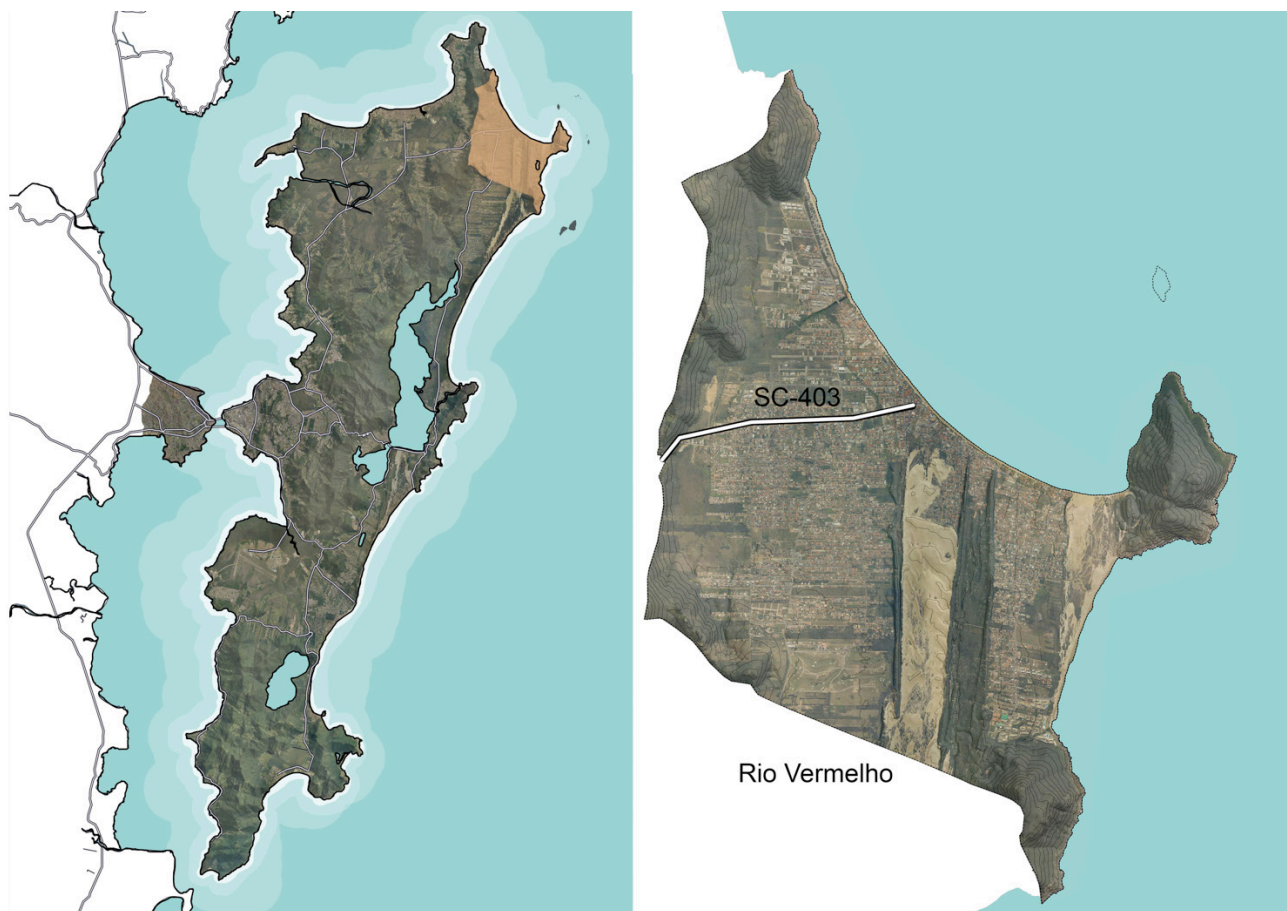
Caracterização da área

Localizado no extremo norte da ilha, Ingleses é delimitado a norte e a Leste pelo mar; a oeste pelo Morro da Feiticeira e do Bom Jesus; e a sul pelo Distrito do Rio vermelho. Vítima de um intenso crescimento, ocorrido, sobretudo, nas últimas décadas, o distrito estudado (Figura 1) denota duas realidades distintas: ao mesmo tempo em que existe um típico balneário turístico, alvo de pesados investimentos de qualificação urbana e bastante procurado por turistas e veranistas, outra parte de Ingleses assume os ares de cidade periférica. Podemos dizer, grosso modo, que a rodovia que dá acesso ao distrito – Rodovia SC 403- serve como divisor de águas: ao norte da supracitada via, e mais próximo ao mar, temos a cidade formal, fortificada em seus condomínios e

prédios. A cidade informal, por sua vez, encontra-se ao sul da SC e, portanto, mais distante do mar. Reflexo deste panorama, nota-se que, apesar da ordem observada em Ingleses Norte, “O distrito de Ingleses, inclusive é um dos que apresenta maior carência de infraestruturas e um intenso crescimento populacional” SUGAI (2002). É interessante notar como a localidade local sofre duplamente os efeitos das disputas pelo solo: em nível intra e interbairros.

O espaço urbano resultante do rápido crescimento de um distrito há pouco basicamente rural, aliado à falta de fiscalização, planejamentos condizentes e desconhecimentos diversos fazem-se sentir na atual configuração do seu tecido urbano e na sua relação com a paisagem local. Vias de até mil metros sem conexões intermediárias, condomínios e loteamentos desarticulados do restante da malha, escassez de espaços públicos interessantes, degradação de áreas ambientalmente sensíveis, grandes áreas com usos pouco diversificado, insegurança generalizada são alguns dos problemas vivenciados pela população local – Problemas e excessos estes observados, também, na porção mais abastada da localidade.

Figura 1: Ingleses e a Ilha de Florianópolis. Fonte: elaborado pelos autores.



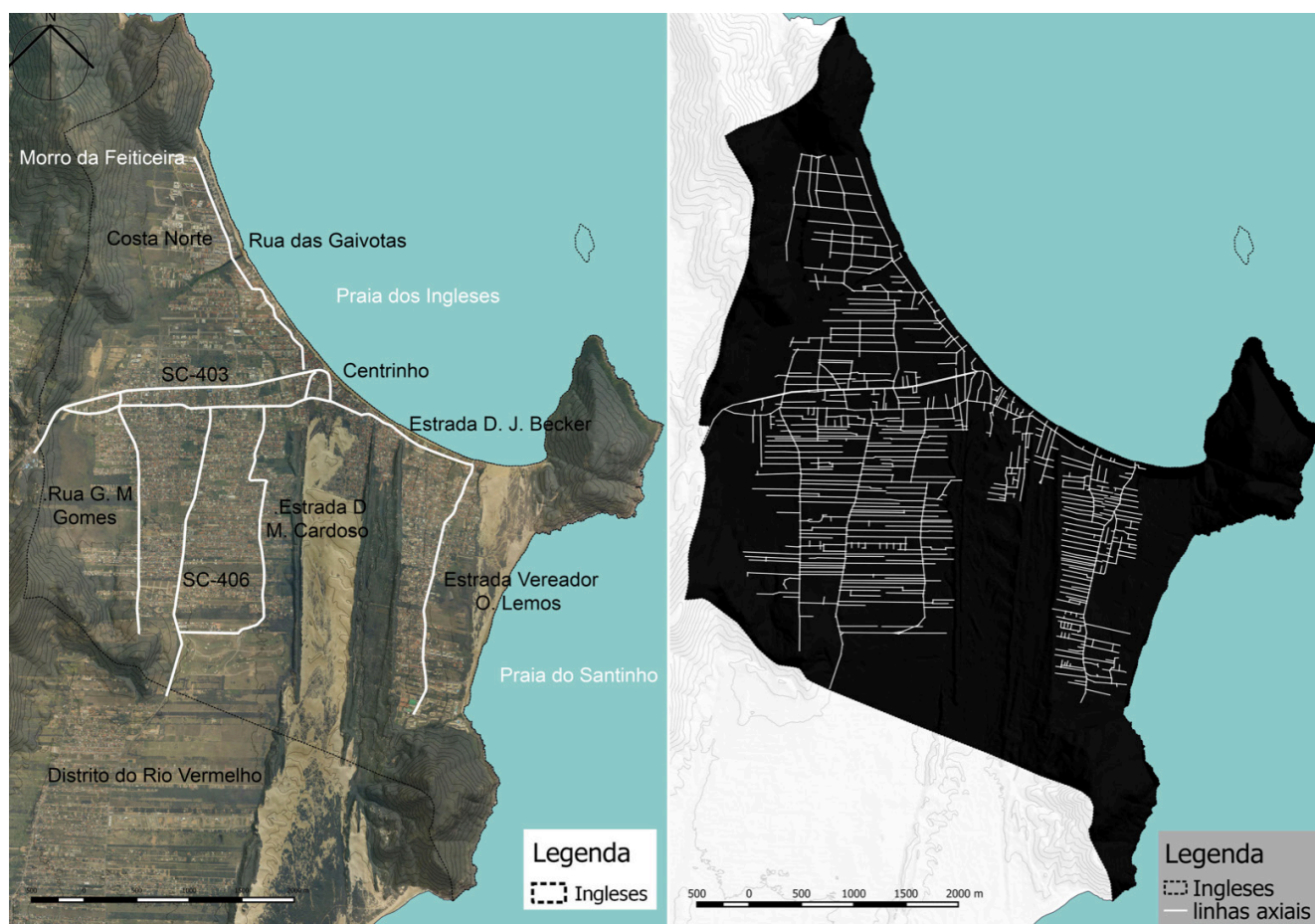


Figura 2: à esquerda, o distrito de Ingleses; à direita, o mapa axial local. Fonte: elaborado pelos autores.

Resultados e discussão

A análise das proximidades da principal via de acesso ao distrito (Figura 2), a SC-403, bem como das demais vias estruturantes da porção sul do bairro (SC-406, Rua G. Manoel Gomes e Estrada D. Manoel Cardoso), revela a clara presença de um núcleo integrador (Figura 2). Chama-se atenção, também, para a forte integração observada no chamado “centrinho” do bairro.

A forte concentração de linhas mais integradas em porções próximas às vias principais de acesso pode ser explicada pelo modelo de ocupação característica de Florianópolis. As estruturas territoriais preexistentes, baseadas fortemente no parcelamento rural da terra, desenvolviam-se através de estreitas, porém profundas, faixas perpendiculares à praia e às vias estruturantes, com estrutura formal condicionada pela topografia e por ecossistemas naturais da região. Com o decorrer do tempo, ruas perpendiculares às vias principais eram abertas e, com elas, sucessivos desmembramentos “fatiavam” as grandes glebas rurais. Via de regra, estes diferentes desmembramentos não se comunicavam diretamente, numa prática onde as ruas que davam acesso aos diversos lotes desmembrados desembocavam diretamente nas grandes e pretéritas vias. Esse

padrão de ocupação, sem travessas entre os lotes desmembrados, refletem um processo de crescimento carente de planejamento e pouco articulado entre si.

Destaque-se a notável segregação observada na Praia do Santinho, mesmo em sua via estruturante. Tal fato se dá muito em função de suas características peculiares de localização: o bairro se constitui um “fim de linha”, possuindo somente uma entrada. Semelhante apartação pode ser percebida em Ingleses Norte, sobretudo acima do Rio Capivari, nos domínios do projeto de conjunto conhecido como Costa Norte, local onde predominam os condomínios verticais fechados, extremamente exclusivos e pautados nas ideias de intimidade, segurança e conforto.

Em concordância com a análise global, a investigação local revela que quanto mais integrados, maior a tendência à existência de logradouros de pequena escala, bem definidos e bastante constituídos. A exceção fica por conta da SC-403, mas somente no que se refere à dimensão local: ainda que bem definido e constituído, o local é muito mais amplo do que as demais estradas gerais. Destaque-se as características locais do “centrinho de Ingleses”, espaço mais constituído e bem definido do recorte de estudo. As diversas servidões, e em especial a região do projeto Costa Norte, tendem a se apartar da rua por muros e grades. Na região Norte, contudo, há o agravante da grande escala das ruas, rótulas e praças locais (Figura 4).

É de nosso conhecimento, devido à nossa vivência no local, que as citadas ruas estruturantes são, sim, as maiores concentradoras de diferentes usos e fluxos (o que pode ser confirmado, indiretamente, pelo mapa de usos, vide Figura 3). É sabido, também, como corolário da lógica instalada nos domínios do Costa Norte, que a rua como espaço público, sobrevalorizada, passa a servir, quando muito, ao simples deslocamento de residentes entre diferentes áreas especializadas e a praia, percursos estes que muitas vezes são realizados através de automóveis. A presente discussão não possui, todavia, o fôlego nem a pretensão de confirmar, rua por rua, se de fato os locais mais integrados são os espaços de maior urbanidade. O que pretendemos, no entanto, além de demonstrar os diferentes níveis sintáticos de integração hoje postos e afirmar que, de uma forma geral, os espaços mais integrados coincidem com os de maior urbanidade, é de chamar atenção para o potencial de urbanidade representado pelo Rio Capivari.

O Rio Capivari é, para a surpresa de muitos, um rio que atravessa boa parte de Ingleses. Nascendo no lado Noroeste do distrito, mais precisamente no Morro da Feiticeira, o rio desenha seu formato num percurso bastante variado: por um lado, margeia quase a totalidade do Morro da Feiticeira, até morrer na SC-403; por outro, inicia seu trajeto derivando no primeiro veio e cortando o setor Norte da praia no sentido Oeste-Leste, para em seguida rasgar o bairro, em uma posição bastante central, no sentido Norte-Sul e, enfim, terminar a Sudeste como um ribeirão que tangencia as dunas limítrofes à Praia do Santinho (ver Figura 5).

No caso de Ingleses, assim como acontece com as diversas estruturas naturais locais (outrora dominantes por toda a planície, dunas, brejos e morros), constantemente arrasadas e desprezadas, ignoram-se os aspectos ambientais e o potencial urbano representado pelo Rio Capivari, elemento recorrente nos fundos de lote privativos. O que fizemos, entretanto, foi assumir o espaço como possível componente da malha urbana, simulando, para tanto, um parque linear ao longo de seu leito (Figura 4).

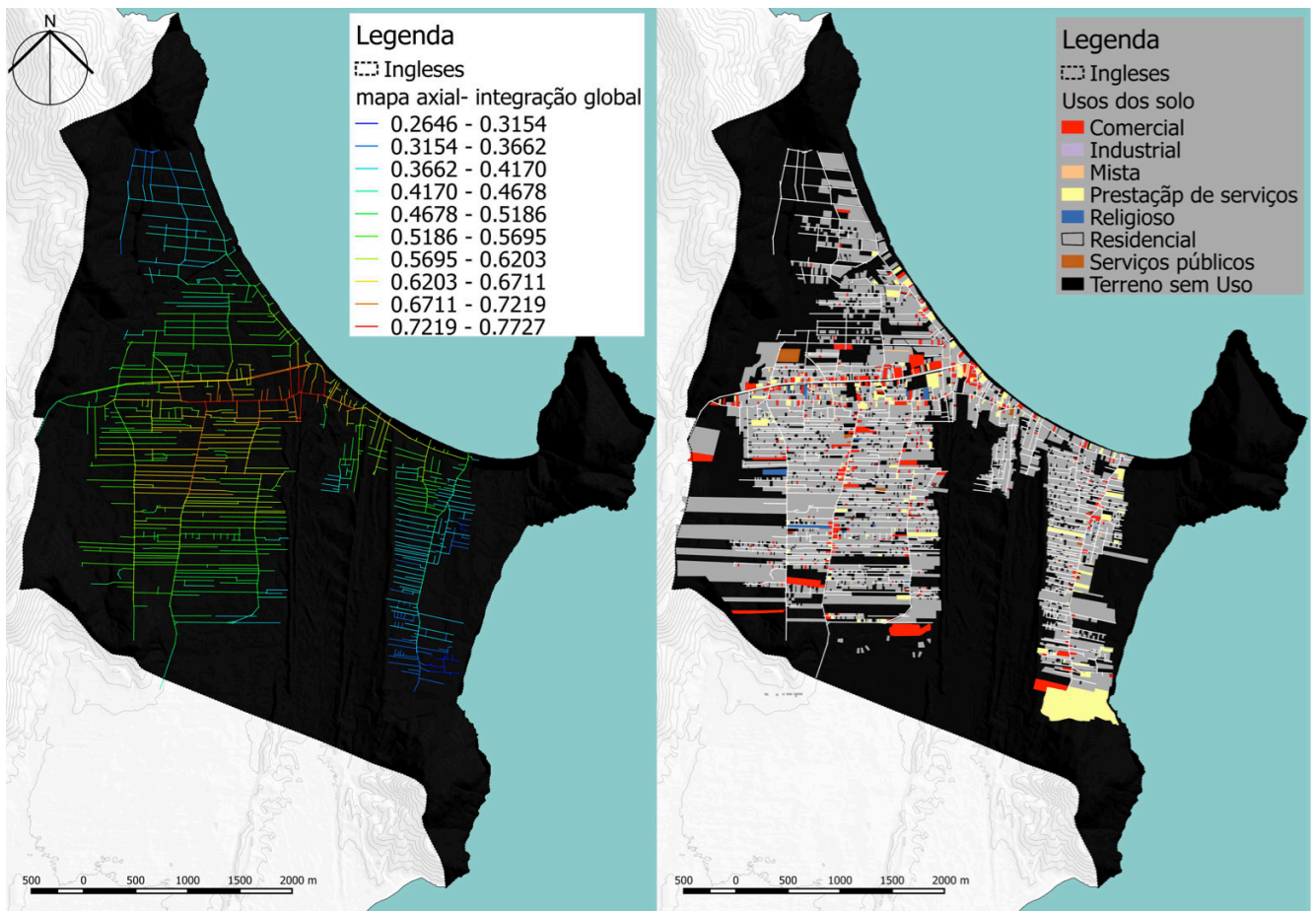


Figura 3 (topo): à esquerda, a análise global de integração local; à direita, os usos edílicios locais. Fonte: elaborado pelos autores.



Figura 4: em cima, típica estrada geral; no meio, centrinho de Inglese; embaixo, rua do Costa Norte. Fonte: acervo pessoal.

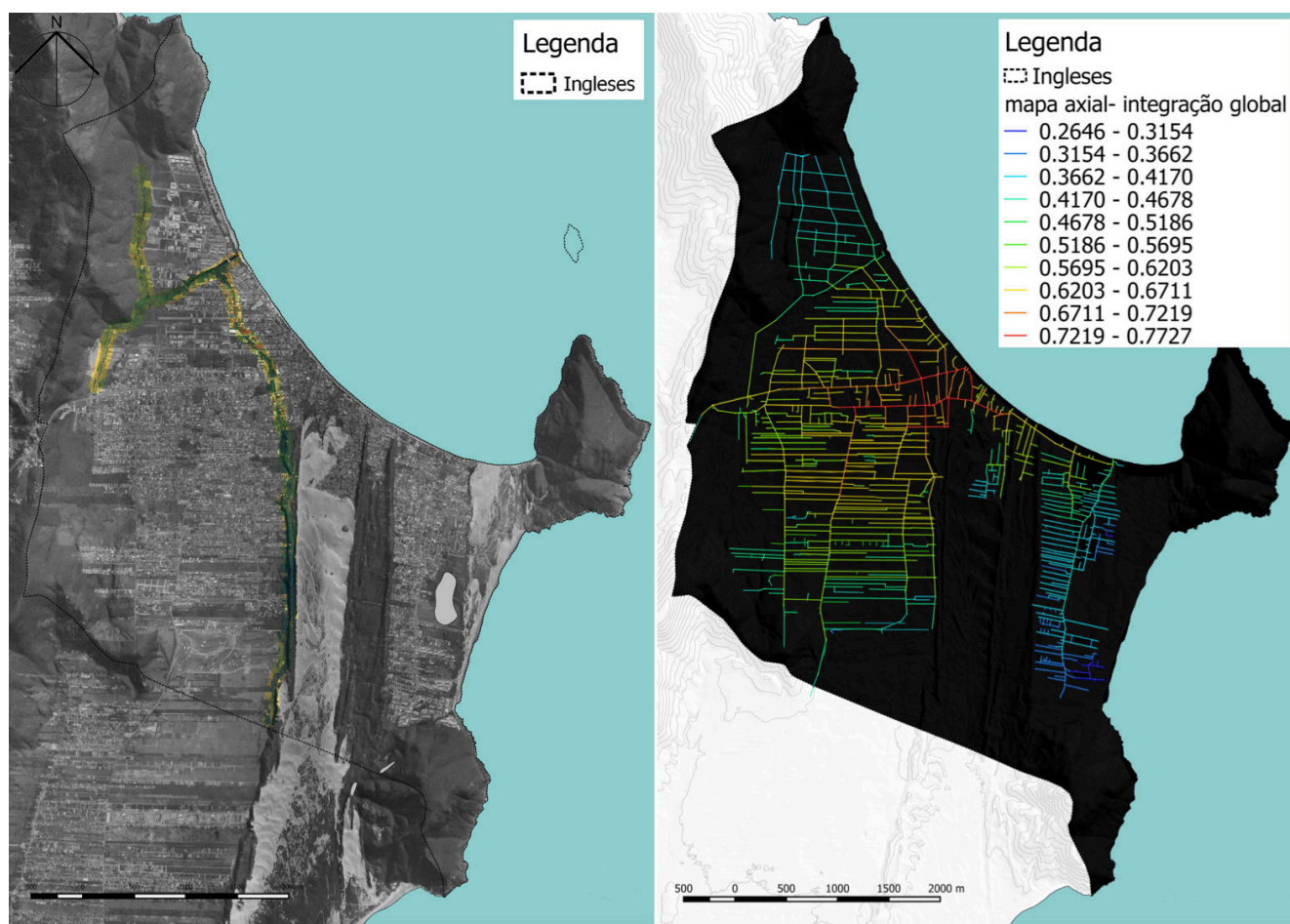


Figura 5: à direita, o Rio Capivari em destaque; à esquerda, o mapa de integração local considerando o Rio Capivari. Fonte: elaborado pelos autores.

Para nossa surpresa, o resultado desta proposta, segundo a Teoria da Sintaxe Espacial, é surpreendentemente bom: sua posição bastante central caracteriza-o como potencial eixo de integração para o local. Além de altos valores de integração global, o parque proposto irradia sua integração, incrementando os valores das vias no seu entorno em até 30%, sobretudo naquelas mais próximas à SC.

O aumento da integração local, proporcionada por intervenções como o parque Rio Capivari, aliada a incentivos que revertem sua condição de fundos (fachadas contínuas, bem definidas e abertas para o corpo d'água) pode representar implemento importante para o aumento de vitalidade dos espaços públicos locais. Usos como comércio e serviços, essenciais na promoção de vitalidade, dependem do movimento para se sustentarem e, portanto, tendem a se localizar em localidades mais facilmente apropriáveis, numa relação dialética onde o movimento proporcionado pelas configurações morfológicas do local favorece a instalação de um mix de usos, que, por sua vez, atraem mais pessoas. Esse processo de retroalimentação, onde movimento gera diversidade, que

gera movimento, pode ajudar a criar, em Inglese, locais mais dinâmicos, seguros e interessantes. O protagonismo e dependência em relação aos principais eixos de ligação do bairro (aqueles mais integrados), pode ser, portanto, diluída, diminuindo a especialização das diferentes áreas, aumentando a heterogeneidade e reforçando a importância do restante da malha como espaço de vivências. De quebra, publicizar o leito do rio, integrando-o a malha urbana do distrito, despertaria, conforme defendemos, um maior cuidado para com o meio ambiente local.

Considerações finais

A busca por uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável depende de uma infinidade de fatores. Sobre o tema, salientamos o importante papel desempenhado pela forma dos espaços urbanos, sobretudo os públicos. Diretamente relacionada aos impactos por sobre a natureza preexistente, a formatação dada de uma rede local de espaços públicos também influencia diretamente a sociedade sob diferentes aspectos, dos quais chamamos atenção para o sociológico, bem como pode agir diretamente na relação que se estabelece com o meio ambiente. Lançar mão de ferramentas que nos proporcionem um melhor entendimento da dinâmica urbana representa estratégia essencial ao vislumbre de soluções alinhadas ao ideal de urbanidade. Nesse sentido, valiosos indícios acerca do desempenho dos espaços públicos podem ser obtidos pelas análises sintáticas, devendo atentar, porém, para a complementariedade de outras investigações.

Referências bibliográficas

- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, Bill; PENN, Alan; HANSON, Julienne; GRAJEWSKI, T.; XU, J. *Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement*. Environment and Planning B: Planning and Design, v. 20, n. 1, p. 29 -66, 1993.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 296 p.
- MACEDO, Silvio. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: *PROJETO ORLA: Fundamentos para gestão integrada*. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2004. p. 43-62.
- MELLO, Sandra S. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. *Tese de Doutorado* em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pesquisa e Pós-graduação, PPG/FAU, UNB.
- MITTMANN, Michel de Andrado. Uma cidade na areia: Diretrizes urbano-ambientais para a planície do Campeche. *Dissertação de Mestrado*. 0018-D. PGAU-Cidade (Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). UFSC. Dez.2008.
- PEPONIS, John. Espaço, Cultura e Desenho Urbano no Modernismo Tardio e Além Dele. In: *Boletim do IAU*, Brasília, UnB, no. 51, 1991.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOLÁ-MORALES. Manuel de. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions UPC, Barcelona, 1993.

Recebido [Jan. 21, 2018]

Aprovado [Jun. 15, 2018]

Introdução à obra de Jon Maitrejean

Fernando Guillermo Vázquez Ramos,
Miguel Antonio Buzzar, Paulo Yassuhide Fujioka*

Resumo A figura de Jon Andoni Vergareche Maitrejean (1929), que estudou na FAU-USP, graduando-se em 1954, permanece fora do âmbito das publicações especializadas, pois pouco tem se escrito e pesquisado sobre sua extensa e importante obra, especialmente aquela vinculada à atividade industrial. Este artigo se debruça de forma panorâmica sobre a vida e a obra do arquiteto desde a época em que começou sua atividade docente na FAU-USP, marcada por momentos terríveis, como o afastado compulsório em 1968, uma prática contínua que se desenvolve até hoje, ministrando a disciplina de projeto. Trata-se de um arquiteto com uma longa vida profissional também, pois projeta desde os anos 1950. Engajou-se primeiro no IAB e também no SASP, do qual foi presidente (1978-1980).

Palavras-chave: Arquitetura Moderna Paulista, industrialização da construção, arquitetura varejista.

Author of the project Arq. Jon Maitrejean

Abstract The figure of Jon Andoni Vergareche Maitrejean (1929), who studied at FAU-USP, graduating in 1954, remains outside the scope of the specialized publications, because little has been written and researched on its extensive and important work, especially the oeuvres which were linked to industrial activity. This article, in a panoramic way, focuses on life and the architect's work from the time he began his teaching activity at FAU-USP, marked by terrible moments, such as compulsory retirement in 1968, and his ongoing practice that develops today at classes of architectural design. It is an architect with a long professional life, which designs since the 1950s. He first involved in the IAB and also in the SASP, of which was president (1978-1980).

Key words: São Paulo's Modern Architecture, industrialization of construction, retail architecture.

Autor del proyecto Arq. Jon Maitrejean

Resumen La figura de Jon Andoni Vergareche Maitrejean (1929), que estudió en la FAU-USP, graduándose en 1954, permanece fuera del ámbito de las publicaciones especializadas, poco se ha escrito e investigado sobre su obra, especialmente aquella vinculada a la actividad industrial. Este artículo se centra sobre la vida y la obra del arquitecto desde la época en que comenzó su actividad docente en la FAU-USP, jalonda de momentos terribles, como el alejamiento obligatorio en 1968, una práctica continua que se desarrolla hasta hoy, ministrando la disciplina de proyecto. Se trata de un arquitecto con una larga vida profesional, pues proyecta desde los años 1950. Se comprometió primero en el IAB y también en el SASP, del cual fue presidente (1978-1980).

Palabras clave: Arquitectura Moderna Paulista, industrialización de la construcción, arquitectura comercial.

Jon Andoni Vergareche Maitrejean (1929)¹ faz parte do que pode-se chamar de 1ª geração de arquitetos modernos formados na modernidade. São aqueles profissionais que nascidos entre 1925 e 1935, e em alguns casos até o início da 2ª Guerra Mundial, que se formaram em escolas que de alguma forma se encontravam, direta ou indiretamente, sob o ministério tanto da 1ª geração de arquitetos modernos brasileiros, como daqueles que se estabeleceram no Brasil, e que atuavam em São Paulo, ou também em São Paulo, como: Abelardo Riedy de Souza (1908, RJ), Adolph Franz Hepe (1902, Al.), Alvaro Bitat Brasil (1909, SP), Bernard Rudofsky (1905, R.Chq.), Carlos Cascaldi (1918, SP), Eduardo Augusto Kneese de Mello (1906, SP), Giancarlo Palanti (1906, It.), Hélio de Queiroz Duarte (1906, RJ), Henrique Ephim Mindlin (1911, SP), Ícaro de Castro Mello (1913, SP), Jacques Émile Paul Pilon (1905, Fr.), João Batista Vilanova Artigas (1914, PR), Lina Bo Bardi (1914, It.), Marcelo Roberto (1908, RJ), Oscar Niemeyer (1907, RJ), Oswaldo Arthur Bratke (1907, SP), Rino Levi (1901, SP) e Zenon Lotufo (1911, SP), dentre outros. Estes arquitetos, que tinham entre 40 e 50 anos, nos anos 1950, estavam em pleno desenvolvimento de suas carreiras e foram importantes referências (eles próprios e suas obras) para os jovens estudantes que se formaram no início dos anos 1950.

* Fernando Guillermo Vázquez Ramos é Arquiteto e Urbanista, professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3472-5598>>; Miguel Antonio Buzzar é Arquiteto e Urbanista, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6251-0338>>; Paulo Yassuhide Fujioka é Arquiteto e Urbanista, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-2113-6778>>.

¹ Neto de bascos, mas filho de brasileiro, pois seu pai tinha nascido no Brasil, em Uruguiana, onde seu avô fizera fortuna montando uma empresa de exportação de madeira. Os negócios foram muito bem e seu pai voltou ao País Basco onde nasceu Jon em 1929, em Eibar, uma pequena comunidade entre Bilbao e San Sebastian. Contudo, por envolvimento político durante a guerra civil espanhola, do lado republicano, a família emigrou para o Brasil. Primeiro o pai, em 1939, fugindo pela França, e depois Jon e sua mãe, que com passaporte brasileiro, chegaram ao Brasil em 1941. Informação verbal recolhida na entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2018 pelos professores Fernando G. Vázquez Ramos, Miguel Antonio Buzzar e Paulo Y. Fujioka.

Muitos desses jovens, que se formaram nesse momento, estudaram com professores que integram a lista acima mencionada, como: Abelardo de Souza, João Vilanova Artigas ou Zenon Lotufo. Estudaram ainda, dentro do campo de referências da arquitetura moderna, fosse quem buscasse estabelecer interlocução com a obra de a Frank Lloyd Wright ou a de Le Corbusier, ou ainda admirasse arquitetos locais como Niemeyer ou os irmãos Roberto. Ainda que não estudassem em edifícios modernos, pois nem a FAU-USP nem o Mackenzie tinham essas acomodações, os da FAU-USP, pelo menos, tiveram a oportunidade de trabalhar no Ateliê, o anexo de estrutura e cobertura metálica construído nos fundos da Vila Penteado, na Rua Maranhão. Essa experiência espacial e construtiva, de convívio e de troca de conhecimentos e de dúvidas, nesse singelo prédio também alimentou a formação moderna dos jovens estudantes, como demonstra sua produção posterior. Maitrejean fazia parte assim de um grupo de jovens promissores, que começaram sua atividade profissional entre 1950 e 1960 aproximadamente, dentre os quais destacam-se: Carlos Lemos (1925, Mackenzie 1950), Carlos Millan (1927 – Mackenzie, 1951), Eduardo de Almeida (1933 – FAU-USP, 1960), Fábio Penteado (1929 – Mackenzie, 1953), Joaquim Guedes (1932 – FAU-USP, 1954), João Toscano (1933 – FAU-USP, 1957), Jorge Wilhelm (1928 – Mackenzie, 1952), Julio Katinsky (1932 – FAU-USP, 1957), Ludovico Martino (1933 – FAU-USP, 1960), Paulo Mendes da Rocha (1928 – Mackenzie, 1954), Pedro Paulo de Melo Saraiva (1933 – Mackenzie, 1955), Roger Zmekhol (1928 – FAU-USP, 1952), Rosa Kliass (1932 – FAU-USP, 1955) e Siegbert Zanettini (1934 – FAU-USP, 1961).

Essa geração não teve que dar o salto entre a arquitetura tradicional e a moderna, atuou desde os primeiros projetos já nas fileiras do modernismo, tanto porque sua formação acadêmica foi fundamentada nas premissas da arquitetura moderna, ainda



Figura 1: Carimbo utilizado pelo Arquiteto nos últimos projetos.
Fonte: Fotografia de Fernando Vazquez.

que a estrutura curricular fosse em grande parte conservadora, ou porque trabalharam junto a arquitetos modernos em seus escritórios, inicialmente como desenhistas para depois exercerem atividades de arquitetos plenos. Muitos deles, ainda se ligaram desde jovens, ainda estudantes, às atividades profissionais do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento São Paulo (IAB-SP), com o que desde cedo estiveram lidando com questões de ofício e de definição da profissão do arquiteto em um Brasil que ainda precisava definir a atribuição desse profissional. Lutaram assim desde cedo pela profissão e se constituíram como arquitetos e como professores, passando aos jovens que estudaram posteriormente com eles, nos anos 1960, a força moral, a ética de projeto, e o interesse nas questões construtivas e da industrialização, que foram, e talvez continuem sendo ainda, determinantes para a compreensão do fenômeno, bastante unitário, apesar das diferenças formais, que representa a arquitetura moderna paulista, no momento de sua consolidação, nos anos 1960 e 1970.

Os caminhos que esses arquitetos tomaram após o divisor de águas do golpe de 1964, e especialmente, após a ruptura das garantias individuais dos atos de 1969, que mudou a vida de muitos deles, especialmente a de Maitrejean, dependeu muito das oportunidades que tiveram para poder desenvolver suas respectivas sensibilidades pessoais. A marca da modernidade, contudo, nunca foi delével e os acompanhou pela vida toda.

Formação do arquiteto e professor

² Anhaia Mello, além de primeiro Diretor da FAU-USP, foi: Vereador na década de 1920; Prefeito de São Paulo entre 06/12/1930 e 25/07/1931 e 14/11/1931 e 04/12/1931; diretor do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos (CPEU) da FAUUSP, instalado em 1955, entre 1957 e 1961, dentre outras funções e cargos exercidos.

Jon Maitrejean ingressou em 1949, como primeiro colocado, na segunda turma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, fundada em 1948 por Luis Ignácio de Anhaia Mello,² seu diretor até 1951. Nesses primeiros anos de funcionamento da FAU-USP, a grade curricular era uma mistura entre disciplinas técnicas, oriundas da Escola Politécnica, e artísticas, ministradas por artistas plásticos. Engenheiros-arquitetos, como João Batista Vilanova Artigas, faziam parte também desse variado conglomerado de profissionais, voltados não somente para a arquitetura, como para o urbanismo, ainda que as disciplinas deste campo se encontrassem concentradas nos últimos anos de formação. Anhaia Mello foi o responsável pela inclusão das matérias de urbanismo, pois além de lecionar estética e composição, praticava e ministrava essa disciplina. A estrutura de ensino da flamante nova escola era, no entanto, um modelo hierarquizado, moldada nos padrões da Escola Nacional de Arquitetura (VIDOTTO, 2014, p. 48) no qual alunos aderiram a mestres com os quais se identificavam por razões das mais variadas, das políticas às plásticas.

Maitrejean seguiu as propostas de Artigas, com quem manteve uma longa relação de amizade, mas foi com Abelardo Riedy de Souza com quem começou a trabalhar desde o 2º ano da escola, ainda que nem sempre compartilhasse das propostas plásticas do arquiteto carioca. Era muito bom desenhista e isso lhe valeu o trabalho de estagiário no escritório do professor, desde 1950 até finalizar o curso em 1953, passando em 1955, a arquiteto colaborador. Participou neste escritório de projetos para a Companhia Nacional Imobiliária (CNI), e para os edifícios Três Marias e Nações Unidas, ambos na Av. Paulista. Seu desempenho no escritório de Abelardo lhe ofereceu outras possibilidades, como a de trabalhar como desenhista para Lina Bo Bardi, que precisava de alguém para desenhar as pranchas da sua residência no longínquo Morumbi.

Em novembro de 1954, por indicação também de Abelardo de Souza (CAMARGO, 2015, p. 4), tornou-se o primeiro docente da FAU-USP egresso da mesma instituição. Foi assistente na Cadeira nº 16, "Composição de Arquitetura-Pequenas Composições", da qual era Regente Abelardo, atuando no 2º ano. A Cadeira nº 16 já tinha sido ocupada por Vilanova Artigas,³ desde 1948 e por Hélio Duarte até 1953. Tratava-se de uma disciplina importante, pois a Cadeira de Composição, herdada da Politécnica, era a que diferenciava a formação entre engenheiros e arquitetos (engenheiro-arquiteto), pois nela o objeto de estudo e ensino eram as edificações.

³ Em 1954 houve um concurso de títulos para preencher a regência de "Composição de Arquitetura, Pequenas Composições I e II" e "Composição de Arquitetura, Grandes Composições I, II e III", Artigas que era o professor que ministrava essas disciplinas perdeu o concurso, quem ganhou foi Abelardo de Souza, que era seu assistente. (RIBEIRO; RIBEIRO; ROSENDO, 2001, p. 186)

Maitrejean, não só desempenhou atividades de docente, como também participou do constante debate sobre o ensino da arquitetura, tema que ainda lhe preocupa. Em 1955 intermediou as relações entre a FAU-USP e o IAB por conta da aprovação do primeiro Regulamento da Faculdade e sua autonomia. (VIDOTTO, 2014, p. 123) À época o IAB tinha enorme protagonismo, e interesse, em relação ao ensino da arquitetura, pois a entidade afirmava que cabia aos arquitetos já formados decidirem sobre esse tema (VIDOTTO, 2014, p. 181).

Esses primeiros 10 anos da FAU-USP foram atribulados porque a faculdade estava se formando junto com a profissão do arquiteto, que conhecia um momento de afirmação. O sucesso internacional da Arquitetura Moderna Brasileira no período, com publicações internacionais registrando as suas qualidades contribuíam para articular

⁴ Até a reforma de 1962 a FAU-USP não teve nenhum diretor arquiteto.

⁵ Formado em 1951, pela Faculdade de Arquitetura Mackenzie, entrou como professor nessa escola em 1958. “Em 1959, Roberto Cerqueira César e Luiz Roberto Carvalho Franco convidam Millan para ocupar uma vaga na cadeira de Composições do 4º ano da FAUUSP, que estava disponível após remanejamento de professores iniciado com a saída de Rino Levi da escola no ano anterior”. (MATERA, 2005, p. 94)

⁶ Formado em 1957 pela FAU-USP, entrou nessa escola como Professor Assistente em 1958. Grinover foi aluno de Maitrejean.

⁷ No texto sobre o Ateliê Integrado redigido por Millan (1962) consta a informação de que também participou dessa comissão Gian Carlo Gasperini, contudo Gasperini não era professor da FAU-USP em 1962, pois só ingressou na carreira docente, com Professor Assistente, em 1974, como consta no seu Currículo Lattes. Maitrejean, em depoimento a estes autores, afirmou que não se recordava dessa participação. Ainda assim, há dados de que Gasperini participava das atividades de FAU-USP no início dos anos 1960, provavelmente por iniciativa de Plínio Croce, e é signatário de uma carta, de 11 de setembro de 1961, reclamando do afastamento do diretor Anhaia Mello. Começou o mestrado em 1963, finalizando em 1966.

⁸ Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, o Departamento de Projeto e o Departamento de Tecnologia.

⁹ A história dos decretos de afastamento dos professores da USP pode ser consultada em ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP (2004, p. 45-50).

a profissão à formação moderna. Entretanto, em termos sociais e institucionais, havia um desnível entre o prestígio das qualidades da arquitetura produzida e o reconhecimento da profissão. Maitrejean lembra que nos anos 1950, por exemplo, não existia a carreira de “arquiteto” na administração pública e que a contratação deste tipo de profissional só começou no final da década com atividades relacionadas ao Departamento de Obras Públicas (DOP). A luta de Artigas pelo reconhecimento da profissão e pela participação ativa de arquitetos na formação dos futuros profissionais era intensa, tanto na Faculdade, onde a luta era para ter um diretor arquiteto,⁴ como no IAB, onde as lutas dos alunos por uma escola de arquitetos para arquitetos eram pauta permanente.

Vale registrar que a luta pelo aprimoramento da formação e reconhecimento da profissão de arquiteto e urbanista, articulada a difusão da arquitetura moderna, também, era interpretada como uma luta pelo desenvolvimento do país. O modernismo arquitetônico, ligava-se a modernização material. O horizonte almejado, era o da industrialização da construção, setor no qual os arquitetos, além de representarem a modernização através das obras modernas, poderiam contribuir para a sua efetivação.

Em 1962, participou, junto com Carlos Millan⁵ e Lúcio Grinover,⁶ da “Comissão de Estudo do Ateliê”, que formava parte do Plano Reforma Curricular.⁷ Um programa que pretendia substituir as disciplinas isoladas dos planos de 1948, da frustrada reforma de 1957 e do Currículo de 1961, criando um eixo organizador do ensino, apoiado sobre as velhas Cadeiras de Composição (nas quais Maitrejean e Millan tinham sido professores assistentes), agora transformadas em disciplinas de projeto.

Ainda que a reforma de 1962 concretiza-se a “introdução do atelier de projetos como cerne do ensino de arquitetura e urbanismo, para o qual se voltavam todas as disciplinas, em uma estrutura que unificava a formação profissional do arquiteto e do urbanista” (VIDOTTO; MONTEIRO, 2015, p. 22), ele nunca foi realmente implantado com essa dimensão proposta. Contudo, foi importante para o processo de reformulação geral do ensino na FAU-USP que determinou a reforma curricular de 1962, protagonizada por João Batista Vilanova Artigas, Carlos Millan e Lourival Gomes Machado, entre outros. Uma reforma que estruturou a Faculdade em três Departamentos: de História, de Projeto, e de Técnica.⁸

Ainda, fora estas atividades ligadas à docência e à estrutura do ensino, Maitrejean trilhou o caminho da representação da FAU perante o Conselho Universitário da USP. Foi Conselheiro Universitário desde a 616ª sessão, de 21 de outubro de 1968, até a 664ª sessão, de 29 de abril de 1969 (RANIERI, 2005, p. 374-380). Justamente a data na qual foi aposentado compulsoriamente pelo Decreto Presidencial de 29 de abril de 1969, um dos dois decretos assinados pelo general Artur da Costa e Silva, nesse ano que, amparados no vergonhoso Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, cassaram, dentre vários opositores do regime militar, 24 professores da USP, incluindo o Reitor em exercício, Helio Lourenço. Da FAU-USP, entre os dias 29 e 30, além de Maitrejean, foram cassados Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha.⁹ Curiosamente, só o nome de Artigas constava nas listas dos dois decretos (28 e 29 de abril). Mendes da Rocha e Maitrejean, não constavam da lista do dia 28. Contudo, apareceram na lista do dia 29. Maitrejean intui que sua expulsão, a diferença da de Artigas que foi evidentemente por motivações político-partidárias, se deveu a sua exclusivamente à

sua atuação como Conselheiro Universitário, pois não era filiado ao Partido Comunista Brasileiro, como Artigas, ou a qualquer outra organização de esquerda.

Seja qual fosse a razão das injustas demissões, e de forma triste, como afirma Sergio Ferro (2015) “não houve quem protestasse por parte da USP, nem da FAU-USP pela ignomínia desse ato ardeiro e politicamente dirigido”, como afirmou Maitrejean (2015, 8:39-8:50), muito tempo depois, a “eliminar o esquerdismo da intelectualidade que dava aula na USP. Ela atingia especificamente as lideranças de esquerda”.

A cassação, para Maitrejean e para todos os docentes, afora os demais, foi traumática, obrigou de forma compulsória a rever a relação da arquitetura com a dimensão política e a própria inserção profissional, como será visto. Mas Maitrejean não pretendia deixar a docência, que fazia parte de sua dedicação à arquitetura. Após uma década, em 1977 se incorporou à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (FAUS), da qual foi também Diretor. Na FAUS teve a oportunidade de atuar junto a outros colegas que compartilhavam seu entusiasmo pelo ensino da arquitetura e do urbanismo nos moldes disciplinares da FAUUSP de 1962, como Oswaldo Corrêa Gonçalves. Permaneceu ligado à FAUS até 1983.

O lento processo de redemocratização do Brasil permitiu que Maitrejean voltasse à FAU-USP. Entretanto, esse processo não foi fácil, e, sobretudo, nem moralmente justo. Assim, apesar da revogação dos atos institucionais pela Emenda Constitucional nº 11 de 13 de outubro de 1978, a reversão dos danos causados demorou e esteve coalhada de empecilhos. O primeiro deles foi a Lei 6683 de 28 de agosto de 1979 de anistia parcial, que obrigava aos expurgados a solicitarem a reintegração às atividades que exerciam quando da cassação, contudo, condicionada à existência de vagas e ao interesse da administração da instituição ou de seus superiores na reintegração de cada um dos solicitantes. (GRECO, 2003, p. 299) Professores e pesquisadores da USP, e de outras instituições, consideraram as exigências como “obstáculos” à reintegração plena dos expurgados, e assim o manifestaram em documento enviado à Comissão Mista sobre Anistia do Congresso Nacional antes da aprovação da lei (GRECO, 2003, p. 303-304).

Os três professores da FAU-USP tiveram assim que esperar até o segundo semestre de 1980 para conseguir seu regresso à escola que tinham ajudado a fundar e construir 30 anos antes. Como se isso não fosse o bastante, o retorno à FAU foi “por baixo”, sendo readmitidos sob o constrangimento de “receber o status de docentes em início de carreira”, ou seja, professor auxiliar de ensino (CAMARGO, 2015, p. 6). Em que pese essas condições, Maitrejean se reintegrou como professor no Departamento de Projeto, onde atuou até sua aposentadoria em 1987. A aposentadoria, desta vez, não foi uma imposição administrativa, mas uma decisão consciente do próprio professor que não encontrava, naquela FAU de finais dos anos 1980, o espírito renovador e libertário que tinha prevalecido nos anos anteriores ao golpe militar de 1964.

Em 1998, quando os 50 anos da FAU-USP foram comemorados com a exposição Cinco Décadas de Arquitetura: Uma Leitura, realizada no Museu Brasileiro da Escultura, entre outros festejos, Maitrejean foi convocado por Abrahão Sanovicz, curador geral da exposição, para organizar a apresentação da primeira década da escola (1948-1958). Colaborou, nessa empreitada, com outros colegas mais jovens, como

Maria Helena Flynn, Roberto Portugal Albuquerque, Milton Braga e Fernanda Bárbara, que, respetivamente, foram responsáveis pela organização dos períodos: 1959-68, 1969-78, 1979-88 e 1989-98.

Mas, Jon Maitrejean não conseguiu nunca esquecer sua vocação docente e, em 1994, voltou à universidade, desta vez, como professor de Projeto de Arquitetura do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, onde continua sua incansável atividade docente até hoje.

Participação em entidades e órgãos deliberativos

Maitrejean manteve desde os anos 1950 uma intensa participação nos órgãos de defesa da profissão do arquiteto. Engajou-se primeiro no IAB-SP, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo, onde começou como “sócio aspirante”, uma categoria inventada no início dos anos 1950 para incorporar aos ativos os estudantes de arquitetura da FAU-USP e do Mackenzie que queriam participar das atividades do Instituto. A primeira ação que os estudantes desenvolveram foi criar o NEDAB, o Núcleo de Estudos e Divulgação de Arquitetura no Brasil, que organizava exposições sobre a jovem arquitetura brasileira e convocava personalidades da época para debater sobre a realidade nacional. Os encontros do NEDAB foram muito bem-sucedidos, promovendo ainda mais a ativa vida social e cultural do IAB, mas, sobretudo, deram visibilidade e força aos recém-formados arquitetos para ir ocupando lugares de comando no Instituto.

Como decorrência dessa atuação como estudante, formado, Maitrejean tornou-se cedo, em 1955, Conselheiro Diretor, junto com o colega Jorge Wilhelm, e os mais velhos como: Ariosto Mila, Wilson Maia Fina e Eduardo Kneese de Mello. Posteriormente, foi 2º Secretário, na gestão de Júlio José Franco Neves (1966-67), aí numa chapa de coligação entre representante de direita e de esquerda, sob o regime militar, com Neves de um lado e Wilhelm do outro. Maitrejean participou junto à equipe de Jorge Wilhelm. Depois, foi Conselheiro Superior (titular) nas gestões de Paulo Mendes da Rocha (1972-73) e de Cesar Galha Bergsrtom Lourenço (1980-81). Finalmente, formou parte da diretoria do IAB-SP na gestão de Fábio de Moura Penteado (1994-95) (IAB, 2018).

Foi, também, Vice-diretor da Divisão Nacional de Ensino de Arquitetura do IAB/Brasil, entre 1965 e 1966.

Desenvolveu atividades também em outras instâncias vinculadas à profissão, como o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP), fundado em 1971, do qual foi Presidente na gestão 1978-80, ou ainda o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de São Paulo (Crea-SP), do qual foi conselheiro, como representante do IAB-SP, de 1970 a 1973; novamente entre 1973 e 1976 quando foi Membro da Comissão de Planificação e Orçamento e da Comissão de Atribuições no exercício 1975-76. No período 1982-85, ocupou o cargo de 1º Secretário no exercício de 1984-85. Sua última participação foi entre 1985 e 1988, ocupando o cargo de 1º Vice-Presidente.

Maitrejean foi, por 10 anos, conselheiro no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Primeiramente, como representante do IAB nos colegiados de números 21 (08/2000 a 07/2002), 22 (09/2002 a 09/2004); e 23 (05/2005 a 09/2006), todos eles presididos por

José Roberto Fanganiello Melhem. Ainda, como representante do IAB, foi conselheiro no 24º Colegiado (10/2006 a 07/2007), sob a presidência de Carlos Alberto Dêgelo; e no 25º Colegiado (03/2007 a 12/2008), sob a presidência de Adilson Avansi de Abreu. Em 2008, voltou a ser nomeado conselheiro, mas desta vez indicado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico - UPPH), sob a presidência de Rovená Negreiros. Terminou seu mandato em 2010 (CRISPIN, 2014).

No Conselho, atuou, por exemplo, no famoso processo de remembramento de lotes da Rua Livreiro Saraiva, de 2008, que colocou em questão a possibilidade de desfigurar o bairro jardim. Maitrejean se manifestou contrário ao remembramento, o Condephaat manteve esse entendimento, embora tenha sugerido que o remembramento poderia acontecer no subsolo, critério defendido pelo arquiteto. No relatório sobre o tombamento do bairro do Pacaembu, Maitrejean aponta questões de sentido comum que dificilmente são colocadas em pauta nos dias atuais. Por exemplo, questionando a proposta do Departamento Técnico perguntou qual era o sentido de exigir o plantio de cinco árvores dentro dos lotes de novos projetos: “a maioria da residência não possui árvores – afirmou Maitrejean – [as ruas é que são arborizadas] [...] Novamente lembramos que preservar não é melhorar. Como explicar que num bairro tombado com residências sem árvores, agora exijamos cinco?” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2010, p. 102) Em 2006 foi relator, também, do processo de tombamento do edifício Abaeté,¹⁰ obra de Abrahão Sanovicz, embora em 2013, quando o processo finalmente chegou ao Colegiado, foi retirado da pauta, para análise junto com outro processo que tratava do estudo de tombamento de edificações no bairro de Higienópolis (JUSBRASIL, 2010, online).

¹⁰ Tombado em março de 2018 pelo Conpresp.

Suas convicções sobre tombamento são fortes. Pensa que a figura do tombamento é uma “figura autoritária”, que carrega sobre o proprietário do imóvel tombado todo o ônus da conservação do bem, quando deveria ser o poder público quem deveria assumir o ônus da preservação. O tombamento é um reconhecimento por parte da sociedade de que um bem é valioso para a ela, assim corresponderia à sociedade, através das instâncias governamentais assumir os custos dos tombamentos. Há nessa concepção um entendimento do Estado, que extrapola a questão patrimonial, mas que, no caso, o interpreta como o órgão que deve ser responsável, ou deve abrigar os anseios pela definição e constituição da dimensão cultural da própria sociedade, acima de eventuais disputas e interesses específicos. Isso não impede que considere outras situações, que por ventura tenha outros protagonistas. Maitrejean cita como um bom exemplo de conservação do patrimônio construído o casarão que pertenceu à família de Ramos de Azevedo, tombado como patrimônio histórico em nível municipal e estadual em 1985. A construção permaneceu fechada por muitos anos, mas em 1988 foi vendido para o Grupo Editorial Global, que a mantém até hoje.

O livre exercício da profissão

Em 1955, no início da carreira, Maitrejean trabalhou em parceria com Daisy Igel (1928), recém-chegada dos Estados Unidos, onde estudou no Chicago Institute of Design (inicialmente chamado de New Bauhaus), o que lhe deu a oportunidade de ter “aulas com Mies van der Rohe, Buckminster Fuller e Konrad Wachsmann, e contato próximo com Josef Albers” (NOBRE, 2010, p. 19). A parceria com a designer rendeu

obras importantes, como as residências Israel Klabin e Pedro Franco Piva e o centro de distribuição da Ultragás, cujo projeto foi publicado na revista *Acrópole* (1955, p.21-23), onde Igel foi mencionada em primeiro lugar como projetista. O trabalho com a designer foi farto, ainda que centrado em residências, e a associação durou até 1966, quando Igel voltou para o Rio de Janeiro para assumir um cargo de docente na Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), que tinha sido criada em 1963.

Outros colaboradores dessa primeira época foram os arquitetos Helmut Hein, que teve participação nas obras do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (CAMARGO, 2016, p. 198), e a curta sociedade com Armando Peres Gomes, com quem criou a Construtora Construart, dedicada a construir casas para venda comercial, como a publicada na revista *Acropole* (1968), pois, como afirma Maitrejean, “na época não havia grandes obras para fazer” (SAFLEX, 1988), ou, pela sua atuação política, não possuía conexões para projetá-las.

Para o PAGE, contratado pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), projetou as Escolas Estaduais: Maria Pereira de Brito Benetoli, em Auriflama; Senhora de Aparecida, em Jaboticabal; e Prof. Reynaldo Galvão, em Paraguaçu Paulista. Além do Fórum Santa Isabel e do Posto de Saúde em Cunha.

Continuando o trabalho de projeto de escolas, projetou para o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), criado pelo PAGE, no início dos anos 1960, as Escolas Estaduais: Dr. Euphly Jales, em Jales; Profa. Carlota de Negreiros Rocha (1962-67), em Marília; e Zulmira da Silva Salles, em São José do Rio Preto. (MELLO, 2012) Assim como, para o Departamento de Obras Públicas (DOP), o Centro Educacional de João Ramalho, em São Bernardo do Campo.

No início dos anos 1960, Maitrejean trabalhou também junto com outros arquitetos em alguns concursos de projetos, como o da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1962), que desenvolveu com Francisco Petracco, Nelson Morse e Telesforo Cristofani. Curiosamente, não participou de nenhuma das equipes que postularam projetos para o concurso do Plano Piloto da Nova Capital, segundo seu depoimento, “não se sentia capacitado para pensar uma cidade” (Informação verbal)¹¹.

Em 1969, após sua vexaminosa aposentadoria compulsória da FAU-USP, começou a trabalhar para a Duratex S/A Indústria e Comércio, onde permaneceu até 1972 como chefe¹² da Divisão de Produtos Novos. A Duratex, empresa fundada em 1950 com a finalidade de produzir chapas de fibra de madeira, diversificou suas atividades em finais dos anos 1960, para tanto, além de incorporar novas frentes de produção de materiais de construção, como a fabricação de metais (Deca) ou de cerâmicas (Louças Jundiaí), montou uma divisão de ideação de aplicações de seu principal artigo, a chapa de fibra de madeira, em objetos, os mais variados, destinados à construção civil.

Há um comentário necessário sobre a participação de Maitrejean na Duratex. O projeto nacional-desenvolvimentista que a intelectualidade, sobretudo a de esquerda, abraçou até o golpe militar de 1964, apenas seria possível com o aprimoramento da democracia. Essa articulação entre desenvolvimento econômico de base industrial e componente política democrática, Guido Mantega nomeou como “Modelo Democrático-Burguês”, que afirmava que a industrialização, porque vinculada aos

¹¹ Informação verbal subministrada em entrevista realizada no dia 27 de julho de 2018 com os professores Fernando G. Vázquez Ramos e Miguel A. Buzzar.

¹² “Eu era chefe de mim mesmo, era eu que pensava e desenvolvia os produtos, assessorado pelos técnicos da fábrica”. Informação verbal, em entrevista aos autores em 3 de agosto de 2018.

objetivos da burguesia industrial, que por definição, também seria portadora da democracia, necessitava derrotar o arcaísmo representado pelas oligarquias agrárias e pelo setor agroexportador, politicamente, conservadores. O golpe militar, a favor e articulado pelos últimos, economicamente, aniquilaria a indústria em formação. A realidade mostrou-se outra, sem democracia, mantendo e aprofundando o caráter socialmente regressivo da industrialização brasileira (industrialização com baixos salários), o regime militar manteve o perfil do desenvolvimento dependente do país. Como vários outros colegas, que comungavam ideais nacional-desenvolvimentistas, Maitrejean, por caminhos diversos do que imaginava realizou trabalhos, que em tese fugiam das formulações teóricas. Trabalhos percebidos por vezes, como contradições do sistema que deveriam ser exploradas.

¹³ Idem.

Assim, a experiência mostrou-se importante para o arquiteto, que se viu frente a uma nova dimensão da industrialização, a da invenção, estudo e desenvolvimento de novos produtos que utilizassem as chapas fornecidas pela empresa como matéria prima. E não foram poucos. Entre eles, Maitrejean¹³ destacou as “formas para moldar lajes de concreto” que adotaram um formato curvilíneo criando uma laje tipo abóbada catalã, uma adaptação das chapas planas graças a sua capacidade de serem moldadas com calor. Maitrejean usou essas formas na sua residência para construir a laje acima da garagem. Também desenvolveu chapas decoradas com formato de azulejos, mais precisamente, “paredes azulejadas”, pois as chapas mediam 2,44 x 1,22m. Para esse produto, Maitrejean trabalhou em colaboração com duas das divisões da empresa, a que produzia chapas (Duratex) e a que produzia tinta (Duraplac, subsidiária criada em 1968), além de engenheiros mecânicos que adaptaram as máquinas da empresa para poder criar o produto. As placas lisas tinham que ser riscadas transversal e longitudinalmente para formar a grade dos azulejos (imitando a junta de azulejos montados numa parede) para depois serem pintadas, com a decoração dos azulejos, e finalmente protegidas contra cupins.

¹⁴ Idem.

Mas, a empresa não estava interessada no desenvolvimento destes produtos, sua intenção, funcionando como uma espécie de incubadora, era a de viabilizar a formação de terceiros que fossem capazes de usar os produtos da Duratex como matéria prima, assim pouco tempo depois o arquiteto deixou a empresa, mas a experiência acumulada nunca deixou o arquiteto que se lembra dessa etapa de sua vida como um momento feliz de aprendizado.¹⁴ Sua própria residência obra de 1971 (Figura 2), no bairro do Caxingui em São Paulo, “explora de maneira criativa as soluções possíveis da utilização de elementos industrializados” (BELLEZA, 1997, p. 333).

Após Duratex, o arquiteto se vincula, por um curto período, de 1972 a 1973, como Diretor do Departamento de Arquitetura, à firma Serete S.A. Engenharia, uma companhia de origem francesa que tinha desenvolvido, junto com Jorge Wilhelm, o Plano Preliminar de Urbanismo de São Paulo, 1964. Nessa companhia dirigiu os trabalhos de projeto das Centrais de Abastecimento de Belém (CEASA), no Pará, e o projeto de autoria de Paulo Mendes da Rocha para o estádio da Fundação Estadual do Esporte, Serra Dourada, Goiânia; assim como, o Centro de Distribuição da empresa Colgate Palmolive.

Aproveitou também de uma viagem realizada junto ao colega Georges Salim Sallouti (1936-1988), seu futuro sócio, para ver as obras de construção de cidades na *banlieue*



Figura 2: Residência do arquiteto Jon Maitrejean. Fachada principal, São Paulo, 1971. Fonte: Foto de Marco Mancini. Acervo do arquiteto Shieh Shueh Yau, cordialmente cedida.

de Paris, que a matriz francesa da Serete promovia quando a França era governada por Georges Pompidou e as periferias criticadas por Henri Lefebvre no seu famoso *Le droit à la ville*, de 1968.

O aprendizado na Serete foi muito importante, segundo suas palavras, não só porque o familiarizou com trabalhos de grande porte, sobretudo ligados a questões de abastecimento, mas também porque foi nessa empresa que entrou em contato com Sallouti, que nela trabalhava desde 1971. Ambos saíram da empresa em 1973, Sallouti para os Supermercados Peg-Pag, que mudou o sistema de vendas de varejo, e Maitrejean para ocupar o posto de Diretor de Arquitetura na empresa Quatro Rodas Empreendimentos Turísticos,¹⁵ onde, em um ano intenso, participou de diversos projetos de hotéis: em São Luiz do Maranhão, na Praia de Calhau, Piauí, o Hotel de Natal, em Ponta Negra, RN, o Hotel Olinda, na Praia da Casa Caiada, em Pernambuco e o Hotel de Salvador, na Praia de Itaporã, na Bahia. Maitrejean morou um tempo em Recife, justamente para poder tocar essas obras no nordeste.

Mas, nesse meio tempo, não deixou de desenvolver trabalhos como arquiteto independente, aproveitando a ampla formação que o percurso por essas empresas tinha lhe aportado. Em 1968, projetou, o edifício da Câmara Municipal para a Prefeitura Municipal de Jundiá, com seu belo Salão Nobre do Plenário.

Outros colegas com os quais trabalhou, e manteve uma rápida sociedade no início dos anos 1970 foram Dicran Kassardjian, José Alberto Soares e Helena Afanasieff, no projeto do Estádio Municipal de Serra Dourada em Goiânia (1973). Segundo Maitrejean (SAFLEX, 1988): “A gente montava escritório, uniam-se três ou quatro arquitetos,

¹⁵ Maitrejean em conversa com os autores mencionou que foi “contratado para resolver projetos e teve que viajar bastante”. Entrevista de 27 jul. 2018.

faziam as casas dos parentes e amigos e não havia mais serviço”. Essa prática continuou ainda durante a sociedade com Sallouti, como no caso da colaboração com Cláudio Cavalcanti, com quem projetaram, em 1983, um Hotel Hollyday Inn no terreno do antigo Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, que não teve continuidade pelos evidentes problemas legais e patrimoniais que o empreendimento demandava (Figura 3).

Mas, finalmente, aproveitando um terreno que a rede de Supermercados Peg-Pag tinha comprado na Marginal Pinheiros, em 1974, trazido por Sallouti, este e Maitrejean projetaram, em 1975, o que posteriormente seria conhecido como Edifício Passarelli (Figura 4). Um projeto que partiu da premissa de uma grande alteração urbanística, da região, que retalharia o terreno, deixando só uma extremidade livre para construção de um edifício de escritórios com um estacionamento em nível. No final da década de 1970 a Peg-Pag vendeu o terreno, e o projeto para Sylvio Passarelli, que o transformou na sede de sua empresa, que pediu algumas alterações aos arquitetos, como a inclusão

Figura 3: Estudo Hotel Hollyday Inn. Urca, Rio de Janeiro, Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos (com Cláudio Cavalcanti), 1983. Fonte: Acervo do arquiteto Jon Maitrejean, cordialmente cedida.



Sallouti, de origem palestina (nascido na cidade de Haifa), tinha-se formado arquiteto, em 1967, pelo College of Environmental Design da Universidade de Califórnia em Berkeley, e dispunha de respeitável experiência profissional nos EUA, com projetos de Malls (Shopping Centers). Sua família tinha emigrado da Palestina para o Brasil nos anos 1950 e Sallouti veio para São Paulo convidado para trabalhar no escritório de Henrique Mindlin,¹⁶ em 1968.

Nesse escritório, onde trabalhou até 1971, participou de projetos como a Fábrica da IBM, o imponente Hotel Sheraton do Rio de Janeiro, e o banco da Lavoura, em São Paulo. Mas, se vinculou também a várias empresas de engenharia que aproveitaram sua experiência e formação, como as mencionadas Serete e os Supermercados Peg-Pag, e ainda a Milder-Kaiser Engenharia, subsidiária da Kaiser International, empresa na qual tinha trabalhado nos EUA, entre 1962 e 1968. Mas, certamente, o aprendizado maior foi nos Supermercados Peg-Pag, pelo menos tendo em conta o desenvolvimento do escritório que montou em sociedade com Maitrejean, porque o know-how da montagem de lojas de varejo e de atacado, que seria um “nicho” de projeto do escritório, veio daí. Ainda assim, Sallouti era um arquiteto bastante versado, como demonstra sua participação no concurso para o Pavilhão de Osaka (1970), junto à equipe de Flávio Mindlin Guimarães, Marklen Landa e Roberto Loeb, que foi uma das cinco que compartilharam o 4º Prêmio (FIALHO, 2007, p. 134).

Maitrejean manteve a sociedade com Sallouti até o falecimento deste em 1987, embora Maitrejean tenha continuado projetando no mesmo escritório até 2013. Um de seus últimos projetos foi em São Carlos, o prédio da loja Tenda (antiga Vila Nova), outro em Diadema, onde reformou uma antiga fábrica para transformá-la num Supermercado Assaí. Apesar de ter entrado no século XXI projetando, nunca usou computador, continuou desenhando a mão, sem precisar do Autocad, e sobre o BIM, diz que “o projetista tem que ser um técnico em construção para poder usá-lo, pois não é uma ferramenta para conceber projetos, mas só para definir a obra construtivamente” (Informação verbal)¹⁷.

O forte do escritório Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos, como apontado, foram os empreendimentos comerciais, especialmente edificações para grandes redes varejistas e de supermercados, como: Alô Brasil, Atacadão, Assaí, Big, Paes Mendonça, Messias, Vila Nova ou Tenda, e indústrias, como a Magnafer e a Constanta Eletrotécnica S/A. Mas, o escritório teve uma atividade bem diversificada, produto da experiência de seus sócios e dos conhecimentos adquiridos no desenvolvimento de diversas tipologias arquitetônicas, associado a uma metodologia de projeto, e de produção de projetos, apurada e precisa que permitia um desenvolvimento eficiente de muitos projetos por ano. Projetos, por certo, de grande tamanho e complexidade, tanto funcional como construtiva.

Alguns deles, como a loja para o Supermercado Sé, de 1983, em São Paulo, “chamado de ‘pós-moderno’ na época de sua inauguração, que inovou a linguagem de edificações desse tipo, associando uma linguagem diferenciada do tradicional ‘galpão’ de vendas”, (BELLEZA, 1997, p. 335), ou ainda o Hipermercado Paes Mendonça, de 1981, em Aracajú, que “explora mais especificamente o monobloco como invenção em função das dimensões do terreno” (BELLEZA, 1997, p. 335), são exemplos apurados das transformações que a técnica da industrialização, junto à experiência profissional e à capacidade criativa da dupla Maitrejean e Sallouti poderia dar.

¹⁷ Entrevista com os autores em 27 jul. 2018.

Alguns problemas, desse tipo de programa, eram cruciais para o bom desenvolvimento dos projetos. O primeiro era a própria implantação, pois sendo normalmente lojas construídas em terrenos de grandes dimensões a relação com a cidade era fundamental era de fundamental importância, em termos de acesso e em termos da conformação do edifício em relação ao tecido urbano. Assim, a resolução do acesso, pensando que deveriam ser separados acessos de clientes (de carro) dos de abastecimento (caminhões, ou ainda carretas), em geral, determinava uma organização do projeto com estreita relação ao viário e à organização dos fluxos da cidade. Depois, no edifício propriamente dito, as questões das instalações, principalmente o escoamento das águas pluviais, exigiam soluções específicas, pois as coberturas enormes, algumas com mais de 70 m de comprimento, que usavam telhas metálicas contínuas, podiam causar problemas e comprometer o correto escoamento das águas. Fora os problemas técnicos que essas enormes coberturas acarretavam, como a dilatação das telhas que podia chegar a 15 cm.

Mas, não eram só os problemas construtivos, próprios da profissão, que o escritório pensava. Analisando a vasta produção, se percebe com facilidade que “é um dos arquitetos desta geração [moderna] que se envolveu mais intensamente com as questões da industrialização na arquitetura e na construção civil” (JUNQUEIRA, 2016, p. 184). O sistema desenvolvido para o Atacadão, uma rede varejista fundada em 1962, na cidade de Maringá, por Alcides Parizotto, quem a dirigiu até 1991. Foi na interação pessoal com este empresário que Maitrejean pensou e planejou o novo sistema de estocagem de mercadorias: um sistema que acabava com os “depósitos”, transformando toda a área da loja no local de armazenagem das mercadorias. O sistema funcionava porque integrava máquinas (empilhadeiras) e *pellets* no processo de armazenagem. Os edifícios das lojas eram grandes contenedores que precisavam de algumas especificidades técnicas, como a perfeição da execução dos pisos para o bom desempenho das empilhadeiras, ou ainda a rapidez na montagem das estruturas para acelerar a inauguração e utilização das lojas (Figura 5).

Figura 5: Vista aérea do Atacadão. Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos, 1984. Fonte: Revista Projeto, 1985, p. 84.



¹⁸ Entrevista com os autores em 27 jul. 2018.

O “lucro cessante – afirma Maitrejean (informação oral)¹⁸ – passou a ser uma variável arquitetônica, pois quanto antes a loja estivesse em funcionamento melhor seria o rendimento do lojista”. Assim, projetos rápidos, com uma concepção de obra também rápida, passaram a ser o dia a dia do trabalho do escritório. Incluir métodos de montagem em seco, como o das estêreo-estruturas (com módulo fixo de 2,5 x 2,5m), desenvolvidas para o Atacadão, foi uma das estratégias de industrialização aprimoradas pelo escritório Maitrejean & Sallouti durante os anos 1980.

A produção dos tubos das estêreo-estruturas não dependia de um projeto específico, pelo contrário, eram fabricados de forma a poder atender mais de uma loja, estivesse ou não programada para ser construída num momento específico. Para Maitrejean, a relação direta entre o dono da loja, que era também o construtor, e seus fornecedores facilitava a programação e sistematização dos processos construtivos cíclicos. A forma de projetar também se modificou. Deixou de existir o edifício final único, passou a funcionar o sistema de construção de contentores, que dependia da formulação do programa e não das propostas plásticas específicas para cada caso. Assim, um número limitado e preciso de desenhos passou a ser suficientes para estabelecer os parâmetros das obras, não só a determinação dos aspectos físicos, mas fundamentalmente os cronogramas de execução e as tabelas de custos. O sistema industrializado facilitava o processo de projeto da mesma forma que facilitava a construção.

¹⁹ “Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostram que entre 1980 e 1989, a inflação média no país foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os anos de 1990 e 1999, a variação anual subiu para 499,2%.” (G1, 2018, *online*)

Outro fator importante para o sucesso do sistema de armazenamento foi de ordem econômica. Durante os anos da hiperinflação, décadas de 1980 e 1990,¹⁹ a relação com as mercadorias mudou drasticamente. A combinação do fim do Milagre Econômico Brasileiro com a crise do petróleo (1973), “dívida externa elevada, indústria defasada [...] desvalorizações da moeda, para manter o Brasil competitivo (com uma maxidesvalorização em 1979); e pelo aumento do dinheiro em circulação para financiar a dívida externa” (G1, 2018, *online*), gerou novas estratégias empresariais em função da mudança rápida no preço dos produtos. Na hiperinflação o depósito de mercadorias passou a ser importante, não pela relação evidente com o abastecimento das lojas, mas como elemento de investimento. Produtos estocados em grandes armazéns, passaram a ser ativos importantes para o crescimento financeiro dos grupos que gerenciam redes varejistas como o Atacadão.

A experiência acumulada na confecção de projetos comerciais deu grande prestígio ao escritório que recebeu encomendas vindas da África, Angola (1986), onde o escritório realizou cinco propostas de hipermercados que não foram de fato construídos (Figura 6); do Uruguai, solicitado por um empresário local dono da Tienda Inglesa (1987), ou ainda, para Colômbia, também com supermercados. Fora os mais de 120 projetos realizados durante os anos de 1975 e 1987 e outros 80 mais, pelo menos, entre 1988 e 2013, que como dito foi o último ano de atividade projetiva de Jon Maitrejean.

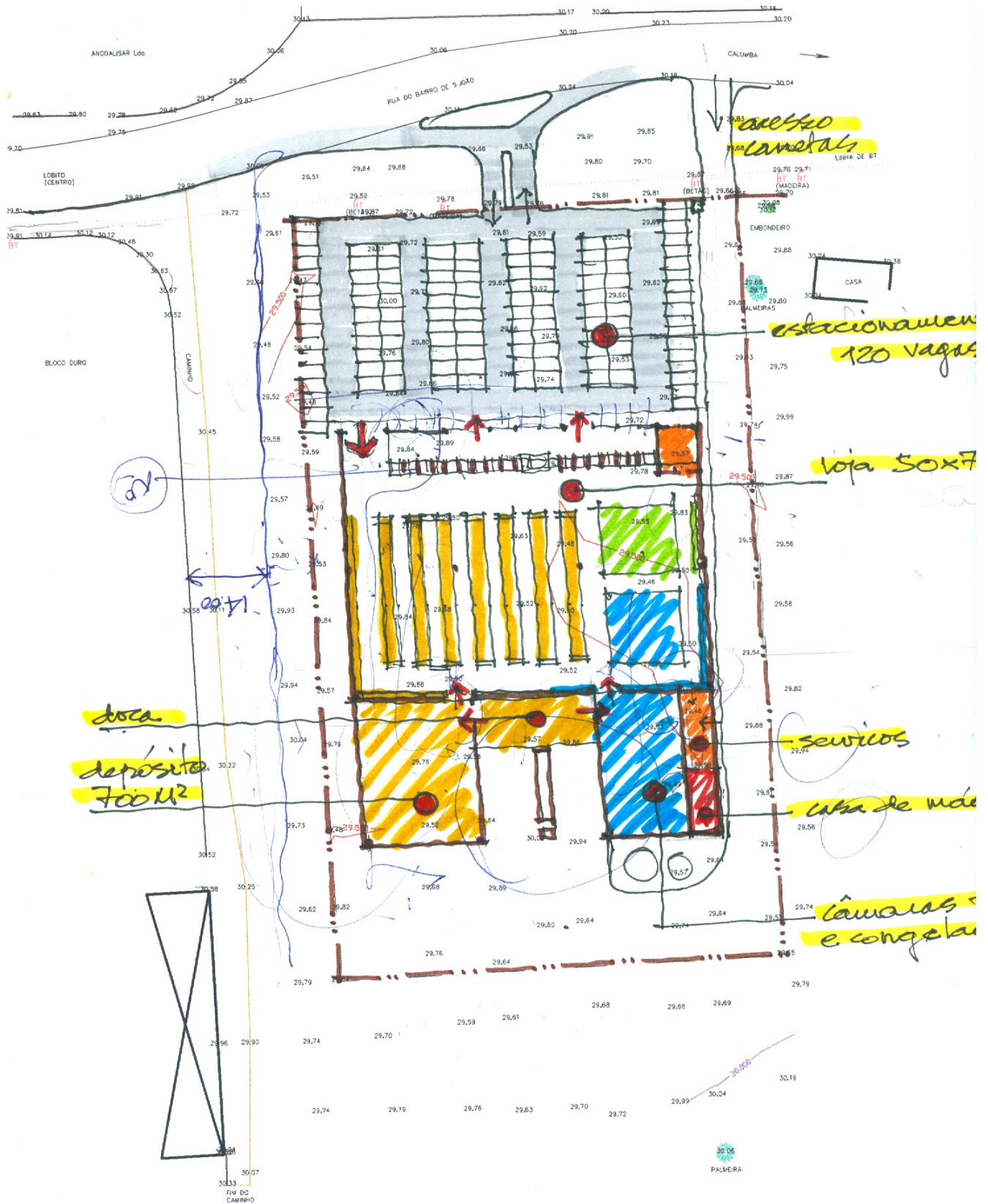


Figura 6: Estudo Hipermercado em Angola. Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos, 1986. Fonte: Acervo do arquiteto Jon Maitrejean, cordialmente cedida.



Figura 7: Jon Maitrejean na sua casa em São Paulo, 2018. Fonte: Fotografia de Paulo Fujioka.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. *O controle ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo: Adusp, 2004. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- BELLEZA, Gilberto Silva Domingues de Oliveira. *Metodologia na apresentação de projetos de cinco arquitetos*. 1997. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CAMARGO, Beatriz Correa. *A universidade de São Paulo durante o regime autoritário*. Comissão da Verdade USP. Ficha individual. Jon Andoni Vergareche Maitrejean. 2015. Disponível em: <<http://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/07/Jon-Andoni-Vergareche-Maitrejean1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- CAMARGO, Mônica Junqueira de. Inventário dos bens culturais relativos ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963). *Revista do CPC*, São Paulo, n. 21, p.164-203, 1º sem. 2016.
- CRISPIN, Felipe Bueno. *Entre a geografia e o patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretária de Estado da Cultura. Condephaat. Sessão Ordinária 1605ª. 29 nov. 2010. *Ata*. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/12/condephaat-resolucao-tombamento-pacaembu-jardins.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- FERRO, Sergio. A FAU-USP e a Ditadura Militar. In: AMORIM, Paulo Henrique. *Conversa Afiada*. O silêncio faz da USP uma aliada da ditadura. Texto de Sérgio Ferro. 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2015/06/23/o-silencio-faz-da-usp-uma-aliada-da-ditadura>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

- FIALHO, Valéria Cássia dos Santos. *Arquitetura, texto e imagem: a retórica da representação nos concursos de arquitetura*. 2007. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- G1. Economia. Como o Brasil chegou na hiperinflação? 2018. *G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/category/sem-categoria/>>. Acesso em 10 jul. 2018.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- IAB. Instituto dos Arquitetos do Brasil. Departamento de São Paulo. *Diretoria*. 2018. Disponível em: <<http://www.iabsp.org.br/iab-sao-paulo/diretoria/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- JUNQUEIRA, Luiz Eduardo Vasconcellos. *Os anexos da FAU-USP: do ateliê da Vila Penteado ao concurso de 1989*. 2016. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- JUSBRASIL. *Página 52 da Executivo* - Caderno 1 do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP). 4 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/55080550/dosp-executivo-caderno-1-04-06-2013-pg-52>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- MAITREJEAN, Jon. Atividade política e exílio. Depoimento sobre João Batista Vilanova Artigas. Vídeo. ARTIGAS, Laura; GORSKI, Pedro (Dirs.). *Ocupação Vilanova Artigas: Atividade política e exílio*. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9-LOgIKAi5U>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Polis / Vozes, 4 ed., 1986.
- MATERA, Sérgio. *Carlos Millan, um estudo sobre a produção em arquitetura*. 2005. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MILLAN, Carlos B. *O Ateliê na Formação do Arquiteto*. São Paulo: FAUUSP, 1962.
- NOBRE, Ana Luiza. Ulm-Rio: questões de projeto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ). 1. 2010. Rio de Janeiro, Simpósio Temático. *Industrialização e planejamento: a produção e a distribuição social da arquitetura contemporânea*. Rio de Janeiro: Enanparq, 2010, p. 1-20. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/67/67-274-1-SP.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco (Org.). *Autonomia Universitária na USP: 1934-1969*. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2005.
- RIBEIRO, Rogério; RIBEIRO, Ana Isabel; ROSENDO, Catarina. *Vilanova Artigas Arquiteto: A cidade é uma casa. A casa é uma cidade*. Almada, Portugal: Casa da Cerca, 2001.
- SAFLEX. Maitrejean, influenciando em seu tempo. *Saflex na Arquitetura*. São Paulo, ano 2, n. 11, monográfico, out/nov. 1988.
- VIDOTTO, Taiana Car. *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no estado de São Paulo: 1978-1962*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- VIDOTTO, Taiana Car; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. O discurso profissional e o ensino na formação do arquiteto e urbanista em São Paulo: 1948-1962. *Pós*, São Paulo, v. 22, n. 38, p. 20-37, dez. 2015.

Textos do arquiteto:

MAITREJEAN, Jon. Sem (essa) estética. *Arquitetura e Urbanismo* (AU), São Paulo, n. 7, p.44-45, jun./jul. 1986.

RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgard A.; MAITREJEAN, Jon. Análise de cursos de graduação. *Projeto*, São Paulo, n.81, p. 66-67, nov. 1985.

Outros livros, trabalhos acadêmicos e revistas onde aparecem obras do arquiteto:

A CONSTRUÇÃO. Holiday Inn Crown Plaza, São Paulo. Projeto de Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos. *A Construção em São Paulo*, São Paulo, n. 1904, p. 18, 6 ago. 1984.

_____. Na zona sul, comércio de rua com segurança de shopping center; projeto de Maitrejean & Sallouti Arquitetos Associados. *A Construção em São Paulo*, São Paulo, ano 25, n. 1819, p. 14-18, 20 dez. 1982.

_____. Residência do arquiteto Jon Vergareche Maitrejean (1971). *A Construção em São Paulo*, ano 25, n. 1811, p. 24, 25 out. 1982.

_____. A arquitetura e as obras do hipermercado Pães Mendonça; projeto de Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos. *A Construção em São Paulo*, São Paulo, ano 24, n. 1734, p. 8-17, 4 mai. 1981.

ACAYABA, Marlene M. *Residências em São Paulo: 1947-1975*. São Paulo: Projeto, 1986.

ACROPOLE. Residência em Interlagos. Projeto Jon Maitrejean. *Acropole*, São Paulo, ano 29, n. 348, p.34-35, 1968. [casa para investimento]

_____. Residência em Interlagos. Projeto Jon V. Maitrejean. *Acropole*, São Paulo, ano 29, n. 345, p.34-37, nov. 1967. [Residência Feliciano Freire Mata]

_____. Residência no Pacaembu. Projeto Jon V. Maitrejean. *Acropole*, São Paulo, ano 28, n. 337, p.34-35, mar. 1967. [Residência José Mutarelli]

_____. Residência no Brooklin. Projeto Jon Maitrejean; Tomoshigue Kusuno, paisagista. *Acropole*, São Paulo, ano 28, n. 331, p.19-21, ago. 1966. [Residência Raimar Richter]

_____. Residência na Chácara Flora. Jon Maitrejean, arquiteto; Daisy Igel e Helmut Hein, colaboradores. *Acropole*, São Paulo, ano 24, n. 285, p.286-287, ago. 1962.

_____. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (a). Projeto: Francisco Petracco, Jon V. Maitrejean, Nelson Morse e Telesforo Cristofani. *Acropole*, São Paulo, ano 24, n. 283, p.217-221, jun. 1962.

_____. Projeto para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Projeto classificado em 4º lugar. Arquiteto: Jon V. Maitrejean. *Acropole*, São Paulo, ano 23, n. 274, p.351-353, set. 1961.

_____. Residência no Jardim Europa. Jon Maitrejean, arquiteto; Daisy Igel e Helmut Hein, colaboradores. *Acropole*, São Paulo, ano 22, n. 260, p.198-201, mai. 1960. [Residência Pedro Franco Piva]

_____. Interior de um apartamento. Projeto: Jon Maitrejean, Daisy Igel, Helmut Offenber. *Acropole*, São Paulo, ano 21, n. 244, p.152-153, fev. 1959.

_____. Anteprojeto da terminal Cia. Ultraz - São Paulo. Projeto: Daisy R. Igel - Jon Maitrejean. *Acropole*, São Paulo, ano 18, n. 205, p.21-23, jun. 1955.

ARQUITETURA DO BRASIL. Estádio Serra Dourada, Goiânia, GO. Jon Vergareche Maitrejean e equipe (Georges Sallouti, Dicran Kassardjian, José Alberto Soares e Helena Afanasieff, arqs.). *Arquitetura do Brasil* (AB), n. 13, p. 22-31, 1981.

MÓDULO. Estádio Municipal Serra Dourada, Goiânia, GO (1973). Projeto de: Paulo A. Mendes da Rocha e Roberto Portugal Albuquerque; detalhamento: Jon Maitrejean e Georges Sallouti. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 86, p. 83-85, jul. 1985.

PROJETO. Hipermercado Paes Mendonça (Belo Horizonte, MG). Projeto de Maitrejean & Sallouti. *Projeto*, São Paulo, n. 145, p. 74-75, set. 1991.

_____. Supermercado Sé (São Paulo, SP). Projeto de Jon Maitrejean e Georges Sallouti. *Projeto*, São Paulo, n. 132, p. 43, jun. 1990.

_____. Em São Paulo, um Hipermercado de 48.000 m² de área construída. Projeto de Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos. *Suplemento Projeto / Guia Projeto*, São Paulo, n. 104, p. 18-19, out. 1987. (Suplemento à *Projeto*, 104).

_____. Soluções modernas em armazém atacadista. Projeto de Maitrejean & Sallouti Associados Arquitetos. *Projeto*, São Paulo, n. 80, p. 84-85, out. 1985.

_____. Simplicidade e funcionalidade da organização até as fachadas. Supermercados Sé, São Paulo. *Projeto* de Jon Maitrejean e Georges Sallouti. *Projeto*, São Paulo, n. 70, p. 62-65, dez. 1984.

XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. *Arquitetura Paulistana*. São Paulo: Pini, 1983.

WEINTRAUB, Alan; HESS, Alan; LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *Casa Modernista: A History of the Brazil Modern House*. New York, Rizzoli, 2010.

Recebido [Jul. 12, 2018]

Aprovado [Nov. 21, 2018]